

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Dissertação de Mestrado

***As políticas educacionais brasileiras de
ensino fundamental no contexto do
MERCOSUL: perspectivas e desafios
para o processo de integração***

Autora: **Adriana Missae Momma**

Orientador: **Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar**

Campinas/SP
Fevereiro de 2001

N.º CHAMADA: T/UNICAMP
M739P
V. Ex
TOMBO BC/ 45018
PROC. 16.392.101
C ☐ D ☒
PREÇO R\$ 99,00
DATA 28/06/01
N.º CPD

CM00157597-8

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
Departamento de Administração e Supervisão Educacional

Dissertação de Mestrado

*As políticas educacionais brasileiras de ensino
fundamental no contexto do MERCOSUL:
perspectivas e desafios para o processo de integração*

Autora: *Adriana Missae Momma*

Orientador: *Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar*

Este exemplar corresponde à redação final da
DISSERTAÇÃO defendida por *Adriana Missae
Momma* e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 21/02/2001

Assinatura: _____

Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar
(Orientador)

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. João Augusto Gentilini

Prof. Dr. Newton Antonio Paciulli Bryan

CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Bibliotecária Rosemary Passos - CRB-8ª/5751

M739p

Momma, Adriana Missae.

As políticas educacionais brasileiras de ensino fundamental no contexto do MERCOSUL : perspectivas e desafios para o processo de integração / Adriana Missae Momma. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : Luis Enrique Aguilar.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Integração econômica. 2. Globalização. 3. Países do Mercosul. 4. Educação e estado. 5. * Ensino Fundamental.
I. Aguilar, Luis Enrique. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

■ Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título *de MESTRE em EDUCAÇÃO*, na Área de Políticas de Educação e Sistemas Educativos, da Faculdade de Educação/UNICAMP, junto à Banca examinadora, em 21/02/2000, sob orientação do *Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar*.

Projeto de Pesquisa financiado pela



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Resumo

Esta pesquisa, ancorada na *análise documental*, buscou compreender como o processo de integração regional dos mercados do sul –Mercosul–, aborda a educação e as políticas para este setor, enfatizando a direção em que vêm sendo orientadas.

Este processo, inicialmente de caráter econômico, se desenvolve em cenários de globalização e no contexto fértil das discussões e alcances dos impactos da integração regional em amplos setores da realidade local e especialmente no setor educacional brasileiro.

O contraponto: globalização/mundialização, regional/local, traz impactos que extrapolam suas dimensões econômicas e afetam dentre outros, o setor educacional. Assim, apresenta-se uma compreensão da *realidade* e da *idealidade das ações e possíveis perspectivas* para a educação no interior do processo de integração regional do Mercosul, recuperando para isto, a história de tentativas integradoras no continente.

Identificam-se avanços e retrocessos, lacunas e prioridades da integração, e em especial, é possível reconhecer que o desenvolvimento das políticas educacionais neste contexto, oscilam entre a atenção às demandas desumanas do mercado e o imperativo de contribuir significativamente para a materialização da cidadania tão onerosa aos anseios e necessidades dos povos latino-americanos.

Abstract

This research anchored in a documental analysis trying to seek how the regional integration process of the South market – MERCOSUL – retract the education and the policies in this sector, introducing the direction that they have been oriented.

This process, initially based on economic characteristic, in which develop itself in scenery of globalization in the fruitful context of the discussion and reach the regional integration impacts in wide sectors of local reality specially on Brazilian educational sector.

The opposition; globalization/‘worldwidelization’, regional/local, brings impacts that overtake its economic dimension and affect the educational sector. Thus, present itself a comprehension of the reality and of the idealism of actions and possible perspectives for education inside regional integration process of MERCOSUL, recovering for this, the history of integration attempt on continent.

It identify advances and retrocessions, voids and integration priority, and in special, it is possible recognize that the development of educational policies in this context, oscillate between the attention of inhuman market demand and the imperative to contribute significantly of the citizenship of materialisation so onerous for the craving and necessity of Latin-American people.

Agradecimentos

Manifestar o meu profundo agradecimento às pessoas da qual tive o privilégio de conhecer, conviver e aprender durante o meu percurso torna-se importante, pois essas, mais do que agradecimentos, merecem minha admiração, respeito e carinho.

Ao Prof. Luis Enrique Aguilar, em especial, que muito contribuiu para o meu amadurecimento e sensibilidade como pesquisadora, pelo seu incentivo à minha “autonomia acadêmica”, apresentando-se sempre comprometido, paciente e preciso nas orientações.

Aos professores Newton Antonio Paciulli Bryan e João Augusto Gentilini, pelo esmero na leitura do trabalho apresentado para o exame de qualificação e importantes apontamentos, questionamentos e sugestões para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas do LaPPlanE – Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional, desta Faculdade, pela calorosa recepção, apoio, incentivo e aprendizagem, meio em que pude contemplar e integrar novos horizontes da pesquisa científica.

À FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), cujo apoio foi imprescindível; em momento extremamente oportuno financiou a pesquisa, sem o qual a mesma estaria bastante comprometida.

Ao Prof. Luis Miguel Lázaro Lorente, por me instigar no estudo destas questões.

À todos os colegas e amigos, que muitas vezes dispuseram de seu tempo para me ouvir, dar suas sugestões, enriquecer.

Aos funcionários desta Faculdade: Wanda, Nadir, Gislene, Romão, Hélio, Marcinha, Ademilson, Rose, Gil, Cidinha, Marina, enfim àqueles a quem tive o prazer de ter contato, pelos importantes serviços prestados durante minha estada nesta Faculdade.

Aos professores José Roberto Rus Perez e Sonia Giubilei, que trouxeram suas contribuições no período das atividades programadas de pesquisa.

Ao Ministério de Educação e Cultura da Argentina, representado pelo Sr. Adolfo Sequira, que não exitou em me enviar os documentos necessários para a realização desta pesquisa, bem como a Central Única dos Trabalhadores (Brasil), na pessoa de Gustavo Codas, que gentilmente dispôs o material que possuía e ao Prof. Beto do Instituto de Geociências da Unicamp (Cartografia), que me enviou os mapas para que pudesse trabalhar e enriquecer a pesquisa.

Acima de tudo, agradeço a Deus, meu Senhor e Pai, que me conduziu, me sustentou e jamais me desamparou durante o tempo de realização e conclusão desta pós-graduação. A Ele o meu louvor e eterna gratidão, por tudo que tens feito e fazes por mim.

À minha preciosa família, presente inestimável de Deus, pelas orações, pelo amor, compreensão, alegria, consolo, incentivo constante em todos os meus caminhos.

À todos os que lêem este trabalho, que com suas apreciações, apontamentos, concordâncias e discordâncias fazem avançar a discussão, meu Muito Obrigada!

Adriana Missae Momma

Índice

Siglas	xix
Lista de Figuras	xxiii
Lista de Quadros/Tabelas	xxiii

Introdução Geral	1
• Procedimentos Metodológicos e Objetivos	5

Capítulo I	11
-------------------	----

MERCOSUL: uma compreensão do processo de integração no cenário da globalização da economia (1980 – 1991)

1. O MERCOSUL e o contexto de tendências integracionistas	14
2. Antecedentes históricos do MERCOSUL	30
3. Rearranjos econômicos e a formalização do MERCOSUL	43
4. O Brasil em questão	56
5. Estrutura orgânica e dinâmica de funcionamento do MERCOSUL	59

Capítulo II	83
--------------------	----

Globalização e Educação

1. Globalização e/ou Mundialização? Uma introdução ao debate	84
2. Educação e a formação do “cidadão do mundo”	102
3. Globalização, educação e processo produtivo	106

Capítulo III	109
"MERCOSUL Educacional": a educação na perspectiva do MERCOSUL	
1. Educação no âmbito do MERCOSUL e a sua Estrutura Institucional.	111
2. "MERCOSUL Educacional" em 'marcha'	117
3. Programas em Ação: a política educacional para o Mercosul	114
4. Educação no MERCOSUL: um quadro geral	121
5. "Educação para Todos", o caso brasileiro: do consenso ao contra-senso	158
Considerações Finais	173
Referência	177
Obras Consultadas	189
Apêndice	193
Anexos	231

S i g l a s

- **ALADI:** Associação Latino Americana de Integração
- **ALALC:** Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- **APEC:** Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
- **CARICOM:** Mercado Comum do Caribe de Língua Inglesa
- **CAUCE:** Convênio Argentino-Uruguaio de Cooperação Econômica
- **CCM:** Comissão de Comércio do MERCOSUL
- **CCR:** Comitê Coordenador Regional
- **CEDEAO:** Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
- **CEPAL:** Comissão Econômica para a América Latina (das Nações Unidas)
- **CINTERPLAN:** Centro Interamericano de Estudios e Investigaciones para el Planeamiento de la Educación
- **CMC:** Conselho do Mercado Comum
- **CPC:** Comissão Parlamentar Conjunta
- **CTR:** Comissões Técnicas Regionais
- **CUT:** Central Única dos Trabalhadores
- **FCES:** Foro Consultivo Econômico-Social
- **GMC:** Grupo Mercado Comum
- **GTs:** Grupos de Trabalhos
- **MERCOSUL:** Mercado Comum do Sul
- **NAFTA:** (North American Free Trade Association) – Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
- **OMC:** Organização Mundial do Comércio
- **OEA:** Organização dos Estados Americanos
- **OEI:** Organização dos Estados Ibero-americanos

- **OIT:** Organização Internacional do Trabalho
- **OPEP:** Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- **OREALC:** Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe
- **PTE:** Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL
- **PEC:** Protocolo de Expansão Comercial
- **PICE:** Programa de Integração e Cooperação Econômica (Argentina-Brasil)
- **RME:** Reunião de Ministros da Educação
- **SGTs:** Subgrupos de Trabalho
- **SADC:** Southern African Development Community
- **SAM:** Secretaria Administrativa do MERCOSUL
- **SELA:** Sistema Econômico Latino Americano
- **SEM:** Secretaria Executiva do Mercosul Educacional
- **TEC:** Tarifa Externa Comum
- **UE:** União Européia
- **UMA:** União do Magreb Árabe
- **UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- **UNICEF:** Fundo das Nações Unidas para a Infância

Lista de Figuras

• Estrutura Organizacional do MERCOSUL	
-Figura 1 (visão geral).....	73
-Figura 2 (Grupo Mercado Comum).....	75
-Figura 3 (Comissão de Comércio do Mercosul).....	77
-Figura 4 (Comissão Parlamentar Conjunta).....	79
-Figura 5 (Fórum Consultivo Econômico-Social).....	81
-Figura 6 (Secretaria Administrativa do Mercosul).....	81

Lista de Quadros/Tabelas

- Tabela 1 Mercosul: Informações Gerais (Dados 1999).....	233
- Quadro 1 (Equivalência em anos de Escolaridade).....	245
- Plano Trienal de Educação (1992-1994/ 1995-1997).....	235
- Projetos e Ações Conjuntas: História.....	237
- Projetos e Ações Conjuntas: Geografia.....	239
- Plano Trienal de Educação (1998-2000).....	241
- Metas do Plano Trienal de Educação (1998-2000) e Situação Atual.....	243
- Educação Para Todos.....	247

Talhado para as grandezas,
 P'ra crescer, criar, subir,
 O Novo Mundo nos músculos
 Sente seiva do porvir.
 –Estatuário de colossos –
 Cansado doutros esboços
 Disse um dia Jeová:
 “Vai, Colombo, abre a cortina
 “Da minha eterna oficina...
 “Tira a América de lá”.

Molhado indo do dilúvio,
 Qual Tritão descomunal,
 O continente desperta
 No concerto universal.
 Dos oceanos em tropa
 Um – traz-lhe as artes da Europa,
 Outro – as bagas de Ceilão...
 E os Andes petrificados,
 Como braços levantados,
 Lhe apontam para a amplidão.

Olhando em torno então brada:
 “Tuão marcha!... Ô grande Deus!
 As cataratas – p'ra terra,
 As estrelas – para os céus
 Lá, do pólo sobre as plagas,
 O seu rebanho de vagas
 Vai o mar apascentar...
 Eu quero marchar com os ventos,
 Com os mundos... co'os firmamentos!!!”
 E Deus responde – “Marchar!”

“Marchar!... Mas como? ... da Grécia
 Nos dóricos Partenons
 A mil deuses levantando
 Mil marmóreos Panteons?...
 Marchar co'a espada de Roma
 –Leoa de ruiva coma
 De presa enorme no chão,
 Saciando o ódio profundo...
 – Com as garras nas mãos do mundo,
 –Com os dentes no coração?

“Marchar!... Mas como a Alemanha
 Na tirania feudal,
 Levantando uma montanha
 Em cada uma catedral?
 Não!... Nem templos feitos de ossos,
 Nem gládios a cavar fossos
 São degraus do progredir...
 Lá brada César morrendo:
 No pugilato tremendo
 “Quem sempre vence é o porvir!”

Filho do sec'lo das luzes!
 Filhos da Grande nação!
 Quando ante Deus vos mostrardes,
 Tereis um livro na mão:
 O livro – esse audaz guerreiro
 Que conquista o mundo inteiro
 Sem nunca ter Waterloo...
 Eólo de pensamentos,
 Que abrija a gruta dos ventos
 Onde a Igualdade voou!...

Por uma fatalidade
 Dessas que descem de além,
 O sec'lo que viu Colombo,
 Viu Gutenberg também.
 Quando no tosco estaleiro
 Da Alemanha o velho obreiro
 A ave da imprensa gerou...
 O Genovês salta os mares...
 Busca um ninho entre os palmares
 E a pátria da imprensa achou...

Por isso na impaciência
 Desta sede de saber,
 Como as aves do deserto –
 As almas buscam beber...
 Oh! Bendito o que semeia
 Livros...Livros à mão cheia...
 E manda o povo pensar!
 O livro caíndo n'alma
 É germe – que faz a palma,
 É chuva – que faz o mar.

Vós, que o templo das idéias
 Largo – abris às multidões,
 P'ra o batismo luminoso
 Das grandes revoluções,
 Agora que o trem de ferro
 Acorda o tigre no cerro
 E espanta os caboclos nus,
 Fazei desse “rei dos ventos”.
 –Ginete dos pensamentos,
 –Arauto da grande luz!...

Bravo! A quem salva o futuro
 Fecundando a multidão!...
 Num poema amortalhada
 Nunca morre uma nação.
 Como Goethe moribundo
 Brada “Luz!” o Novo Mundo
 Num brado de Briaréu...
 Luz! Pois, no vale e na serra...
 Que, se a luz rola na terra,
 Deus colhe gênios no céu!...

Castro Alves
 (O Livro e a América)

Introdução Geral

Neste século em que o mundo contemporâneo prepara-se para a entrada em um novo milênio e depara-se com o processo de globalização da economia e a formação e consolidação de blocos regionais, acompanhado pelo avanço e rápidas mudanças na área científico tecnológica, observa-se a constituição de blocos geo-culturais, e simultaneamente a este processo, é possível reconhecer tentativas de democratização¹, bem como tendências de descentralização da gestão administrativa.

Ao referir-se a relação entre sociedade global e nacional, CAPANEMA e EMERENCIANO (1996), afirmam que é possível perceber a existência de sensíveis tensões referentes à relação entre os valores e problemas nacionais em contrapartida com a ânsia e necessidade de fazer parte de um contexto mais amplo.

"... Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto intelectual".²

Com efeito, IANNI (1997b : 7-17) afirma que:

"A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedade, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e

¹ Refere-se especialmente a tentativa de "consolidação" da democratização após a redemocratização do continente latino americano – em 'todas' as instâncias da sociedade.

² Trata-se de uma citação de K. MARX e F. ENGELS expressa no Manifesto do Partido Comunista, que se encontra no livro de IANNI, Octavio, A sociedade Global. R.J.: Civilização brasileira, 1997(a), p.60-61.

idéias, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e vãos da imaginação. [...] No contexto da sociedade global, desenvolvem-se estruturas de poder propriamente globais. São estruturas que expressam as configurações e os movimentos, as articulações e as contradições no âmbito da sociedade global. Naturalmente apóiam-se também em estados nacionais, centrais e periféricos, dominantes e subalternos, ao sul e ao norte, ocidentais e orientais. As estruturas de poder globais evidentemente não prescindem das nacionais e regionais, dos sistemas regionais de integração econômica e dos blocos geopolíticos. Uma vez se apóiam neles, assim como em outros combatem-nos. Isso fica evidente nas controvérsias sobre como administrar a dívida externa, como desestatizar ou desregular a economia, acelerar a integração regional etc”.

Destacando versões locais deste processo globalizador e seus impactos, KAPAZ (s.d.:11)³, afirma que o processo de globalização da economia não se restringe a esta questão, uma vez que apresenta-se neste cenário o grande desafio de se expandir a outros setores e portanto, *“descobrir suas vocações como país”*, e assim, ir ao encontro de suas *“vocações regionais, setoriais, empresariais e humanas, que se refletem nas mais variadas áreas”*.

Tomando esta colocação como desafio, é imprescindível que o MERCOSUL avance além de suas dimensões estritamente econômicas e amplie efetivamente seus campos de negociação e atuação, que se encontram em fase de discussão inicial, como é o caso da área de política trabalhista, saúde, desenvolvimento humano e gênero, educação e cultura.

Durante as primeiras Reuniões de Ministros visando a formalização do processo de integração, as discussões centraram-se inegavelmente nos aspectos político-econômicos dos países membros do Mercado Comum do Sul. Entretanto, FLORÊNCIO e ARAÚJO (1996)

³ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. O Plano Decenal visto por: C. A. Abicalil, C. da Cunha, E. Kapaz, H. de Souza, M. Gadotti e W. E. Garcia. Brasília, DF: MEC, 1997.

observam que este processo de integração tem avançado em outras esferas, tanto nos setores trabalhistas, ambientais, indústrias etc., em que a educação começa a despontar-se “timidamente”.

A declaração originada a partir da Reunião de Ministros da Educação dos países do MERCOSUL (MEC/PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO – 1992), explicita em sua análise e ressalta a preocupação e importância da constituição de blocos. O prognóstico resumia: “os atores de peso no século XXI, serão os blocos continentais”.⁴ Diante disso, alguns países da América Latina (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), ao assinarem um acordo de constituição de um Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, o formalizaram após a assinatura do *Tratado de Assunção*⁵, assumindo o propósito de iniciar de imediato a coordenação de ações políticas macroeconômicas e setoriais, cujo objetivo primeiro seria o de assegurar as condições adequadas de competitividade neste “novo” mapa geopolítico que se redesenha a partir deste processo em surgimento.

A partir deste Tratado, estabelecido como documento oficial e fundador do processo, observa-se determinadas “flutuações do MERCOSUL”, enquanto um processo que se fragiliza em alguns aspectos, se consolida em outros e enfatiza determinados assuntos convertendo-os em prioridades.

Com vistas à compreensão do acordo e seus desdobramentos para o setor educacional, o presente trabalho o estuda

⁴ BRASIL. Reunião dos Ministros do MERCOSUL. Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL, Brasília: de 1992. Disponível em: <<http://www.mec.gov.Br/MERCOSUL>>.

⁵ Este Tratado é considerado como um dos instrumentos jurídicos fundamentais para o acordo de integração regional, define as bases para a criação de um Mercado Comum, sendo aprovado pelo Dec. Legislativo n.º 197, de 25/09/91, após ratificação foi promulgado pelo Dec. 350, de 21/11/91. É considerado um Acordo-marco, pois se destina ao estabelecimento de mecanismos com vistas à formação de uma Zona de Livre Comércio e de uma União Aduaneira na sub-região. Em dezembro de 1994, este documento foi complementado pelo Protocolo de Ouro Preto.

enquanto um acordo de integração regional que assume uma personalidade jurídica nacional, porém como 'novo' ator no cenário internacional.

Inicialmente, o primeiro capítulo situa qual é o cenário em que o MERCOSUL se insere, visto ser o mesmo fortemente delineado pelo crescente avanço e mudanças na área científico-tecnológica, bem como pelo processo de globalização e formação de blocos, não só econômico, mas também político e culturalmente regionais. Ademais, apresenta-se uma concisa retrospectiva histórica do MERCOSUL, ou seja, seus antecedentes, para posteriormente descrever o aprofundamento das relações entre Brasil e Argentina que culminou na Assinatura do Tratado de Assunção, na efetivação do MERCOSUL e respectiva organização e funcionamento de sua estrutura.

No segundo capítulo, descreve-se como se 'recolocam' problemas fundamentais como a educação no horizonte de possibilidades e desafios do processo da globalização de forma ampla. Antes, porém, insere-se o debate acerca dos processos de globalização e mundialização.

O terceiro capítulo traz um panorama geral de como vem sendo contemplado em especial, o ensino fundamental no contexto do MERCOSUL, e por último, apresenta o caso brasileiro a partir da perspectiva desta relação.

Procedimentos Metodológicos e Objetivos

Para a realização do presente estudo, optou-se pela análise documental. Pois *"a análise deste tipo de estudo se processa através de recortes na totalidade constituída para cada documento, segundo o tópico de interesse da pesquisa"* mencionado inicialmente. *"A partir de então, procede-se a recomposição de novas totalidades, correspondentes aos tópicos ou categorias de análise estabelecidas"*. LANG (1992 : 85)

Na "totalidade" que se constitui o MERCOSUL, o "tópico" que se pesquisa é o processo educacional, melhor dizendo, busca-se compreender como esta integração impactou o setor educacional, cujo "recorte" é a universalização da educação. Trata-se, portanto de um recorte, que por sua vez tem consciência de suas limitações, vantagens e desvantagens para o tratamento do tema em toda a sua complexidade.

Este estudo documental engloba dois momentos.

- 1º momento consiste na *coleta de documentos* oficiais e aqueles produzidos nas esferas do governo federal que decorreram destes. Portanto, buscou-se localizar os documentos para a análise no cenário local, nacional e regional. A pesquisa para a coleta de dados foi realizada junto a organismos da esfera federal, em visitas a estas instituições, nos centros de documentação do MERCOSUL, tal como *Secretaria Executiva do MERCOSUL Educacional* (SEM), em contatos com as Embaixadas dos países que integram o acordo regional e, respectivos ministérios da Educação via mecanismos virtuais/convencionais – eletrônicos.
- O 2º momento apresenta-se como a fase de *análise destes documentos oficiais*, para a qual foram traçados um modelo de

análise com os respectivos objetivos, que estão descritos no capítulo III.

Empregam-se, desta forma, documentos de fontes primária e secundária, buscando compor relações entre ambas. As fontes secundárias constituem-se, portanto, como relevantes complementos aos dados de fonte primária. Na verdade trata-se de estabelecer uma estreita relação entre os dois tipos de fontes porque a natureza do objeto assim o requer e porque os objetivos da pesquisa têm a ver com o estudo de um processo de integração de países em desenvolvimento (cuja âncora é a educação fundamental e sua respectiva universalização) a partir dos primeiros documentos produzidos.

Buscou-se constantemente, estabelecer relações entre os documentos de fonte primária, ou seja, entre a documentação que constitui compromisso do governo brasileiro com os seus parceiros do MERCOSUL e a documentação que, decorrente disto tem sido gerada para ser aplicada em âmbito nacional.

Ademais, utiliza-se material de apoio que trata das questões abordadas pelo presente estudo: artigos, jornais e similares, cujo conteúdo versa sobre o ensino fundamental, MERCOSUL, globalização e outros assuntos correlatos.

O primeiro capítulo traz uma abordagem com dimensões históricas, que possibilitam identificar o contexto imediato do processo em que o MERCOSUL foi gerado; levantando questionamentos acerca dos principais atores políticos, objetivando o reconhecimento geral das prioridades e suas principais âncoras/tópicos no discurso oficial explícito nos documentos.

Já o segundo, descreve os conceitos de globalização/mundialização e as vinculações destes com a educação.

O terceiro capítulo contempla a fase de construção e análise do elenco de prioridades específicas estabelecidas pelas políticas educacionais do “MERCOSUL Educacional”; de reconhecimento das relações estabelecidas entre planos, programas e subprogramas.

O material de análise para o Terceiro capítulo compreende principalmente os seguintes documentos oficiais: Atas das Reuniões de Ministros do MERCOSUL, Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL e o Plano Decenal de Educação para todos.

A análise do material documental possui uma matriz construída com base na reflexão inicial sobre implementação do acordo de integração e de políticas educacionais decorrentes disto.

A princípio, pensou-se que a maior parte do material oficial do MERCOSUL educacional seria encontrada na SEM (Secretaria Executiva do Mercosul Educacional – Brasil), no entanto, a maior parte dos documentos oficiais do “MERCOSUL Educacional” foi enviada, após solicitação, pelo Ministério de Educação e Cultura argentino.

A documentação oficial privilegiada para a elaboração do terceiro capítulo está constituída por documentos produzidos na esfera dos poderes públicos, dentre eles destacam-se:

- Atas da Reunião dos Ministros da Educação – RME, em que é possível encontrar a descrição geral, dado ao encaminhamento das reuniões e seus principais apontamentos;
- *Plano Trienal de Educação*, que cobre o período de quase um decênio (Plano Trienal de Educação 1992-1994/1995-1997 e Plano Trienal de Educação 1998-

2000) e visa a organização das políticas educacionais para o MERCOSUL;

- *Plano Decenal de Educação para todos*, pois aqui estão sendo depositadas esperanças para a conversão da “falência” da educação básica brasileira em uma constatação, que devidamente qualificada, fornecerá uma primeira visão do tema, no que diz respeito aos objetivos propostos e as transformações que delas decorrem, que já podem ser observadas em distintas esferas.

A partir do referencial de ensino fundamental apontado no Plano Trienal de Educação e Plano Decenal de Educação – visto pelo viés da universalização –, busca-se seqüencialmente:

- Apresentar o panorama atual dos acordos neste setor, em relação aos objetivos propostos nos Planos e sua ‘real ‘situação’, frente aos caminhos e descaminhos percorridos pelas políticas de educação brasileira de ensino fundamental neste contexto,
- Análise da situação em andamento e seus possíveis desdobramentos para as políticas educacionais brasileiras, principalmente de ensino fundamental;
- Identificação de limitantes e facilitadores para a integração no setor educacional.
- Apontar e traçar quais são as perspectivas das metas estabelecidas nestes documentos;
- Estimativa das perspectivas de viabilidade.

Diante de todo um processo histórico excludente no interior do sistema educacional, o Plano Decenal de Educação coloca a universalização do ensino como o patamar a ser atingido. Cabe esclarecer, portanto, quais são efetivamente as ações previstas e implementadas com vistas ao alcance da tão “almejada” universalização do ensino fundamental. A partir disto busca-se por fim analisar as políticas públicas de ensino fundamental no contexto de integração regional sob três formas:

- 1) quanto à coordenação de políticas;
- 2) quanto à viabilidade operacional para as propostas formalizadas nos acordos e que estão expressas pelo Plano Trienal de Educação;
- 3) quanto à possibilidade de compatibilização e harmonização de sistemas educacionais.

A análise do processo de encaminhamento dado ao *Plano Trienal de Educação* para o MERCOSUL procura explicitar quais são as suas prioridades e as relações destes com as propostas inferidas no *Plano Decenal de Educação*.

É possível contemplar uma articulação nesse contexto do Plano Trienal de Educação com as preocupações econômicas deste, que de certa forma subjazem às prioridades explicitadas no plano para o referido decênio. Além do que, essas ações preenchem e justificam parte do problema da educação brasileira quanto ao aspecto da universalização.

Nesse sentido, este trabalho de pesquisa objetiva evidenciar como o acordo *a priori* de caráter enfaticamente econômico aborda e elabora políticas para o setor educacional.

Ademais, busca-se compreender quais são os possíveis desdobramentos destas políticas para o caso específico brasileiro, principalmente para o ensino fundamental, que visto a partir da universalização deste nível de ensino, ainda se constitui como um dos desafios para a nação brasileira.

Através da compreensão das lacunas existentes entre as políticas educacionais brasileiras de ensino fundamental no que diz respeito à problemática interna, e a sua inserção em um contexto mais amplo como o MERCOSUL, busca-se compreender a realidade e idealidade dos seus *desafios e suas perspectivas para a efetiva integração*, o que permite apontar tendências e indicar mudanças para o setor.

Considerando que a Educação é vista como um processo, que por um lado é transformado pelo contexto no qual está inserido, buscando adaptar-se a situações de mudanças, e que por outro lado, possui elementos relevantes que sofrem influência pelas incidências que se produzem internamente em algumas de suas partes. Justifica-se desta maneira, a articulação do processo integrador na educação, no momento em que ocorre a consolidação dos acordos no setor econômico e educacional dentre outros, e assim pode-se observar com maior clareza essa “transformação” através do contexto no qual está inserido.

Portanto, o trajeto proposto neste trabalho reflete um esforço no sentido de materialização dos objetivos propostos, de acordo com as relações que foram sendo construídas entre o pesquisador, os documentos e o material necessário para subsidiar tal discussão.

_____Capítulo I_____

MERCOSUL: uma compreensão do processo de integração no cenário da globalização da economia (1980 – 1991)

“O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É a sua consequência”.

(Eduardo Galeano, 1978)

Procura-se reconstruir neste capítulo, o processo de integração regional do Cone Sul, denominado MERCOSUL, abarcando um período histórico suficiente que permita o entendimento e a explicação mínima dos fenômenos inerentes, constitutivos e decorrentes deste processo de integração.

Para a compreensão do referido acordo, deve-se considerar a sua inserção em um dinâmico contexto em que este se localiza. Parte-se do pressuposto de que há um jogo de poder manifesto e latente através

das mais variadas formas de expressões – em que se ressalta o caráter político e econômico – e de pressões internas e externas exercidas ao MERCOSUL e aos países que o compõem. Tal fato alerta para o não encobrimento de um processo histórico conturbado de formação dos quatro países integrantes deste acordo, que se encontram “em vias de desenvolvimento” no cenário mundial e de questões estruturais que foram se forjando no interior deste espaço de constante “construção” e até mesmo “desconstrução” destas sociedades.

CARDOSO e FALATO (1973 : 25, 28-29) ao definirem a “situação de dependência” e “desenvolvimento” na América Latina já consideravam:

“... em certas situações, a vinculação das economias periféricas ao mercado mundial verifica-se em termos ‘coloniais’, enquanto que em outras as economias periféricas estão enquadradas em ‘sociedades nacionais’. Sobre estas últimas, caberia acrescentar que em determinados casos realizou-se a formação de vínculos entre os centros dominantes mais desenvolvidos e os países periféricos quando já existia neles uma sociedade nacional; ao passo que em outros, algumas colônias transformaram-se em nações, mantendo-se em sua situação de subdesenvolvimento”.

CAPANEMA e EMERENCIANO (1996) afirmam que este quadro faz emergir sensíveis tensões referentes à relação entre os valores e problemas nacionais em contrapartida com a ânsia e necessidade de fazer parte de um contexto mais amplo.

É certo que se apresentam aqui “conflitos” internos que não podem ser dissociados dos conflitos externos, e vice-versa, uma vez que estes alteram significativamente o funcionamento dos “sistemas”. Ademais, possuem inter-relações – um tanto ambíguas e que não são unilaterais –, estabelecidas na esfera nacional, regional e global – que caminham indissociavelmente –, e que repercutem direta e/ou indiretamente no encaminhamento do processo decisório e executório do

MERCOSUL e de seus respectivos integrantes. Com efeito, estes encaminhamentos trarão – e inegavelmente já estão trazendo – repercussões no cotidiano dos agentes sociais, no plano econômico e político dos países que integram este acordo.

Quanto a este capítulo, procura situar o quadro em que o MERCOSUL se insere, pois o mesmo apresenta-se fortemente delineado pelo crescente avanço e mudanças na área científico-tecnológica, bem como o processo de globalização e a conformação de blocos, não só econômico, como também político e culturalmente regionais, acompanhado pelas tentativas de redemocratização, nem sempre bem sucedidas.

No que tange a tendência à democratização e as tentativas integracionistas é necessário salientar, que estas não são inovações no contexto latino-americano e sim antigas elaborações (re) localizadas em cenário de globalização econômica e avanços tecnológicos de alta celeridade que originam diversas formas de adaptação dos países envolvidos.

Diante dos grandes blocos de maior poder econômico e também político, como é o caso da Comunidade Européia, Mercado Norte Americano (Estados Unidos, Canadá e México), em especial, e do Sistema de cooperação do Japão com os países asiáticos industrializados, é certo que os países latino-americanos tornar-se-iam vulneráveis – ainda mais – se continuassem isolados.

Levando-se em conta o panorama ora referido e o jogo de forças inerentes a este processo, pretende-se apresentar o MERCOSUL como um acordo que aponta para um percurso bastante controverso, de lutas, conflitos, pequenos avanços e retrocessos, de países que, apesar

das dificuldades, intentam participar deste agressivo jogo econômico e político de âmbito mundial.

Para tanto, busca-se em um primeiro momento contextualizar o MERCOSUL, para posteriormente discorrer sobre o processo histórico da integração regional, e resgatar o seu “embrião”. Aponta-se em breves linhas a situação brasileira e apresenta-se a estrutura e dinâmica de funcionamento do MERCOSUL, quanto à sua condução e abrangência.

1. O MERCOSUL e o contexto de tendências integracionistas

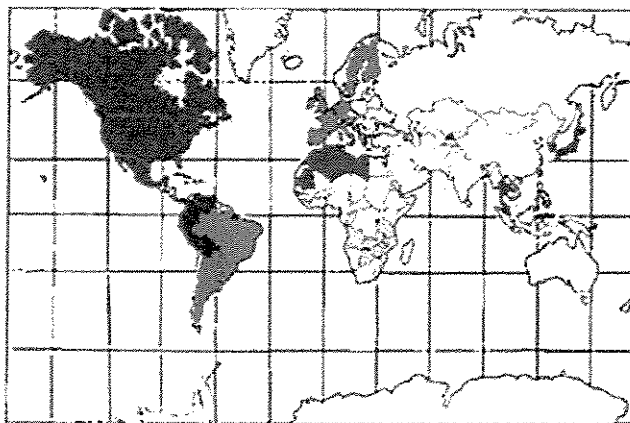
Atualmente, constata-se que as relações entre os países que compõem o globo terrestre vêm sendo tecidas e negociadas *multilateralmente*, enfatizando-se assim, a competição entre as regiões. Este processo originou-se visando a melhoria dos níveis de competição de países que integram os blocos, bem como o desenvolvimento e estímulo à criação de condições necessárias à inserção de cada um nos percalços da economia internacional.

Este movimento caracterizado por rápidas transformações, já referidas inicialmente, vem acontecendo, a princípio, nas áreas científico-tecnológicas, e no setor político-econômico, dentre outros.

Tais transformações e dados são ainda bastante imprecisos, por tratar-se de um processo que se encontra em *fase inicial*, o que dificulta a elaboração de distinções devidas entre o que vem a ser apenas tendências ou realmente processos em mudança e/ou de mudança. Tal questão decorre do fato de que as transformações em

curso atualmente são tão complexas, que afetam a própria forma de percebê-las. (MARTINS, 1993).

Objetivando melhorar a compreensão acerca da configuração mundial, o mapa a seguir, visualiza alguns dos distintos processos de integração regional estabelecidos neste âmbito, em que se destacam: a União Européia (UE); o NAFTA (North American Free Trade Association), (East Asia Econ. Group); Pacto Andino (Andean Group); CARICOM, Mercado Comum do Caribe de Língua Inglesa; MERCOSUL (Mercado Comum do Sul); APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico); SADC (Southern African Development Community) etc.



(Grupo Asiático; MERCOSUL; NAFTA; Pacto Andino; SADC; UE; UMA.)

Torna-se importante salientar que, após o fim da 2ª. Guerra Mundial, em face da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos, os europeus viram-se “obrigados” a se reorganizar, objetivando, dentre outras questões, se manterem como uma das potências mundiais.

Em constante fase de negociação, concessões mútuas, os europeus buscaram se estabelecer para a construção da “Comunidade Européia”, que a partir de 01 de novembro de 1993, com a entrada em

vigor do Tratado de Maastricht⁶, denominou-se União Européia (UE). Ainda em 01 de janeiro de 1994, contava com doze membros: Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos (países que deram início ao processo de integração e cooperação em 1951); Dinamarca, Irlanda e Reino Unido (aderem em 1973); Grécia (adesão em 1981); posteriormente em 1986 Espanha e Portugal.

Por tratar-se de uma união política e econômica, muitos dos líderes de governo dos países-membros deste acordo, principalmente Dinamarca e Inglaterra, ficaram um tanto perplexos, quanto a possibilidade da perda de parte da soberania das nações, além dos possíveis efeitos negativos da economia, principalmente quanto às questões de desemprego. Candidataram-se e manifestaram interesse em integrar este grupo os seguintes países: Áustria, Finlândia, Suécia, Noruega, Turquia, Chipre, Malta, Marrocos, estados da Europa Central etc. Os três primeiros países foram aceitos à União, que passou a integrar um total de 15 países. Atualmente a UE se prepara para mais um alargamento, desta vez a Europa de Leste e do Sul.

A UE possui suas próprias regras, que em geral, apresentam-se bastante definidas àqueles que integram ao acordo e aos que possuem pretensões futuras. O que permite afirmar que tais regras,

⁶ De acordo com SANDRONI (1999 : 613), o Tratado de Maastricht, Tratado este assinado em 07/12/1992, Holanda, *“prevê a plena unificação dos países europeus signatários, com uma única moeda, a European Currency Unit (ECU) e a constituição de um Banco Central Europeu, ambos convivendo com as moedas nacionais e com os bancos centrais de cada país, mas subordinados ao primeiro. O tratado prevê também a unificação das políticas externa, social e de segurança. O prazo para que os países decidissem, por meio de plebiscitos ou votação parlamentar, se a incorporação ao sistema havia se adaptado às novas regras, expirou em 1997. As condições eram as seguintes: 1) a moeda de cada país deveria flutuar dentro das margens estabelecidas pelo Sistema Monetário Europeu; 2) a inflação de cada país não deveria superar 1,5% a média observada nos três países da Comunidade Comum Européia de mais baixa inflação; 3) as taxas de juros não poderiam exceder em 2% as mesmas condições do item 2; 4) o déficit público máximo seria de 3% do PIB, e 5) a dívida pública não deveria superar 60% do PIB.*

apesar de imposições bastante rigorosas, possibilitam ter maior clareza quanto ao significado e mecanismos desse processo de integração.

Constituído como um dos maiores mercados integrados do globo, o NAFTA⁷ –North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio), integrado pelos Estados Unidos da América, Canadá e México, entrou em vigor em 01 de janeiro de 1994. Conforme indicações de SANDRONI (1999), PORTO e BUARQUE (1997), este acordo, de caráter enfaticamente econômico-comercial, decorre de uma ampliação do acordo de livre-comércio já existente entre os Estados Unidos e o Canadá desde 1988. Tem como estratégia manter barreiras comerciais, para impedir a entrada de produtos de outros países que prejudiquem segmentos da economia norte-americana.

O NAFTA é apresentado como um Acordo que, de certa forma, é uma resposta ao Tratado de Maastricht sobre a integração europeia, visto que as transformações ocorridas na União Europeia influenciaram na/à formação dos blocos de mercado, em decorrência do temor que se gerou em torno da possibilidade da Europa unificada tornar-se uma superpotência, e conseqüentemente aumentar o seu poder de barganha no cenário mundial.

Os Grupo Asiático, é integrado pelo Japão, Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura, Malásia e Tailândia. Alguns desses países como: Taiwan, Coréia, Cingapura e Hong-Kong, principalmente, tiveram um desenvolvimento intenso e contínuo após a Segunda Guerra Mundial, o que permitiu a este grupo assumir uma posição agressiva no comércio

⁷“... O acordo significa a integração dos mercados dos três países que, em 1993, representavam um PIB de aproximadamente 7 trilhões de dólares e uma população de quase 400 milhões de habitantes. Para atenuar eventuais prejuízos setoriais que o acordo possa trazer, especialmente no âmbito do desemprego, foram criados organismos complementares como o Banco Norte-Americano de Desenvolvimento, a fim de emprestar recursos para regiões e/ou atividades que venham a sofrer crises originadas pelo acordo...” SANDRONI (1999 : 418)

internacional, possibilitando a ampliação de suas exportações, especialmente de produtos manufaturados e, conseqüentemente, atingindo novos mercados. SANDRONI (1999) noticia que a China, atualmente, vem ocupando um papel de destaque nas exportações asiáticas e, muitas vezes deslocando e/ou até mesmo substituindo os países mencionados anteriormente. Além deste fator, a crise⁸ do segundo semestre de 1997 no Sudeste e Sudoeste da Ásia ocasionou sérios problemas para o desenvolvimento “acelerado”, principalmente em Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Coréia do Sul.

O Pacto Andino⁹, organização econômica criada em maio de 1969, cujo principal intento era a melhoria da cooperação entre os países desta região, é integrado pelos países Sul-americanos situados na Cadeia do Andes: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela; A Venezuela associou-se ao pacto em 1973, já o Chile o abandonou em 1977. Esta foi a primeira associação estabelecida no continente, caracterizada como uma cooperação econômica, mas também com implicações internas de outras abrangências.

Em 1968 foi criado o CARICOM, Mercado Comum do Caribe de Língua Inglesa, pelos seguintes países: Barbados, Guiana, Jamaica e

⁸ Crise esta, mais conhecida genericamente como “Crise Asiática”. Durante este período, a crise afetou o crescimento econômico dos países do Sudeste (Tailândia, Filipinas, Malásia e Indonésia) e do Nordeste (Coréia, Taiwan, Cingapura, Hong-Kong, China e Japão), desvalorizando a moeda desses países, com exceção da China e Hong-Kong.

⁹ Quanto ao Pacto Andino, SANDRONI (1999 : 273) assevera que este acordo foi “Firmado em bases mais restritas e homogêneas que as da ALALC, à qual esses países já pertenciam, o Pacto Andino conseguiu multiplicar por dez o comércio entre os signatários de 1969 a 1979. Um dos itens mais conhecidos do acordo é a decisão n.º 24, de 31/12/1970, a respeito do capital estrangeiro: os investidores estrangeiros deveriam transferir 51% de suas ações para os investidores locais; e as empresas não poderiam remeter para o exterior mais do que 14% de seus lucros, exceto quando houvesse autorização do pacto. Em 1976, o Chile tentou revogar essa decisão e, não obtendo nenhum resultado positivo, retirou-se da organização em janeiro de 1977. Em 1975, pelo Acordo de Cartagena, os países do pacto criaram um plano de desenvolvimento integrado da indústria petroquímica. A sede do Pacto Andino funciona em Lima, no Peru”.

Trinidad e Tobago; neste período, o mesmo era denominado Zona de Livre Comércio do Caribe (Caribbean Free Trade Association – CARIFTA). No ano de 1973, esta Zona de Livre Comércio converteu-se no Mercado Comum do Caribe (Caribbean Common Market – CARICOM). Além dos fundadores do Mercado integraram: Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, República Dominicana, Granada, Guiana, Monstessat, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente, Ilhas menores ou maiores do Arquipélago.

A OPEP¹⁰, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, tal qual o Nafta, centra-se na questão da defesa econômica, foi fundada em 1960, em Bagdá/Iraque, por uma iniciativa venezuelana, apresentando como responsáveis para o seu estabelecimento: a Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuweit e Venezuela. Aliou-se a organização: Argélia, Arábia Saudita, Gabão, Indonésia, Iraque, Irã, Qatar, Kuwait, Líbia, Nigéria, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. Em 1992, Equador deixou de integrar a organização. Refere-se, portanto, a uma organização econômica e não necessariamente regional.

Quanto à Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico, integração com o objetivo de constituir-se como uma união aduaneira, é integrada por Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Coreia do Sul, Tailândia, EUA, China, Hong Kong, Taiwan, México, Papua Nova Guiné e Chile.

¹⁰ No tocante a este acordo, SANDRONI (1999 : 433) afirma que, “... A OPEP surgiu como uma poderosa organização logo após a guerra árabe-israelense de 1973, quando os países árabes nela integrados boicotaram o fornecimento de petróleo para os Estados Unidos da América e outros países que auxiliavam Israel. Em consequência, os preços do petróleo aumentaram substancialmente. A partir desse episódio, todos os integrantes da OPEP decidiram reajustar os preços do petróleo com regularidade. Em 1976 foi introduzido um sistema dual de preços, pois a Arábia Saudita e a União dos Emirados Árabes decidiram mantê-los em nível mais baixo que os demais membros da organização”.

Até o ano de 1992, o atual SADC, Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África, chamava-se SADCC. Esta comunidade foi criada em 1980 em Lusaka e contava em Janeiro de 1994 com 10 membros: Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Conta com sede em Gaborone Botsuana.

CEDEAO, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, entrou em vigor em 1977, tendo como membros: Benin, Burkina Fasso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Dentre outros, apontar-se-á a União do Magreb Árabe (UMA), criada em fevereiro de 1989, pelos países: Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e a Tunísia.

Após fazer breve menção sobre o contexto mundial e citar alguns exemplos de acordos integracionistas, torna-se preciso fazer a ressalva de que a relação estabelecida entre os países que compõem os blocos é resultante de um “processo natural” perante a tendência à globalização de vários países e dos conseqüentes riscos do protecionismo. (BRASIL, 1998).

Além disso, é possível observar que cada região está agrupada em torno de alguns países “com maior expressividade político-econômica”. No caso da União Européia, o agrupamento dos países se deu em torno do Reino Unido, da Alemanha e da França; o NAFTA uniu-se em torno dos Estados Unidos da América; quanto ao Grupo Asiático do extremo Norte, foi liderado pelo Japão.

Seja qual for a organização intergovernamental/inter-regional, o ideal é que esta não centre – ao menos não deveria centrar – o seu poder em determinados segmentos ou país (ses), mas vise a defesa

de interesses setoriais e/ou regionais, no que tange a interesses do conjunto de uma dada "comunidade" internacional.

A despeito dos "agrupamentos de países", chamados região, cada qual representa uma coletividade que detém níveis distintos de poder de decisão e coerção, tamanho, regime político-econômico, bem como interesses, aspirações e inquietações. Ao fazer menção ao termo "região", não é pretensão descartar questões importantes, a ponto de reduzir sua conceituação, tão pouco, de utilizá-lo ingenuamente, a saber, que se trata de um termo que também pode ser usado para mascarar a complexidade da formação de cada região, e assim desconsiderar a heterogeneidade dos elementos constitutivos.

O curso deste processo de regionalização e globalização, bem como as redes de relações que foram sendo estabelecidas no decorrer dos tempos, evidenciam que:

"... não existe uma perfeita e integrada ordem mundial (social, econômica, política e jurídica), pois se vive o equívoco de uma pseudo-organização internacional marcada pelas relações de forças e pelo espaço conflitante de poder. Uma realidade internacional instrumentalizada por profundas contradições, produzidas e articuladas pelos interesses dos blocos do poder dominantes (hegemonia do "centro, do "Norte") sobre a inoperância, esvaziamento, fragmentação e dependência das periferias dominadas. [...] O sistema de dominação e a estrutura de poder mundial proporcionaram uma ordem internacional que apresentam uma racionalidade de contradições, de força, de privilégios e de desigualdades". (WOLKMER, 1989 : 8-9, 31)

A utilização do termo regionalização, bem como a sua compreensão remete-se a definição de IANNI (1997b : 115-117, 139):

"... a regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional. O globalismo tanto incomoda o nacionalismo como estimula o regionalismo. Tantas e tais são as tensões entre o globalismo e o nacionalismo que o regionalismo aparece

como a mais natural das soluções para os impasses e as aflições do nacionalismo. O regionalismo envolve a formação de sistemas econômicos que redesenham e integram economias nacionais, preparando-as para os impactos e as exigências ou as mudanças e os dinamismos do globalismo. [...] O contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo abala a economia e a sociedade, assim como a política e a cultura, tanto provocando distorções como abrindo horizontes. Redesenham-se fronteiras, redefinem-se políticas econômicas, rearticulam-se forças produtivas, anulam-se atividades econômicas antigas, animam-se atividades econômicas novas, criam-se outras modalidades de organização do trabalho e da produção, reforma-se o estado, modifica-se o significado da sociedade civil e da cidadania e alteram-se as condições de soberania e hegemonia. [...] O regionalismo situa-se precisamente no contraponto nacionalismo e globalismo...”.

Neste espaço, em que se encontram a transnacionalização do capital e a crescente interdependência econômica, há uma “subordinação” dos blocos regionais às questões de ordem global, todavia o mesmo não ocorre com o oposto, visto que a globalização não tem considerado questões de âmbito regional. Tanto a transnacionalização do capital quanto a interdependência econômica apresentam-se como elementos fundamentais para a configuração do espaço e do caráter com que se estabelecem as relações entre os blocos e países.

“Já ficou para trás a visão idílica do processo de globalização econômica que predominou, com a implosão do leste europeu, na virada dos anos 80 para a década atual. A suposta linearidade e rapidez da propagação do fenômeno, então apregoada, bem como a erradicação planetária de seus benefícios, cederam lugar à admissão de um rumo inelutável, porém, entrecortado por desenvolvimentos desiguais, marchas e contramarchas: uma via geradora, em suma, também de contraditoriedades sem precedentes, tanto por seus conteúdos quanto pelo gigantismo de seus efeitos”.
(CORDELLIER; DIDIOT, 1997 : 102)

Seja pela via da regionalização ou da globalização, a forma como vem sendo estabelecida a relação entre estes dois espaços, fazem

romper algumas barreiras ao mesmo tempo em que emergem e acentuam-se novas barreiras. A interdependência torna-se deste modo, decisória na promoção e regulação de uma convivência minimamente apropriada para este contexto.

A compreensão do referido processo de globalização da economia e da competição entre as regiões, fundamenta-se inicialmente nas idéias de MARTINS (1993 : 11-12), quando este, ao fazer menção sobre as tendências de globalização e regionalização, aponta que, embora ambos os processos sejam decorrentes da transnacionalização e que aparentam ser contraditórios, possuem significados distintos. Para o autor,

“... a primeira resulta da ação (e corresponde à lógica) de expansão do capital em plano mundial, muito embora tal expansão se realize preponderantemente no âmbito dos países desenvolvidos. Já a tendência à regionalização tem os Estados por atores, e contém forte conteúdo político. Na verdade, a regionalização é uma tentativa do Estado-nação impor regras à globalização, ainda que à custa de perda de algumas de suas prerrogativas tradicionais. Como é o caso da submissão de suas decisões sobre políticas macroeconômicas nacionais a um compromisso negociado entre as partes que compõem a unidade regional. Nesse sentido, a regionalização pode ser vista como um duplo movimento defensivo: o de somar forças para estender as linhas de proteção face à competição econômica e o de ampliar margens de negociação política na esfera global. Isto se aplica tanto a países em desenvolvimento quanto a países desenvolvidos”.

Por considerar que o processo de globalização não se limita ao fator ‘capital’ econômico, utiliza-se também a abordagem teórica de IANNI (1997a e 1999), pois este trata a questão da globalização como uma realidade não só econômica, mas política, social e cultural.

“A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Ocorre que a economia-mundo, ou sistema-mundo, em toda a sua complexidade não só econômica, mas também social,

política e cultural, sempre transcende tudo o que é local, nacional e regional. Repercute por todos os cantos, perto e longe. Os colonialismos e imperialismos espanhol, português, holandês, belga, francês, alemães, russo, japonês, inglês norte-americano sempre constituíram e destruíram fronteiras, soberanias e hegemonias, compreendendo tribos, clãs, nações e nacionalidades". (IANNI, 1999 : 19, 48)

De acordo com ALBROW e KING (1999 : 155),

"A globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distintas de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto à extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço..."

Os processos de globalização e regionalização, cada um com sua dinâmica específica, mas que estão imbricados um com o outro, vêm permitindo uma ampliação e diversificação nas arenas de negociação, que pode ou não favorecer os países de menor expressividade política e econômica. Da mesma maneira em que se visualiza a ampliação das faculdades, abre-se a possibilidade de surgimento de novas tensões, problemas e embates políticos, econômicos, ideológicos, culturais, raciais, lingüísticos, religiosos etc.

Embora haja um forte jogo defensivo, o de "abandonar" as prerrogativas tradicionais e o de negociar determinados elementos, é mister a qualquer bloco regional, não só estar voltado ao protecionismo, mas buscar desenvolver suas "vocações" regionais, setoriais, humanas etc., e visar a geração de um crescimento auto-sustentável de conjunto; caso contrário, continuarão a vislumbrar o ofuscamento de seu potencial, concomitantemente ao avanço de grupos "dominantes", que

têm há um bom tempo atuado como atores principais em todo o encaminhamento deste processo de globalização.

O excludente processo de globalização da economia e também de seus respectivos problemas, agora, com “nova roupagem”, insere-se em todas as discussões, e a América Latina, não obstante, vem buscando formas “alternativas” para participar, mesmo que timidamente deste processo. Caso contrário este grupo de países ditos “periféricos”, com sua longa história de colonização e exploração ver-se-ia limitado e incapacitado de negociar de forma minimamente competitiva neste contexto, permanecendo totalmente escravizado pelos poderes “hegemônicos do globo”. Quanto à discussão mais aprofundada acerca do contraponto globalização/mundialização, encontra-se no capítulo subsequente.

Partindo-se dos escritos de MARTINS (1993), acerca da nova geometria de poder e interdependência, cabe fazer a ressalva de que o mundo pós-guerra fria – mundo este marcado pela relação interdependente – não garante a existência de um “novo mundo” fundado apenas na cooperação em substituição ao mundo movido pelo conflito. Antes, porém, traz à tona a necessidade de (re) pensar novas formas de resolução desses conflitos. Conseqüentemente, qualquer “modalidade de hegemonia” deve ser exercida no contexto de restrições geradas no âmbito da interdependência. Hegemonia esta *“exercida por um único Estado ou por uma coligação, ou ‘diretório’ de Estados – e nesse último caso caberia perguntar se ainda se pode falar em ‘hegemonia’... –”*.

No que se refere à questão da hegemonia mundial, há opiniões diversas, que se complementam para a compreensão desta questão.

Para MARTINS (1993 : 8) é possível aferir que na atual configuração internacional, não existe hegemonia do poder centrada em um único país capitalista, mas sim em grupo(s) de países capitalistas interdependentes entre si. O autor afirma:

“... a hegemonia lograda pelo capitalismo mundial parece não mais corresponder ao exercício de um papel hegemônico por parte de um único país capitalista – como vinha ocorrendo, fosse tal hegemonia conquistada através da guerra ou não. A importância da implicação está em que, se for assim, a nova ordem internacional emergente não se organizará em função de um pax americana, japonesa ou européia, mas provavelmente de um pax emanada de um ‘diretório’ composta pelos principais países capitalistas, atados entre si pela interdependência [...]. Tal legitimação só poderá ser obtida através de organismos multilaterais ou supranacionais, ou por intermédio de sua sanção para ações conduzidas diretamente pelos grandes países”.

Para IANNI (1999 : 244-245):

“As noções de interdependência, dependência e imperialismo também estão postas em causa, se admitimos que o Estado-nação está em crise, enfrenta uma fase de declínio, busca reformular-se. As grandes e pequenas nações, centrais e periféricas, dominantes e subordinadas, ocidentais e orientais, ao sul e ao norte, todas se deparam com o dilema da reformulação das condições de soberania e hegemonia. É claro que há blocos geopolíticos, imperialismos, dependências e interdependências nesse mesmo cenário. Há vínculos antigos e novos que atrelam nações umas as outras, não só em condições de igualdade, mas principalmente de desigualdades. Também as organizações internacionais, compreendendo regionalismos e globalismos, exercem suas atividades priorizando interesses de nações com maior poder econômico, político, militar, cultural. Essa continua a ser uma dimensão importante do cenário mundial. Simultaneamente, no entanto, declinam e reformulam-se as condições de soberania e hegemonia, em todos os quadrantes. Mesmo porque já há centros de poder, em escala global, que sobrepõem soberanias e hegemonias. As empresas, corporações e conglomerados transnacionais, em suas redes e alianças, em seus planejamentos sofisticados, operando em escala regional, continental e global, dispõem de condições para impor-se aos diferentes regimes

políticos, às diversas estruturas estatais, aos distintos projetos nacionais”.

Para BOFF (2000 : 41):

“... a mundialização está operando mediante a universalização da ordem e da cultura do capital com a derrocada do socialismo do Estado-partido, a ordem capitalista se encontra absolutamente hegemônica no cenário da história, sem oposição ou alternativa imediata a ela”.

Nesse sentido é importante acrescentar que esta ‘ordem’ vem sendo conduzida e imposta pelos ‘capitalistas mais ricos do mundo’, tal qual os Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Suíça, Canadá, Holanda etc. e, concomitante a esses países se encontram bancos comerciais privados, como o Citibank, o Deustch Bank etc, somando-se também instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Quanto as duas últimas instituições, é importante ressaltar que nasceram em 1945, não para imporem políticas e cobrarem os empréstimos com elevadas taxas de juros, mas contribuírem para evitar que países menores sejam dilacerados no cenário da “economia mundo”.

Permeiar o campo de discussões sobre a questão da hegemonia conduz a reflexão acerca da complexidade que o capitalismo impôs, na qual nem mesmo a “potência hegemônica” norte americana se sustenta tranqüilamente em seu aparato.

Agregando-se a esta leitura, MERLE (1981 : 343) enuncia que:

“No estado atual das coisas, não temos, portanto nem a dominação de uma só potência, nem um equilíbrio bipolar, mas antes uma multiplicidade de coalizões que variam conforme seu objeto e as circunstâncias. Nenhuma hierarquia de força suscetível de fundamentar um poder de intervenção coerente e durável pode liberar-se, no momento de um jogo tão complexo...”.

Quanto as ‘redes’ estabelecidas na esfera global, WOLKMER (1989 : 20) afirma que “... as economias dos países do Terceiro Mundo são economias de dependência, pois são controladas e refletem as condições e o desenvolvimento do jogo de interesses do capital central dominante ...”.

O que se apresenta aqui é um mundo, em que o problema não se centra exclusivamente no conflito Leste-Oeste, porém, faz emergir os desafios e disputas entre os países desenvolvidos. Diante disto, cabe aos países do “sul do globo”, principalmente, articularem-se, de modo coeso, consistente e planejado para não ficarem ainda mais a mercê das decisões e ações dos países desenvolvidos e de seus respectivos credores.

Quanto a América Latina, em especial, apesar de ser um todo rico, tem um processo histórico, político, econômico e social bastante conturbado, por ter sido – e ainda ser – empobrecido por mais de quatro séculos de exploração e opressão de seus colonizadores – antes europeus, atualmente pelos Estados Unidos da América, além das agências internacionais – permanece subjugada. De acordo com (ARRUDA, 1999 : 11): “A dívida externa é a prova de que não somos independentes”.

Adicionando-se a este aspecto, é preciso que os governos “mais fracos do Sul” invertam radicalmente a premissa de que eles estão sempre prontos a traírem os interesses comuns do Terceiro Mundo, diante de vantagens e interesses particulares. É WOLKMER (1989 : 32) quem aponta a situação deste final de século:

“No quadro atual das relações internacionais onde coexistem, de forma abominável, a fome e a miséria com o bem estar e a opulência, há que se formular uma estratégia bem delineada, para que as massas do Terceiro Mundo

possam adquirir força efetiva na negociação de condições mais justas e humanas”.

Tendo em vista as colocações de WOLKMER (1989) e aproximando-as a abordagem de FURTADO (1999), é possível indicar a necessidade de modificações das “velhas posições intransigentes” das nações mais desenvolvidas do norte, e admitir a tendência predominantemente de um sistema mundial desigual que foi gerado no bojo de uma política colonialista imposta pelos sistemas desenvolvidos, pelos “impérios nucleares” e agências de financiamento internacionais, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional etc.

Por parte dos blocos ditos “periféricos”, torna-se um entrave a existência de desarticulação entre eles; e como desafio, espelha-se a conversão desta situação a uma articulada identificação por “objetivos comuns” direcionada a um desenvolvimento democrático, em busca constante de representatividade, paralelamente a uma considerável atuação, bem como a superação de rivalidades e divisões internas.

Torna-se imperioso salientar que isto não descarta a possibilidade de existência de conflitos, tão pouco volta-se para a adoção de uma política uniforme – que torna-se inviável diante das imensas disparidades não só econômicas, mas políticas, culturais e de processo histórico –. Desconsiderar tais fatores é contribuir para a atenuação de condições cada vez mais desiguais de participação já existente. *“O grande desafio consiste em minimizar os males resultantes da perda de comando provocada pela globalização, o que requer políticas que tenham em conta a especificidade do país”.* (FURTADO, 1999 : 74)

2. Antecedentes históricos do MERCOSUL

Realiza-se neste subcapítulo uma retrospectiva histórica do MERCOSUL, em que são abordados alguns dos principais antecedentes do processo de sua formação. Processo este, artefato de um percurso que traz em si reflexões para (re) pensar o passado de tentativas integracionistas e o “novo” enquanto possibilidades e desafios.

Constata-se atualmente, a existência de articulação e também desarticulação nas relações estabelecidas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A partir deste ponto de vista, destaca-se o MERCOSUL, enquanto um acordo de integração regional que afirma ter como princípio a busca de uma integração mais competitiva das economias dos quatro países nesta configuração em que predominam a consolidação de grandes espaços econômicos; o aprimoramento e o progresso técnico; bem como a intensificação das possibilidades de cada um dos países-membros com o incremento da produtividade, e a busca de estímulos para os fluxos de comércio com os demais blocos e países do mundo, com o intuito de formar atrativos de investimentos da região.

A partir de FURTADO (1999 : 35), é possível afirmar que esses “ajustamentos” que vêm ocorrendo neste final de século e que se manifestam nas relações nacionais e internacionais, trazem a necessidade de compreendê-las a partir de uma “visão global” – que não se restringe a análise econômica –, que demanda uma “imaginação prospectiva” e propositiva, que habilite a pensar o futuro como histórico. Essa visão global, segundo FURTADO (1999), é imprescindível para captar o sentido dos acontecimentos, que dizem respeito a nós mesmos, ao nosso *in lócus* direto e indireto, isto nos prepara para agirmos de maneira mais eficaz, não como indivíduos passivos, meros coadjuvantes, mas como sujeitos históricos e agentes transformadores, críticos e

propositivos, que participam da “trama” e não ficam a mercê dos fatos e acontecimentos.

Antes de elaborar uma descrição do processo de integração do MERCOSUL, apresentar-se-á qual é a sua classificação. Tal procedimento se justifica, pois assim será possível situar-se e entender melhor as suas realizações em relação a outros processos em curso nesse “novo mundo globalizado”, bem como compreendê-lo em relação a ele mesmo, ou seja, das intenções às ações que vêm conduzindo (ou não) para a efetivação de um possível Mercado Comum. Para tanto, utiliza-se a abordagem de FLORENCIO e ARAÚJO (1996). Tais etapas se configuram como processos de aprofundamento das relações político-econômicas, da qual a União Européia, principalmente, percorreu e vivencia.

1ª) Zona de Preferência Tarifária	2ª) Zona de Livre Comércio	3ª) União Aduaneira	4ª) Mercado Comum	5ª) União Econômica e Monetária
O que ocorre nesse tipo de integração, é que as tarifas incidentes sobre o comércio entre os países que fazem parte desse acordo, são menores que as tarifas cobradas dos países que não são membros.	O segundo tipo de integração que compreende dois ou mais países, consiste em eliminar as barreiras tarifárias e não-tarifárias que incidem sobre o comércio dos produtos originários da região. O que permite o livre fluxo do comércio entre os países integrantes deste acordo.	A terceira etapa de uma integração econômica é caracterizada pela existência de uma zona de livre comércio, que possui uma tarifa externa comum (T.E.C.), isto diz respeito a uma mesma tarifa adotada pelos países membros do processo de integração para as importações advindas de outros países que não integram o acordo, além da livre circulação de bens. Em síntese, compreende a aplicação da mesma política comercial para o comércio de produtos com origem fora da região.	No chamado Mercado Comum, existe a livre circulação de bens, e também os serviços e os fatores de produção - capitais e mão-de-obra. Superada a fase de união aduaneira, passa-se a uma forma mais elevada da integração econômica, caracterizada também por um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais (trabalhistas e previdenciárias, por exemplo). Os países membros desse tipo de integração devem seguir os mesmos parâmetros para fixar as taxas de juros e de câmbio, para assim, definir a política fiscal. Porém, cada país coordena as suas políticas macroeconômicas.	Ao final, tem-se a União Econômica e Monetária, mais conhecida como Integração Econômica Total, sendo a mais elevada forma de integração. Nessa modalidade de integração, os países membros, passam a adotar uma política monetária, fiscal, social e anticíclica uniforme. Todos aqui devem ter uma mesma política macroeconômica, em que as decisões devem ser acatadas por todos os estados membros. A União Européia é a que em seus acordos tem objetivado este tipo de integração.

Essas “etapas” do processo de integração econômica e também política, podem ser visualizadas como uma “metodologia para a leitura dos processos de integração” que estão em curso neste cenário. É a luz dessas formas de integração regional, confrontados com os documentos que fundamentam e balizam o acordo, que o presente trabalho compreende o MERCOSUL, e localiza o setor educacional.

Segue-se uma breve descrição da trajetória do MERCOSUL, que tem como escopo a compreensão mais abrangente e clara da trajetória deste processo, abordando, mais precisamente os seus antecedentes com ênfase nos anos 80 e 90, período em que as relações entre Brasil e Argentina começam a se estreitar, mais especificamente, com o desígnio de estabelecimento do acordo de integração regional denominado MERCOSUL.

Para a compreensão da referida integração regional, é necessário realizar um pequeno retrocesso histórico, pois o MERCOSUL é decorrente de um processo evolutivo dos países da América Latina, que conviveram, e convivem, com o conflito que há entre abandonar as políticas protecionistas e adaptar-se a uma difícil convivência internacional, que atualmente está fortemente fundamentada sobre as bases da eficiência e competitividade. Portanto, o MERCOSUL, deve ser visualizado no interior do próprio contexto da América Latina.

É GLINKIN (1984), quem recorda que a idéia de unidade latino americana teve suas origens no contorno de batalhas revolucionárias dos povos deste continente, que almejavam libertar-se do jugo dos colonizadores espanhóis e portugueses. O que propiciou a unidade latina americana, inicialmente foi a orientação fortemente anticolonialista, cujas bandeiras foram: liberdade e independência.

“... los hombres que dirigían la guerra por la independencia eran políticos avanzados de su tiempo que actuaban como defensores de los intereses de toda la nación. Pese a las diferencias de criterios políticos valoraban con sensatez y sagacidad las dificultades con que habrían de tropezar en la arena internacional los jóvenes Estados Latinoamericanos. No sólo se trataba de sacudirse el yugo de los colonizadores sino también de lograr el reconocimiento de la independencia conquistada por parte de la metrópole”. GLINKIN (1984 : 11)

Note-se que o desejo de liberdade é acompanhado pelo interesse de emancipação e promoção de uma participação no âmbito internacional; *“um misto de amor pela pátria e internacionalismo”*.

Neste período, em que havia lutas pela independência política dos novos Estados do “Novo Mundo”, um dos primeiros defensores da idéia de União da América Latina foi Simón Bolívar (Venezuela), “o Libertador”, “filho da América do Sul”. Em suas manifestações, Bolívar conclamava os povos da América a se unirem em confederação para defender e assegurar a liberdade e independência. Infelizmente, os grandes esforços de Bolívar não tiveram naquele período os frutos que esperava, todavia, apresenta-se como um dos patrocinadores das primeiras idéias integracionistas na América Latina, e que sem dúvida alguma repercutiu e repercute até os dias atuais. (SILVA, 1990)

Simón Bolívar, pela ótica de PIVIDAL (1983 : 127) sempre se dedicou a fortalecer a integração econômica e política como mecanismo defensivo e de fortalecimento de *“uma grande nação –hispano-américa– que tivesse condições de se defender dos perigos do imperialismo e do nascente imperialismo norte-americano”*.

Após Bolívar, houve outras personalidades que também defenderam a idéia de união latino-americana. Aproximadamente na Segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX,

cujos principais, apontados por SILVA (1990) e GLINKIN (1984), são: San Martín, Domingo Faustino Sarmiento, Mariano Moreno, da Argentina; Juan Egaña, Bernardo O'Higgins e Andrés Bello, do Chile; Victor Raul Haya de la Torre, do Perú; José Vasconcelos, do México e José Henrique Rodó, do Uruguay; Bernardo Monteagudo, da Bolívia, José Cecilio del Valle da América Central etc. Tais defensores da união latino-americana, segundo SILVA (1990 : 35) estavam fundamentalmente *“voltados para os aspectos sócio-culturais da união-americana, a qual era defendida como meio de assegurar a preservação dos valores culturais próprios e garantir a independência cultural da América Latina frente à penetração de valores alienígenas”*.

A premissa acima defendida pelos defensores de uma união latino americana apresenta um caráter peculiar a seu período. Por isso, é vista criticamente se trazida ao nosso tempo, à medida que pode ser interpretada equivocadamente por alguns ‘neocolonialistas’, como contrária ao processo de desenvolvimento da região.

Equivocam-se aqueles que pensam que estes homens foram apenas sonhadores ou ideólogos de uma integração latino americana. Pois como já foi referido, a motivação para uma unidade latino americana surgiu no interior de conflitos revolucionários, da qual participaram, em busca de acabar com o domínio colonial espanhol, principalmente.

Acrescenta-se a isto, os argumentos que nortearam as lutas e os projetos de criação de uma união latino americana durante esta época:

“... Dicha unión debería, en primer lugar, garantizar la defensa de la independencia conquistada y de la integridad territorial contra los atentados de cualesquiera fuerzas externas, en segundo lugar, asegurar relaciones pacíficas y amistosas entre sus participantes y, en tercer

lugar, permitir a los jóvenes Estados independientes ocupar un lugar digno en la arena internacional y practicar una política exterior activa. Además, se estipulaba que el establecimiento de una estrecha colaboración facilitaría la solución mancomunada de muchos problemas económicos y sociales importantes, comunes a todos sus participantes". (GLINKIN, 1984 : 12)

Nota-se nesse período a preocupação com o processo “homogeneizador globalizante” imposto pelos colonizadores e a busca de impulsionar os interesses latino americanos.

Entra em cena os Estados Unidos da América, que em uma de suas manobras políticas declara a Doutrina Monroe¹¹. Nela, os norte americanos afirmavam fortalecer a “*América para os [norte] americanos*”. “*A tal Doutrina não passava de uma declaração unilateral do governo norte-americano, a declaração do forte em favor de si mesmo, sob a máscara da defesa do fraco*”. (PIVIDAL, 1983: 183)

A partir do período pós-guerra as intenções e propostas de uma união latino-americana “tomaram corpo”, ressaltando a criação da CEPAL¹² (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações

¹¹ Agrega-se a esta leitura, a perspectiva de LIMA (1980 : 37-39) quanto ao significado da Doutrina Monroe a partir da ótica latino americana: “*A Doutrina de Monroe sempre foi, desde o seu primitivo estágio, uma doutrina egoísta que visava a reservar a América, econômica e diplomaticamente, para apanágio de sua porção preponderante, em vez de continuar a depender das suas velhas metrópoles, não mais exclusivistas do que a nova [...] O monroísmo é e constantemente foi uma teoria de governo para uso particular do inventor, e um compromisso unilateral ou tomado só com a população nacional, de seguir certa regra de proceder internacional*”. “*Em primeiro lugar, essa doutrina impediu a extensão da influência européia na América e até vedou a reocupação das posições perdidas, conservando, portanto, de fora, concorrentes que seriam para temer na expansão dos Estados Unidos. Em seguida substituiu violentamente aquela ascendência tradicional pela sua própria, mais adequada aos tempos*”.

¹² SANDRONI (1999 : 90-91), aponta que “*Os primeiros estudos da Cepal caracterizaram a América Latina como região fornecedora de produtos primários e consumidora de produtos industrializados vindos do exterior. Buscando a superação desse quadro de subdesenvolvimento, formou-se no organismo um quadro de especialistas renomados dos países da região (economistas, administradores, sociólogos) que, trabalhando numa direção comum, tornaram-se conhecidos como integrantes da Escola da Cepal. Esses técnicos (entre eles, Raul Prebisch, Celso Furtado, Felipe Herrera, Oswaldo Sunkel defenderam a necessidade de promover a industrialização da América Latina e a diversificação geral de sua estrutura produtiva*”.

Unidas) em 1948, criada com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino americanos; sua atuação estende-se até a época presente.

Este acordo é integrado por todos os países do hemisfério, além de contar com a participação dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França e Holanda, conta com sede no Chile, se reúne a cada dois anos com o intuito de debater projetos para a região e analisar as situações dos países-membros. Esta comissão foi a principal incentivadora destes movimentos, e apresenta, como idéia central a incorporação e difusão – deliberada e sistemática – do progresso técnico enquanto força impulsionadora da transformação produtiva e de sua compatibilização com a equidade e a democracia, visando o desenvolvimento regional. SILVA (1990) e SANDRONI (1999)

Acrescenta-se também a participação da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), cuja criação foi aprovada na Conferência de Londres, em novembro de 1945, entrando em vigor em novembro de 1946, com o objetivo de prestar serviços na área de direitos humanos, bem como promover a paz, lutar contra discriminações e promover o desenvolvimento do direito a educação, ciência, cultura etc. Apresenta como ‘fundamento’ a *“solidariedade intelectual e moral da humanidade”*.

SANDRONI (1999 : 619) afirma que a UNESCO (atualmente com sede em Paris) vem apoiando e complementando os esforços nacionais dos Estados-membros visando eliminar o analfabetismo, estender a educação gratuita e encorajar o livre intercâmbio cultural entre povos e nações. É composta por 186 Estados-Membros. Nos anos 80, foi acusada de ter enfoques excessivamente politizados sobre as

questões culturais, por esta razão sofreu muitas críticas, o que culminou com o afastamento dos Estados Unidos em dezembro de 1984.

ALMEIDA (1995), em sua cronologia a respeito da integração latino-americana, recorda que desde 1941, Brasil e Argentina fizeram um ensaio de “união aduaneira”, sem, contudo, obter resultados efetivos, isso ocorreu devido às diferenças políticas e diplomáticas apresentadas por ambos os países nesse período. Posteriormente, em meados de 1950 e 1953, Brasil, Argentina e Chile, tentam uma aproximação política e econômica frustrada, em decorrência da oposição de correntes pró-americanistas e antiperonistas.

Entre os anos de 1958 e 1959, ocorreu o Lançamento da “Operação Pan-Americana”, pelo Brasil, e a reaproximação Brasil-Argentina através do memorando Horácio Lafer.

Em 1975, foi criado o Sistema Econômico Latino Americano (SELA), constituindo o primeiro agrupamento livre da tutela imperialista. Além deste, foi firmado um Convênio Argentino-Uruguaio de Cooperação Econômica (CAUCE), aprofundado em 1985, através da chamada “Ata da Colônia”.

Brasil e Uruguai firmaram em 1976 um Protocolo de Expansão Comercial (PEC), e em 1986, ampliaram este acordo.

Em julho de 1978, por iniciativa brasileira e mais sete países sul americanos, foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica, usualmente conhecido como Pacto Amazônico, assinado entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Neste Pacto firmaram medidas para a potencialização e conservação das riquezas naturais da região amazônica, assim como a busca de fixação de diretrizes básicas para uma política comum, com

ênfase na preservação do meio ambiente e da conservação e “utilização racional” dos recursos naturais.

No ano de 1980, em Belém/PA (Brasil), ocorreu a primeira reunião dos ministros das Relações Exteriores dos países componentes do acordo. Nesta reunião foi firmada a “Carta de Belém”, estabelecendo princípios, bem como reafirmando outros, quanto à utilização e aproveitamento dos recursos naturais da região. Em 1995, em Lima/Peru, com o intuito de buscar o fortalecimento institucional, os chanceleres dos países integrantes do acordo decidiram criar uma secretaria permanente, com sede em Brasília.

A partir dos escritos de FLORENCIO e ARAÚJO (1996), constata-se que o início da “institucionalização” do processo de integração Latino americano pode ser encontrado na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC – em 1960, baseado fundamentalmente em um projeto que congregava todos os países da América do Sul, exceto as Guianas, e que tinha como objetivo fundamental o estímulo à industrialização e a diversificação das economias dos países latino-americanos, e a redução de sua dependência em relação às economias dos países mais industrializados.

Para melhor entendimento, este acordo visava a constituição de uma zona de livre comércio em um prazo de doze anos. Esta “Associação” teve uma vigência de 20 anos (1960-1980). Contudo, não obteve resultados significativos, principalmente diante da opinião pública, pois segundo FLORENCIO e ARAÚJO (1996 : 35), *“todos os países queriam abrir o Mercado dos demais para o seu produtos, mas nenhum queria abrir o seu próprio mercado. Essa foi a principal causa da estagnação da ALALC”*. Além deste fator, cabe pontuar que:

“... a assunção ao poder de regimes autoritários em quase todos os países da América Latina afetaria de forma

negativa o incipiente processo de integração da ALALC. Os regimes militares favoreciam as economias fechadas com substituição de importações. Sob a influência de idéias que favoreciam a auto-suficiência e a autarquia, o ideal de integração latino-americana tornou-se extremamente desacreditada". (DRUMMOND¹³, 1998 : 15)

Foram levantadas várias hipóteses acerca das possíveis causas de sua crise, no entanto, a resposta em si não foi exatamente definida.

Nos fins da década de 1970, no intuito de retomar a idéia da integração sobre novas bases, os países participantes da ALALC, negociam um novo Tratado, considerado menos ambicioso e mais flexível, a Associação Latino Americana de Integração (ALADI), inaugurada em Agosto de 1980, com a assinatura do Tratado de Montevideu, tendo como objetivo a total liberalização do comércio entre os 11 países membros¹⁴. Este acordo foi lido como um projeto bastante frágil, pois os países que o integravam possuíam disparidades de desenvolvimento econômico e de condução de suas políticas.

Mesmo apresentado-se como um acordo bastante modesto, continua existindo devido a sua maior flexibilidade em relação a ALALC, *"e é dentro do guarda-chuva da ALADI que se formam grupos menores, como, por exemplo, o MERCOSUL, tratado chamado de 'segunda geração',*

¹³DRUMMOND, Maria Cláudia (Assessora Técnica da seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, em palestra proferida aos funcionários do Senado), In: BRASIL. Senado Federal – Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Seção Brasileira. **MERCOSUL**: introdução e desenvolvimento. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

¹⁴ Integram a ALADI, acordo de natureza estritamente comercial, os países da Comunidade Andina: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, os países do MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além destes estão o Chile e o México. Segundo Documento apresentado pelo Grupo ALADI (<http://www.aladi.org>), até Agosto de 1998, foi contemplado um entrelaçamento de onze acordos de Complementação econômica, que poderão conduzir à formação de uma Zona de Livre Comércio entre esses países, previsto para 2005.

por haver sido conformado sob o acordo da ALADI". (DRUMMOND, 1998 : 15)

FLORENCIO e ARAÚJO (1996), bem como DRUMMOND (1998), relembram que havia dois fatores importantes que contribuíram para a integração dos países na ALADI, cujo primeiro seria o fenômeno da redemocratização e o segundo, a crescente diversificação da produção industrial, principalmente da Argentina, Brasil e México.

Além disso, Brasil e a República Argentina deram início à negociação de preferências comerciais, reduzindo as tarifas de forma recíproca.

3. Rearranjos Econômicos e a Formalização do MERCOSUL

No ano de 1985, a República Argentina e a República Federativa do Brasil, iniciam um programa de aproximação econômica, com a "Declaração do Iguaçu", nesse encontro foi designada uma comissão mista, presidida pelos ministros de Relações Exteriores de ambos os países, para tratar de assuntos referentes ao interesse em acelerar o processo de integração bilateral. É neste período que as relações entre ambos os países começam a se estreitar, visto que anteriormente, as relações entre eles eram acentuadamente marcadas pelo protecionismo e rivalidades não só econômicas.

Contudo, conforme afirma FLORENCIO e ARAÚJO (1996 : 36), *"... esse relacionamento, saltou para um patamar muito mais elevado em 1986, sob o impulso político dos governos de Raúl Alfonsín e José Sarney (que coincidiam em ter na aproximação com o maior vizinho um dos pilares de suas respectivas políticas externas)"*. Para DRUMMOND

(1998), este período e governos marcam o início do processo de integração Argentina-Brasil, antes impossível para ambos.

"... uma iniciativa de cunho bilateral, iniciada em 1985, tendo surgido logo após o final das ditaduras militares na região. Diria que um dos elementos determinantes a possibilitar a iniciativa da integração foi a onda de redemocratização ocorrida na América Latina".

Quanto a isto ALBUQUERQUE¹⁵ (1997 : 3-4) anuncia que

"... o germe do MERCOSUL nasceu dos entendimentos entre esses dois ex-presidentes, dos regimes democráticos vindos de uma recente experiência militar e autoritária, e que viam nesse estreitamento de cooperação entre os dois países, Brasil e Argentina, a possibilidade de defesa da democracia no novo contexto [...]. Tanto a Argentina quanto o Brasil tinham passado por situações de fragilidade, de grande vulnerabilidade a fatores externos, com as questões da dívida externa e da hiperinflação. E que, em ambos os países, havia empenho em tentar responder aos efeitos de natureza transnacional".

Além do fator "regime democrático", deve-se levar em conta que outro fator impulsionou a integração entre esses países: o intento de desregulamentar e promover a abertura econômica. Desta forma, esperavam uma inserção econômica aceitavelmente atrativa e competitiva no mercado internacional de capitais.

Em meados deste mesmo ano, é feita também uma "Ata para a Integração Brasil-Argentina", em que se estabeleceu o "Programa de Integração e Cooperação Econômica", mais conhecido como PICE; além de serem assinados bilateralmente diversos protocolos setoriais, principalmente para o segmento industrial. Esse Programa objetivava instituir um espaço econômico comum, com abertura seletiva dos

¹⁵ ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O MERCOSUL: balanço atual e perspectivas de consolidação. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER STIFTUNG. A Agenda Política e Institucional do MERCOSUL: aportes para a integração regional. **DEBATES**. São Paulo: Centro de Estudos Fundação Konrad Adenauer Stiftung, N.º14, 199, p.3-16

respectivos mercados e estímulo à complementação de setores específicos da economia dos países, com base nos princípios da gradualidade, flexibilidade e equilíbrio, essenciais à adaptação dos setores produtivos do país a uma integração.

O PICE foi considerado um acordo demasiadamente amplo, marcado pelas diversas diferenças entre as economias, e por um processo de estabilização da economia da Argentina (Plano Austral) e Brasil (Plano Cruzado), muitos itens do acordo não passou de teoria. Apesar de não obter êxito suficiente, ele possibilitou se contemplar uma “nova” realidade política para ambos.

Observa-se que a variável estabilidade torna-se crucial para viabilizar ou “desviabilizar” o desenvolvimento de um acordo de integração.

No ano de 1988, a República Federativa do Brasil e a República da Argentina, estabelecem o *“Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”*, cujo objetivo centrou-se na consolidação do processo de integração bilateral, tendo como foco principal, a instituição de um espaço econômico comum em um prazo máximo de 10 anos, a harmonização das políticas aduaneiras, agrícolas, comerciais, industriais, de transporte e comunicações e a coordenação de políticas monetárias, cambial e fiscal.

“Durante essa fase, foram assinados 24 protocolos sobre temas diversos, como bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear etc. Todos esses acordos foram absorvidos em um único instrumento, denominado ‘Acordo de Complementação Econômica N.º 14’, assinado em dezembro de 1990, no âmbito da ALADI, que constitui o referencial adotado posteriormente no Tratado de Assunção”. (BRASIL, 199?)

Os compromissos quanto à harmonização das políticas acordadas pelo Tratado foram ampliados em uma ratificação desses acordos, em 16/08/1989.

Em meados de 1990, os presidentes da Argentina e do Brasil, na “Ata de Buenos Aires”, decidiram que através de rebaixas tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, a eliminação de barreiras não-tarifárias, fosse conformado o mercado comum bilateral, até a data de 31/12/1994. Foi estabelecido em dezembro deste mesmo ano, um “Acordo de Complementação Econômica”, que veio a consolidar o programa de liberalização comercial concertado no Tratado de Integração, nos prazos que foram definidos pela Ata de Buenos Aires.

No tocante a liberalização comercial, pode-se afirmar que está relacionada a um processo empreendido desde meados de 1980, e institucionaliza o processo de integração que já apontava para “avanços” na criação de um espaço comercial da região.

Quanto ao período de 1998 a 1990, tomando as palavras de DRUMMOND (1998 : 16), é preciso levar em conta que:

“Os governos Collor-Menem determinaram a reformulação dos prazos e dos objetivos da integração. Em 1990, os dois países, Argentina e Brasil, firmavam a Ata de Buenos Aires, que estabeleceu a data de 31 de dezembro de 1994 – vejam bem como se antecipa – para a conformação definitiva de um mercado comum – e aí já se fala em mercado comum, claramente, na Ata de Buenos Aires – entre Brasil e Argentina. Logo se seguiu, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção para a constituição de um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai”.

É GINESTA (1999 : 170), em sua cronologia a respeito do MERCOSUL¹⁶ quem evidencia a preocupação que este acordo firmado entre Argentina e Brasil, suscitou ao Uruguai em especial:

"O governo uruguaio manifesta a sua preocupação pela marginalização a que está sendo submetido seu país pelo processo de integração entre Brasil e Argentina, do qual se considera sócio. A preocupação surgiu depois do encontro de Collor e Menem no dia seis em Buenos Aires (Argentina). O chanceler argentino, Domingo Cavallo, afirmou que o Uruguai foi convidado para a reunião por causa de suas dúvidas e reticências quanto à integração".

No início do primeiro semestre de 1990, em uma reunião entre os Ministros das Relações Exteriores e da Economia do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, definiu-se a conformação de um Mercado Comum, que inicialmente foi projetada para funcionar apenas entre Argentina e Brasil. Neste período, Uruguai começa a participar de forma plena deste processo, sendo que Paraguai foi convidado formalmente a aderir. Quanto ao Chile, GINESTA (1999) aponta que este optou por restringir a sua participação como 'observador' do processo de construção de um Mercado Comum, dispondo-se apenas a firmar acordos paralelos.

Em setembro de 1990¹⁷, os presidentes do Paraguai, Andrés Rodríguez, e do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Herrera solicitam a incorporação de seus países ao acordo gestado entre Argentina e Brasil. Durante esse período, Menem permanecia na presidência da Argentina, e Fernando Collor de Mello, no Brasil. A área de Livre Comércio projetada e assinada por ambos os países passou a se tornar um projeto de mercado comum.

¹⁶ A cronologia do MERCOSUL, apresentada no Livro de autoria do autor Jacques Ginesta, são de autoria e coordenação de Maria Izabel Mallmann e Vera Seitenfus, cuja pesquisa foi realizada por Carla B. Meinerz e Lizete Kummer.

¹⁷ <http://www.mercosur.com/htdocs/historia2html>. MERCOSUR: breve reseña histórica.

O campo de ação/atuação do MERCOSUL não deixa muito claro quais são especificamente os critérios para a incorporação ou exclusão/saída de um país do processo de integração regional, o que suscita ao questionamento sobre a possibilidade de ausência de critérios para a entrada, e possivelmente saída, dos países que integram o acordo.

A Argentina, nesse momento, estava passando por um processo de ajuste econômico interno, sob a égide do programa de conversibilidade externa da moeda.

Quanto ao Brasil, no governo Collor, estava iniciando um processo de abertura comercial unilateral, que se estende até hoje. Tornava-se interessante, portanto, o estabelecimento de um acordo externo. Infelizmente, mesmo sendo "condutores" do MERCOSUL, Argentina e Brasil não apresentam um modelo de desenvolvimento definido.

Todos os países da América Latina e por inferência os países do MERCOSUL estão sob influência dos Planos de Ajuste Estrutural e isto se constitui como importante e preocupante elemento para o contexto do processo de integração, além de ser constantemente ameaçado pela ALCA.

“Entre a metade e o final da década de 80 completava-se no cone sul a longa transição do período desenvolvimentista para o modelo de internacionalização dos mercados internos através da adoção definitiva de políticas de abertura comercial, de redução do papel do Estado e privatização das empresas públicas. Neste contexto nasceu e foi negociado o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL –, estabelecido pelo Tratado de Assunção”. (OIT; CUT, 1999 : 5)

Em 26 de março de 1991, na capital paraguaia, os representantes dos quatro países¹⁸ assinam o “Tratado de Assunção”, instrumento jurídico que fundamenta o acordo de integração, foi firmado pelos presidentes Carlos Saúl Menem, da Argentina; Fernando Collor de Mello, do Brasil; Andrés Rodríguez, do Paraguai; Luis Alberto Lacalle Herrera, do Uruguai, e os respectivos Ministros de Relações Exteriores, da Argentina, Guido Di Tella; do Brasil, Francisco Rezek; do Paraguai, Alexis Frutos Vaesken e do Uruguai, Hector Gros Espiel. Neste Tratado foram fixados as metas, os prazos e os instrumentos para a construção de um Mercado Comum, cuja pretensão inicial foi de conformá-lo até o dia 31 de dezembro de 1994.

Segundo o Tratado para a constituição de um Mercado comum¹⁹, este acordo implicaria em:

“- Livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente;

- O Estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

- A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Parte – de comércio exterior, agrícola,

¹⁸ Ver Quadro 1: Mercosul: informações gerais (Dados 1999), permite ter uma visão geral dos países integrantes (pleno).

¹⁹ BRASIL, Governo Federal. Capítulo I, Propósito, Princípios e Instrumentos, Artigo I, In: Tratado de Assunção, 26/03/1991.

industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem –, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Parte e;

- O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração”.

A adaptação das diferentes economias a essas novas regras foi a princípio, motivo de atritos e tensões entre os integrantes do MERCOSUL. No que se refere a esta dimensão do acordo, GINESTA (1999 : 191) aponta que: *“A dificuldade adveio, especialmente, da resistência de determinados setores econômicos de se exporem à concorrência em um mercado ampliado”.*

Apesar do MERCOSUL ser integrado oficialmente por quatro países, é importante salientar que predomina uma relação bilateral, decorrente da importância relativa da Argentina e Brasil.

Quanto à participação de Chile e Bolívia neste processo de integração, é necessário afirmar que estes se inserem no acordo em 1996, porém, como países associados, visando à formação de uma área de livre comércio (segundo o acordo, previsto para um prazo máximo de dez anos) com o MERCOSUL.

No que se refere a estes dois países e sua participação no MERCOSUL, DRUMMOND (1998 : 29) relata que:

“Eles são sócios de segunda classe do MERCOSUL, sem ter todos os direitos. O Chile já tem sua tarifa externa muito baixa, e não lhe interessaria entrar na união aduaneira. Esses são motivos econômicos e comerciais. A Bolívia faz parte do Pacto Andino que tem uma outra tarifa externa comum, o que impede de ser membro pleno do MERCOSUL.

Todavia, eles são associados, sempre atuando e participando das reuniões como observadores”.

Após compreender as etapas do processo de integração econômica e os seus antecedentes, é possível afirmar que o acordo, desde a sua criação, apesar de ter passado por um avanço em termos econômicos/comerciais, – fato este que deixou as potências mundiais atentas – não conseguiu cumprir com o que havia estabelecido no Tratado de sua constituição (Tratado de Assunção): por em marcha o Mercado Comum em 1º de janeiro de 1995.

Diante do não cumprimento do que havia sido estabelecido no Tratado de Assunção, os estados partes elaboraram o Protocolo de Ouro Preto²⁰. Neste documento é feita alteração no cronograma pondo em vigência uma União Aduaneira, anterior à constituição de um Mercado Comum. Todavia, ao contrário do Tratado de Assunção, em que se demarcou uma data limite, consta, no Protocolo de Ouro Preto, que “o presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação”.²¹

Apesar de constituir-se enquanto um Sistema Internacional, à medida que houve “alterações” nas dimensões, que corresponde a uma mutação das relações entre as unidades componentes do acordo. O MERCOSUL caracteriza-se como uma “União Aduaneira imperfeita”, visto que há ainda vários setores e produtos que não estão inclusos na TEC²² (Tarifa Externa Comum),

²⁰ Protocolo de Ouro Preto, Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura Institucional do MERCOSUL, foi aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 188, de 15/12/95 (DOU de 18/12/95), e promulgado pelo Decreto 1901, de 9/05/96 (DOU de 10/05/96).

²¹ Tratado de Assunção. Capítulo X – Vigência, Artigo 48, 17/12/94.

²² Quanto a TEC, pretende-se que esteja implementada para a totalidade do universo tarifário até o ano de 2006.

“... desde el 1° de enero de 1995 se puso en marcha la denominada unión aduanera imperfecta que supuso la eliminación de todas las trabas arancelarias y para-arancelarias al comercio recíproco y la adopción de un arancel externo común frente a terceros países. Esta figura no está en la actualidad plenamente vigente, ya los cuatro Estados partes negociaron lo que se dio en llamar un régimen de adecuación, por el cual algunos productos en el comercio intra Mercosur continuarán pagando aranceles por un tiempo. De la misma manera, se establecieron las listas de excepciones al arancel externo común para un grupo de productos específicos. Lo que está previsto es que la unión aduanera rija plenamente para los cuatro países a partir del año 2006, mientras las listas de excepciones al arancel externo común y el régimen de adecuación irán reduciéndose en forma automática y lineal. Paralelamente, desde enero de 1995 está en marcha un mecanismo de reducción anual de gravámenes a la importación entre los cuatro países”.²³

Quanto ao que representa o MERCOSUL, há controvérsias. Para NEUTZLING (1997), por exemplo, ocorre um esforço patético de alguns países subdesenvolvidos na tentativa de garantir um mínimo de competitividade com os grandes blocos econômicos neste cenário global.

Autores como MAGNOLI e ARAÚJO (1997) destacam-no como “*um agrupamento*” de países “emergentes” e subdesenvolvidos, que se situam na “periferia da economia mundial”.

BARBOSA (1993), ARAÚJO e FLORÊNCIO (1995) vêem o MERCOSUL como um dos projetos mais relevantes da diplomacia brasileira, representa a retomada de uma longa tradição de tentativas integracionistas no contexto latino americano, tanto no âmbito sub-regional, quanto no multilateral.

PEÑA (1992) concebe o MERCOSUL como um instrumento na busca de facilitar a consolidação da democracia, a transformação

²³ <http://www.mercosur.com/htdocs/historia2html>. (MERCOSUR: breve reseña histórica).

produtiva e a inserção competitiva na economia internacional dos países que o integram.

PORTO e BUARQUE (1997 : 69), ao fazerem um exame sobre a representação do MERCOSUL e suas possíveis vantagens e desvantagens, declaram:

“... o MERCOSUL reúne nações com uma grande diversidade de peso econômico e nível de industrialização e diferenças significativas nos padrões de competitividade que criam algumas desvantagens comerciais entre os mesmos. O sobrepeso da economia brasileira na união comercial pode representar um grande complicador pela dependência que o mercado comum passa a ter das orientações políticas e das condições sócio-econômicas e político-institucionais do Brasil. Também registra enormes distorções sociais e um processo de degradação recente do capital social básico acumulado no passado recente [...] As dimensões do mercado regional constituem um grande atrativo para investimentos externos à região, podendo facilitar a localização de empreendimentos de grande escala nos países pequenos, como Uruguai e Paraguai, com localização bastante privilegiada dentro do amplo eixo de desenvolvimento que se cria com o MERCOSUL. No entanto, o processo de integração entre países tão diversificados pode levar a uma maior polarização econômica, reforçando as diferenças em detrimento dos países de menor peso econômico e extensão de mercado”.

SCURO, (1998 : 2-3), atenta para o fato do MERCOSUL e praticamente todas as iniciativas de integração econômicas empreendidas na América Latina, ao contrário da União Européia, tiveram como cenário situações de crise e incerteza. Portanto,

“... os países que dele farão parte ainda precisam provar que podem, de alguma forma duradoura e razoável, administrar desequilíbrios macroeconômicos, corrigir os efeitos nefastos do endividamento externo e refrear a degradação de seus estoques de capital humano”.

Sejam quais forem os contratempos e visões quanto ao que representa o MERCOSUL, “críticos” ou apenas “ufanistas”, é preciso avultar que este acordo “pseudo-integracionista” inegavelmente vem

“evoluindo” de forma cautelosa e deixou de ser meramente uma possibilidade de mercado, retrata, apesar dos percalços, e grandes fragilidades, sejam de desníveis sócio-econômicos, de existência de conflitos econômicos (latentes e manifestos), principalmente, e de estrutura, um avanço, mesmo que preliminar, para a integração da região. O que exige a definição de seu papel na economia mundial e o aperfeiçoamento do processo para uma *efetiva* integração, quanto ao estabelecimento de políticas comuns e a eliminação da competição interna e assimetrias reguladoras; que conforme já foi mencionado, não descarta a possibilidade de conflitos. (BRASIL, MICT, 1998)

Todavia, o MERCOSUL não retrata o "apogeu" dos projetos "bolivarianos", mas sim uma possibilidade estratégica de (re) inserção econômica de âmbito mundial, que pode, ou não, contribuir para melhorar as "margens de manobra" e a força negociadora dos países integrantes deste acordo na arena internacional.

O MERCOSUL, mesmo constituindo-se como um dos mais importantes blocos *comerciais* do mundo, quando analisado globalmente, apresenta indicadores que “camuflam” a grande desigualdade econômica e social dos países integrantes, o que segundo PORTO e BUARQUE (1997 : 60) podem dificultar a integração sub-regional e conduzir a uma distribuição desigual dos resultados econômicos e comerciais para a região.

Este acordo, mesmo despontando-se como uma integração enfaticamente diplomática, especificamente tratada pelos Ministérios da Economia e Relações Exteriores deve constituir-se enquanto questão a ser compreendida não somente por agentes dos setores comerciais e ‘políticos’, mas por toda a sociedade civil que está sendo direta e indiretamente afetada pelo processo. Daí surge a necessidade de estudos que possibilitem esta compreensão, e a partir disso permita a

interferência lúcida nos processos desta integração. Caso contrário os atores nos cenários local, regional e global sempre serão os mesmos.

O desafio que se coloca para a região apresenta-se a cada dia mais complexo. Pois o:

“... percurso de transição do modelo desenvolvimentista /protecionista para um modelo de internacionalização dos mercados tem produzido fortes inflexões desses propósitos e, ao contrário do previsto, o MERCOSUL está cada vez mais dependente do mercado internacional. Argentina e Brasil têm acumulado grandes déficits comerciais e o aumento de seu intercâmbio comercial vem gerando uma interdependência econômica de caráter conflitivo, já que a mesma não é acompanhada das políticas que deveriam promover a especialização comercial e produtiva e nem o aprofundamento da complementação econômica. Os governos puderam consolidar o livre comércio entre si e uma política de comércio exterior comum porque a convergência macroeconômica do MERCOSUL foi ditada pelos Planos Cavallo e Real e não pela harmonização das políticas estruturais, como estava previsto”. (OIT; CUT, 1999 : 3)

Observa-se, portanto, que o MERCOSUL é um processo de integração que se sustenta sob frágeis políticas de estabilização monetária, que não está promovendo o necessário desenvolvimento e crescimento político, econômico e social dos países envolvidos no acordo de integração.

Diante do que foi mencionado anteriormente, o documento da OIT e CUT (1999 : 23), lê o MERCOSUL enquanto

“... um modelo de integração ‘politicamente conduzido’, onde os Estados fazem o monitoramento negociado de sua evolução e aprofundamento, mas, por outro lado, depois de 1995 vem caminhando cada vez mais para um modelo de ‘globalização negativa’ em razão das políticas desreguladoras adotadas pelos governos que o integram e da crescente internacionalização do mercado regional”.

Em decorrência disso, os países integrantes do MERCOSUL vêm arcando com as consequências de se exporem nas relações comerciais externas, seja intra e/ou extra região, paralelamente nota-se o agravamento da situação social nos quatro países e a ausência de aprofundamento no processo de integração econômica e política do MERCOSUL.

4. O Brasil em Questão

A América Latina como um todo vem há muito tempo financiando grande parte da expansão das economias centrais. Ela é a partir da perspectiva de ARRUDA (1999) uma área riquíssima, todavia, seus povos foram empobrecidos por mais de quatro séculos de exploração e opressão. Mesmo após a declaração da independência dos países latino americanos, observa-se que estes permanecem subjugados pelos “poderes hegemônicos” e elites financeiras internacionais.

O Brasil, em especial, apresenta-se como uma nação com disparidades regionais bastante evidentes, é possível vislumbrar em determinadas regiões pessoas viverem de forma comparável a países de primeiro mundo, enquanto que em outras predominam condições subumanas.

Além da dívida externa, o país possui uma dívida política e social que abrange milhões de pessoas que foram (e estão sendo) sacrificadas há mais de três séculos, a estas lhes tem sido privado a cidadania, parte da vida, saúde, previdência, educação etc.

Na tentativa de superar parte dos problemas internos do país, estabilizar e ajustar a economia, “o Brasil” continua a fazer empréstimos a juros elevadíssimos e se prostrando aos credores externos, gerando custos sociais intermináveis.

Para esclarecer o panorama atual ARRUDA (1999 : 25-26) afirma:

“O Brasil encontra-se com baixo crescimento econômico, alta dependência de importações e de capitais externos, reduzido investimento público e privado, desnacionalização de empresas públicas e privadas, inclusive nos setores de infra-estrutura [...] tudo isso acelera a dependência de recursos externos, hoje e amanhã”.

ARRUDA (1999) acrescenta que o desequilíbrio financeiro que ameaça devastar a economia e a sociedade brasileira é de caráter estrutural, decorrente da opção política dos governos e seus aliados em percorrer um caminho exacerbadamente dependente do capital estrangeiro.

Nas décadas de 60 e 70 as políticas em que o endividamento externo se baseou na bandeira ilusória de “crescer para depois dividir” se intensificaram.

“A crença de que a acumulação de capital e o crescimento econômico deveriam antes de tudo impor uma concentração de renda, até que a economia alcançasse o ponto em que os benefícios dessa acumulação e o crescimento pudessem naturalmente alcançar pouco a pouco a maioria, foi amplamente divulgada. A prioridade era criar um ambiente que atraísse o investimento externo, proclamado como um dos principais instrumentos de desenvolvimento econômico. Os países foram também instados a tomar empréstimos privados em bancos comerciais do norte, em lugar de recorrer as agências bilaterais. A natureza impopular dessas políticas e a desigualdade resultante geraram uma grande inquietação social. Para controlar tal inquietação, os governos do norte,

particularmente os Estados Unidos, não hesitaram em promover regimes militares”. (ARRUDA, 1999 : 98)

Quando o bolo cresce não querem dividi-lo, e a maior parte da sociedade se vê cada vez mais marginalizada. Essas políticas colaboram para a criação de dois mundos distintos cada vez mais polarizados, pois contribuem para a concentração de renda em escala nacional e global.

Em 1990, o Banco Mundial²⁴, reconhece a incapacidade da “economia de ‘livre’ mercado” de lidar com as questões sociais e humanas, a partir de então, adota o “*alívio da pobreza*” como meta, retomando a idéia de que o Estado deveria cumprir sua função no que se refere a compensar as deficiências do mercado. Eis o novo argumento: “*crescimento acelerado e alívio da pobreza*”.

O raciocínio que legitima e fortalece a ideologia de “livre” mercado permeia não só o campo econômico, assim como o político, na qual a educação, sendo apropriada indevidamente por esses grupos, se vê reduzida a uma visão estritamente instrumental, para uso do capital, perdendo gradativamente seus elementos constitutivos e se desconfigurando.

²⁴ O Banco Mundial (World Bank), conhecido também por BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), é segundo ARRUDA (1999 : 43) “*uma das organizações nascidas do Acordo de Bretton Woods. Foi criado com o objetivo inicial de financiar a reconstrução dos países atingidos pela guerra. Mas, seu objetivo declarado ao longo das décadas seguintes foi promover o desenvolvimento econômico e social nos países do terceiro mundo. O Banco Mundial funciona, no plano financeiro, como um banco comercial. Mas, durante a década dos 80, ele e o FMI (Fundo Monetário Internacional) passaram a influir nas políticas macroeconômicas e na própria definição do desenvolvimento dos países devedores. Fizeram isso ao promover Programas de Ajuste Estrutural, concedendo empréstimos em troca dos compromissos dos governos do terceiro mundo de pôr em prática aquelas políticas de ajuste, marcadamente neoliberais; sem perguntar às populações desses países que tipo de desenvolvimento queriam*”. Nesta agência financeira, o sistema de decisões, por voto, é proporcional às quotas detidas por cada um dos países. E é por essa mesma razão que ela se encontra sob domínio dos países mais ricos (“*capitaneados pelos Estados Unidos*”), e por sua vez satisfazem as exigências, necessidades e interesses econômicos e políticos desses países.

O desenvolvimento que deveria ser visto como consequência de uma política social e economicamente estruturada e ativa torna-se obsessão para os países acorrentados pelas amarras do passado, presente e futuro.

Recorre-se as palavras de ARRUDA(1999 : 109), quando este aponta o desafio que se põe no horizonte das relações locais, nacionais, regionais e/ou mundiais,

“Na realidade, o desafio é realizar tanto uma mudança institucional, política e sócio-econômica quanto uma transformação espiritual, psicológica e cultural, que envolva cada uma e todas as pessoas humanas e comunidades num esforço que visa uma outra globalização, centrada no ser humano e nas suas comunidades – não no capital –, e nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade, da complementaridade e da solidariedade”.

5. Estrutura orgânica e dinâmica de funcionamento do MERCOSUL

Após a compreensão do processo de integração, torna-se importante compreender a estrutura e funcionamento organizacional do MERCOSUL.

A administração e a execução do Tratado de Assunção durante o período de transição foi constituída por dois órgãos:

- (CMC) *Conselho do Mercado Comum;*
- (GMC) *Grupo Mercado Comum.*

O *Conselho do Mercado Comum* é o órgão superior de *condução política* do processo de integração, foi regulamentado internamente pela Decisão n.º2/98. É composto pelos chanceleres, pelos ministros de Relações Exteriores e de Economia dos quatro países membros, ou os seus equivalentes. Reuni-se uma vez ao ano ou quando acha oportuno/necessário. Dentre as várias funções exercidas por este órgão destacam-se:

- controlar o cumprimento do Tratado de Assunção, seus protocolos e acordos firmados nesse âmbito;
- formular políticas e promover ações indispensáveis à conformação do mercado comum;
- exercer a titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL;
- negociar e firmar acordos com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais;
- manifestar-se sobre propostas apresentadas pelo Grupo Mercado Comum;
- promover reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe submeterem; criar, modificar e extinguir órgãos.

Já o *Grupo Mercado Comum*, é o *órgão executivo*, regulamentado pela Decisão n.º4/91 (GMC), vela pelo cumprimento do Tratado, adota as providências necessárias para o cumprimento das decisões do Conselho, toma iniciativas e propõe medidas necessárias à administração do Tratado de Assunção, encarregado da cooperação econômica setorial e macroeconômica. É responsável pela elaboração do

calendário das atividades que deverão desembocar na assinatura do Tratado definitivo.

O GMC é integrado por quatro titulares e mais quatro representantes de cada país membro do MERCOSUL, sendo que no Brasil, os mesmos são pertencentes aos respectivos Ministérios de Relações Exteriores (que coordenam suas seções nacionais) de Economia, ou seus equivalentes (especificamente das áreas de indústria, comércio e/ou coordenação econômica), e dos Bancos centrais. Compete ao Grupo reunir-se quantas vezes for necessário, tais reuniões devem ser coordenadas pelos Ministérios das Relações Exteriores, e se manifesta mediante resoluções.

No Tratado de Assunção, o GMC constituiu seus próprios órgãos subordinados de negociação, de caráter técnico, denominado subgrupos de trabalho (SGTs), em número de onze:

1. Assuntos Comerciais;
2. Assuntos Aduaneiros;
3. Normas Técnicas;
4. Política Fiscal e Monetária relacionada com o Comércio;
5. Transporte Terrestre;
6. Transporte Marítimo;
7. Política Industrial e Tecnológica;
8. Política Agrícola;
9. Política Energética;
10. Coordenação de Políticas Macroeconômicas;
11. Relações Laborais, Emprego e Seguridade Social.

Além desses órgãos, existe a Reunião de Ministros e Reuniões Especializadas, que tem a função de desenvolver iniciativas integracionistas que não fazem parte da esfera econômico-comercial. Inclui os Ministérios da Justiça, da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Meio ambiente e Turismo.

A Secretaria Administrativa do MERCOSUL²⁵ (SAM), no Tratado de Assunção é considerado o órgão que atende ao GMC, esta Secretaria conta com uma direção, que dirige e administra este órgão.

Durante todo o período de transição, foram as instituições intergovernamentais que conduziram o MERCOSUL. Em seguida, foi negociado o Protocolo de Ouro Preto – Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura Institucional do MERCOSUL (*Figura 1*), que estabelece as instituições definitivas do acordo, assinado pelos quatro presidentes, em 17 de dezembro de 1994. De acordo com FLORÊNCIO e ARAÚJO (1995) e, principalmente com o próprio Protocolo, estabeleceu-se:

1 – (CMC) *Conselho do Mercado Comum*, que se manteve com a mesma composição (Ministros das relações Exteriores e da Economia, ou seus equivalentes, e da Fazenda). Com a entrada em vigor do Protocolo de Ouro Preto, ficou determinado que as reuniões deveriam ser semestrais, ao invés de anuais como estabelecido no Tratado de Assunção.

Note-se que o CMC constitui-se órgão hierarquicamente máximo no interior da estrutura do MERCOSUL, de caráter político, é conduzido fundamentalmente pelos Ministros da Economia e Relações Exteriores. Este aspecto destacado aponta para o caráter do processo,

²⁵ Segundo Informe Anual de Actividades 1998, Estructura Orgánica de la Secretaría Administrativa del Mercosur, documento extraído do Site: <http://www.algarbull.com.uy/secretariamercosur>.

quanto ao encaminhamento das políticas e suas respectivas decisões, e incita a um questionamento acerca dos níveis de participação no MERCOSUL, bem como das decisões tomadas em seu interior. Ressalta-se o fato de que este órgão tem autonomia para criar, modificar e extinguir órgãos no interior da Estrutura do MERCOSUL.

2 – (GMC) *Grupo Mercado Comum (Figura 2)*, assim como a instituição anterior manteve as mesmas características, permanecendo como o principal órgão de implementação dos objetivos do MERCOSUL, responsável pela supervisão de seu funcionamento. Além desses encargos, passou a:

- fixar programas de trabalho que assegurem a constituição final do Mercado Comum; criar, modificar ou extinguir subgrupos de trabalho e outros órgãos, reuniões especializadas;
- manifestar-se sobre as propostas e recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos;
- negociar e assinar acordos com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais, por delegação expressa do Conselho. No caso do GMC, são acentuadamente voltados para aqueles setores que afetam mais diretamente a economia dos países.

3 – (CCM) *Comissão de Comércio do MERCOSUL (Figura 3)*, funciona desde outubro de 1994, é o principal órgão técnico, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, e integrado por quatro membros titulares e quatro alternos por Estado Parte, é encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum, e tem a responsabilidade de administrar os instrumentos da política comercial, da aplicação da Tarifa Externa comum, bem como velar pela aplicação

dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra MERCOSUL e com terceiros países.

4 – (CPC) *Comissão Parlamentar Conjunta*²⁶ (Figura 4), essa comissão não se constitui como um Parlamento comum, mas é composta por 16 parlamentares de cada país membro – são designados pelos respectivos parlamentos –; já estava prevista no Tratado de Assunção para facilitar o estabelecimento do MERCOSUL. No entanto, com a entrada em vigor do Protocolo de Ouro Preto, passou à categoria de órgão, com o objetivo de acelerar os procedimentos legislativos necessários à entrada em vigor, das normas em cada país, sendo discutidas e decididas pelos órgãos do MERCOSUL com capacidade decisória.

De caráter legislativo, os encaminhamentos e acordados estabelecidos por esta comissão, pouco têm avançado após a assinatura do Protocolo de Ouro Preto. Aponta-se (BRASIL, MICT, 1998) como entrave para a Comissão e avanços do sistema legislativo do MERCOSUL, o seguinte aspecto:

"As normas até agora aprovadas pelos quatro países tem o caráter de obrigatoriedade em todos os casos, mas não de supremacia ante as diferentes legislações internas. [...] A obrigatoriedade teria que ser sinônimo de supremacia para todos".

²⁶ Atualmente, há no interior da Comissão Parlamentar Conjunta as Subcomissões: de Temas Comerciais, Temas Aduaneiros, Fronteiriços e Normas Técnicas; de Política Industrial Agrícola e Tecnológica; de Relações Institucionais, Seguridade, Direito de Integração e Temas Municipais; de Coordenação de Políticas Macroeconômicas, de Políticas Fiscais e Monetárias; de Políticas Laborais, de Seguridade Social e Saúde/Desenvolvimento Humano; de Educação e Temas Culturais; de Política Energética, de Transporte, de Comunicações e de Serviços; de Meio Ambiente e População.

No caso específico da Argentina, o artigo 75 de sua constituição exige a reciprocidade no cumprimento das normas de integração, sendo que para esta nação as normas estabelecidas no âmbito do MERCOSUL têm supremacia sobre a legislação interna. Já no Brasil, o que ocorre é o oposto, pois uma norma interna pode modificar outra do MERCOSUL.

Referente a internalização dessas normas há outro problema apontado (BRASIL, MICT, 1998), não há "controle" do processo, tão pouco prazos estipulados para o seu cumprimento. Além da ausência de um sistema uniforme de interpretação destas normas, que atualmente, fica a cargo de cada país, o que pode gerar "distorções" para o seu entendimento e sua aplicação.

5 – (FCES) *Foro Consultivo Econômico-Social (Figura 5)*, tem a responsabilidade de reunir os representantes dos setores econômicos e sociais (empresas, sindicais e entidades da sociedade civil) para a discussão de temas vinculados ao MERCOSUL, bem como a formulação de propostas específicas. *Cumprir uma função consultiva e se manifesta mediante Recomendações feitas pelo GMC.*

Apesar de abarcar setores econômicos e sociais, este órgão é apenas de caráter consultivo, todavia, aponta para um certo "avanço" em termos de participação, que indubitavelmente não foi concedida, mas cedida após reivindicações sindicais, como é o caso da participação da CUT – Central Única dos Trabalhadores.

6 – (SAM) *Secretaria Administrativa do MERCOSUL (Figura 6)*, passa a ser um *órgão prestador de serviços* a todos os demais órgãos, não apenas ao Grupo Mercado Comum, como havia sido estabelecido no Tratado de Assunção. Esta Secretaria (SAM) é composta pelos seguintes setores:

- Documentação e difusão;
- Informática;
- Normativa do MERCOSUL e;
- Recursos e Serviços.

Além dos órgãos responsáveis pelo processo de integração como um todo, o MERCOSUL manteve os seus diversos órgãos temáticos que são:

- *Reuniões de Ministros (Figura 1)*: já constante no Tratado de Assunção, têm estrita relação com o Conselho do Mercado Comum, constitui-se como *foro para a coordenação de políticas em áreas específicas entre os Ministros* dos quatro países e para a tomada de iniciativas, que visam o desenvolvimento do processo de integração em suas respectivas áreas.

- Reuniões dos Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais (Decisão N.º6/91);
- Reuniões dos Ministros da Educação (Decisão – N.º7/91);
- Reuniões dos Ministros da Justiça (Decisão N.º8/91);
- Reuniões dos Ministros do Trabalho (Decisão N.º16/91);
- Reuniões dos Ministros Agricultura (Decisão N.º11/92);
- Reuniões dos Ministros Cultura (Decisão N.º2/95) e;
- Reuniões dos Ministros Saúde (Decisão N.º3/95).

- *Subgrupos de Trabalho (Figura 2)* (Res. 20/95): é o principal órgão de assessoramento técnico do Grupo Mercado Comum, já constante no Tratado de Assunção. Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, os SGTs sofrem algumas alterações:

1. Comunicações;
2. Mineração;
3. Regulamentos Técnicos;
4. Assuntos Financeiros;
5. Transporte e Infra-Estrutura;
6. Meio Ambiente;
7. Indústria;
8. Agricultura;
9. Energia;
10. Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social;
11. Saúde.

- *Reuniões Especializadas (Figura 2)*: assim como os subgrupos acima mencionados, estão vinculadas ao G.M.C.; há Reuniões especializadas de Turismo, Ciência e Tecnologia;

- *Grupos “ad-hoc” (Figura 2)*: responsáveis por assessorar o G.M.C. no que diz respeito às questões setoriais específicas ou em aspectos do relacionamento externo do MERCOSUL. Existe o grupo “ad-hoc” de Serviços, Aspectos Institucionais, Açúcar, MERCOSUL-ALADI, MERCOSUL-OMC;

- *Comitê de Cooperação Técnica (Figura 2)*: tem a responsabilidade de acompanhar a implementação das iniciativas de cooperação técnica entre o MERCOSUL e a União Européia, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras entidades que financiam estudos e eventos sobre o MERCOSUL.

No que tange a tomada de decisões, esta questão foi acertada no Tratado de Assunção, em que os representantes dos quatro

países optaram por um esquema em que todas as decisões tomadas em todos os níveis são de responsabilidade dos quatro governos. Como informa o documento,

“... qualquer ato oriundo dos órgãos do MERCOSUL que afeta a vida de um cidadão brasileiro, foi decidido pelo governo brasileiro, em conjunto com os governos dos outros três países. Além disso, no MERCOSUL, as decisões são todas fruto de consenso. Nenhuma resolução pode ser adotada sem a concordância dos quatro governos”.

No Brasil, o Tratado de Assunção chegou a ser criticado por haver optado pelo sistema de decisões por consenso. Alegava-se que esse modelo implicava uma sujeição do Brasil à vontade de três países econômica e demograficamente menores. Defendia-se o sistema de voto ponderado, inspirado no modelo europeu, como esquema mais apropriado a refletir o peso relativo dos países. Com o tempo demonstrou-se, no entanto, que o mecanismo do consenso, fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes seria mais favorável para o desenvolvimento do MERCOSUL (FLORENCIO e ARAÚJO, 1995). O sistema de decisões em si é, portanto, considerado como elemento decisivo e fundamental para o encaminhamento de qualquer política adotada neste âmbito.

Quanto a este aspecto, FLORENCIO e ARAÚJO (1995 : 70), por exemplo, afirmam que o sistema de consenso funciona como uma força de agregação. *“É um sistema que leva à permanente busca do equilíbrio entre as particularidades individuais e o projeto coletivo”.*

No tocante ao sistema de decisões dos órgãos formalizados pelo Protocolo de Ouro Preto, ficou mantido o sistema de consenso e da obrigatoriedade da presença de todos os Estados Partes.

VIZENTINI (1990 : 145), argumenta que:

“... um tribunal de justiça supranacional não se justifica, na medida em que as normas são adotadas consensualmente e, obrigatoriamente, transformadas em legislações nacionais. Assim procedendo, atuam como bloco regional, mas os países membros continuam a falar com voz própria, dentro de uma política comum, no que diz respeito ao Uruguai, Paraguai e Argentina, o maior peso relativo do Brasil faz com que se sintam mais seguros com a vigência de uma prática decisória intergovernamental”.

No entanto, ao apresentar tal perspectiva, o referido autor atenta para a questão de que

“... a inexistência de instituições supranacionais, contudo, também apresenta certos inconvenientes. No contexto da tradição histórica auto centrada de cada país latino-americano, a ausência de organismos supranacionais pode tornar o conjunto mais vulnerável às pressões externas, o que está se tornando uma questão crucial”.

Aparentemente este processo de integração tem sido difundido para a sociedade e para os agentes econômicos, como um “projeto das nações” e não apenas de seus governantes. Todavia, a partir de uma compreensão mínima da estrutura e funcionamento do MERCOSUL institucional, é possível afirmar que se trata de órgãos que estão intimamente ligados de forma bastante rígida aos aparelhos de Estado dos países que compõe o Acordo. Quanto a isto, SILVEIRA (1997 : 146), faz a seguinte observação:

É possível verificar “uma presença bastante fraca, mesmo nos subgrupos de trabalho, de organismos representativos da sociedade civil, sobretudo das classes trabalhadoras, no processo de negociação. Dada a já referida debilidade de participação dos Legislativos neste processo crescente-se, as negociações tornam-se excessivamente dependentes da ação de governos que, circunstancialmente, podem não apresentar legitimidade necessária para a condução de negociações vitais para o processo integracionista e para o futuro das economias regionais e de longo prazo”.

Há um consenso por parte dos atores envolvidos de que os objetivos propostos para o MERCOSUL são questões de largo alcance,

entretanto, ao mesmo tempo em que se afirma a necessidade de uma participação de todos os órgãos públicos e entidades privadas afetadas, de instituições de ensino e pesquisa, observa-se que este acordo ainda é pouco discutido ou estudado em outras esferas que não a dos governantes e empresas de grande porte que integram as comissões ou que são/estão sendo diretamente atingidas pelos acordos. Trata-se portanto, de um acordo que deixa evidente em suas linhas e entrelinhas a existência de um “déficit de democracia”, no interior da própria estrutura e em termos de participação da sociedade civil como um todo.

O Informe sobre o MERCOSUL e relações trabalhistas elaborado pela OIT e CUT (1999), ao fazer menção sobre os atores políticos e sociais envolvidos no processo de constituição e desenvolvimento do MERCOSUL expressa que a decisão de constituir o MERCOSUL foi um processo exclusivo dos quatro governos executivos, sendo a sua homologação nos respectivos congressos nacionais (que passou praticamente despercebido).

“Trata-se de um processo negociado e conduzido unicamente pelos governos, mas que obviamente interagem com atores políticos, sociais e econômicos que nunca se opuseram à idéia de criação de um bloco econômico e comercial na região e têm contribuído de uma e outra forma para o aprofundamento do processo de integração”. (OIT; CUT, 1999 : 9)

O MERCOSUL, por sua vez, desde a sua criação contou com a “vontade presidencial” para contribuir com o processo de integração regional. Na perspectiva da OIT e CUT (1999), apesar de polêmica, encontra-se a seguinte afirmação:

“O fato que esta vontade não esteja identificada com programas partidários tem favorecido sua continuidade de um governo para o outro. Desde a assinatura do Tratado de Assunção a mudança de presidente e de partidos governantes não teve maior impacto sobre o

processo de integração sub-regional". (OIT; CUT, 1999 : 9)

Quanto a "rigidez" manifesta em sua estrutura, esta conduz a um questionamento acerca dos encaminhamentos dado nesta esfera, quanto a existência de um "projeto nacional" e "regional" – que inevitavelmente traz resquícios partidários e/ou individuais –, todavia estes não devem – ao menos não deveriam – se sobrepor aos interesses de um projeto mais amplo voltado para a coletividade, seja no âmbito da nação e/ou da região – se é que ele existe.

Quanto aos partidos políticos, em particular, a atuação tem sido ínfima, restringindo-se a participação na Comissão Parlamentar Conjunta (organismo consultivo).

Já, no setor empresarial, a atuação difere entre grandes grupos nacionais, os de média e pequena produção.

Segundo a perspectiva da OIT e CUT (1999 : 11), o primeiro setor – grandes empresários –, goza de um grau de autonomia bastante significativo, *estes "adotaram estratégias de regionalização" e se "beneficiaram da liberalização comercial e não dependem das políticas governamentais para aprofundar-se"*.

Os de média produção, tem *"buscado na criação do mercado ampliado a compensação pela política de cooperação industrial"*.

Quanto aos pequenos produtores (empresários e produtores agrícolas), estes *"não têm expressão no mercado regional e dependem totalmente das esferas de governo para estabelecer algum tipo de participação na mesma"*.

Apesar das incertezas quanto ao que viria a se concretizar enquanto MERCOSUL, as centrais sindicais apoiaram a idéia de

construção de um bloco econômico e comercial na região, tal qual a sua expansão na América Latina.

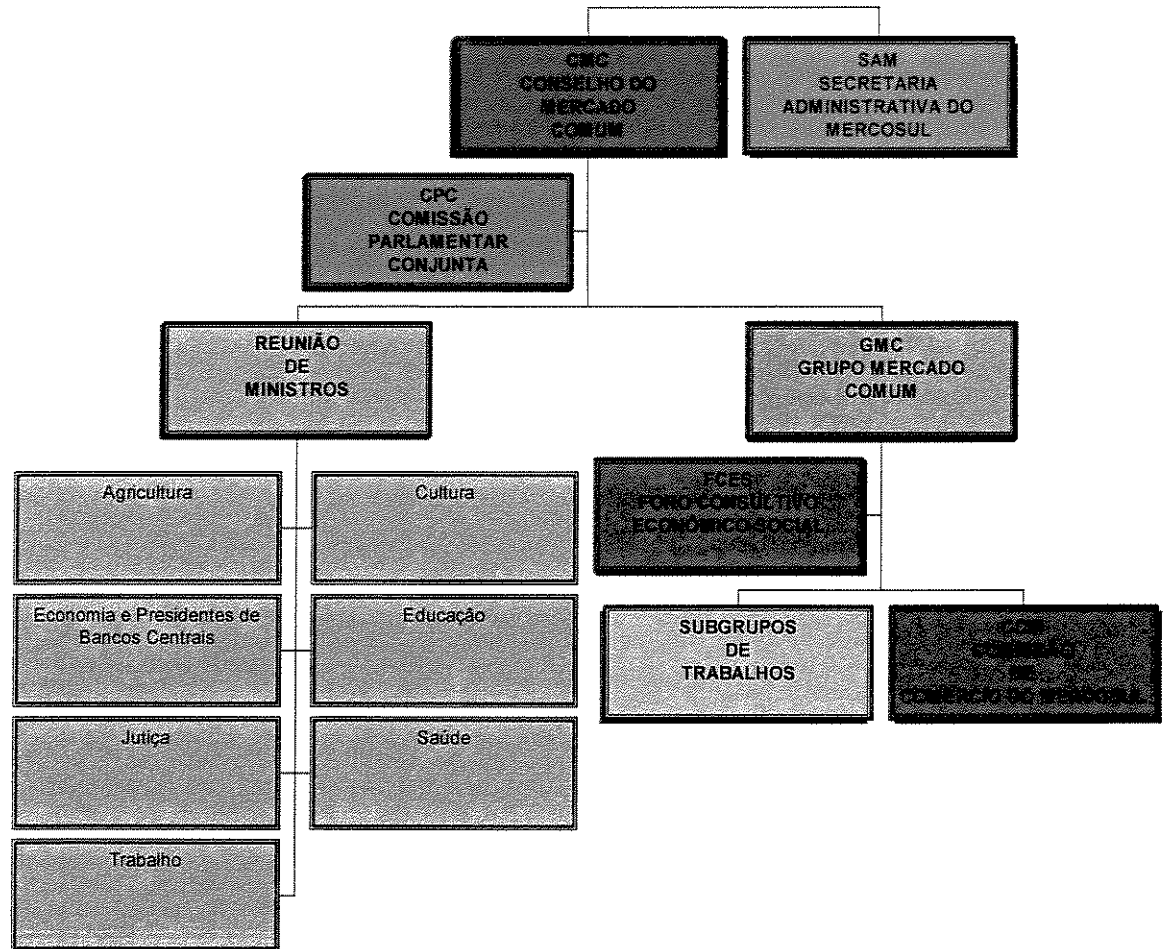
Um dos fatores que favoreceu a participação ativa de empresários e sindicatos, além das pressões próprias desses grupos, foi a existência de estruturas temáticas de “negociação” no interior do MERCOSUL.

O que se pode extrair após compreender as bases da estrutura e dinâmica de funcionamento do MERCOSUL, é que há um longo caminho a ser percorrido em sua devida e necessária busca democrática no sentido de fazer avançar este acordo e a participação de vários segmentos da sociedade, no que se refere aos assuntos/grupos inseridos e não inseridos em suas pautas de discussão, negociação e implementação.

O modelo democrático, fundado no pluralismo e participação, ainda em fase preliminar, defronta-se com muitas barreiras, porém não intransponíveis, dentre as quais destaca-se as seqüelas do longo período de autoritarismo, que se reflete com uma inexpressiva participação da sociedade nos processos de modo geral.

Estrutura Organizacional do MERCOSUL²⁷

Figura 1



²⁷ As figuras que seguem, foram elaboradas a partir de <http://www.algarbull.com.uy/secretariamercosur/> e http://www.intr.net/mercosur/estr_org.htm.

Figura 2

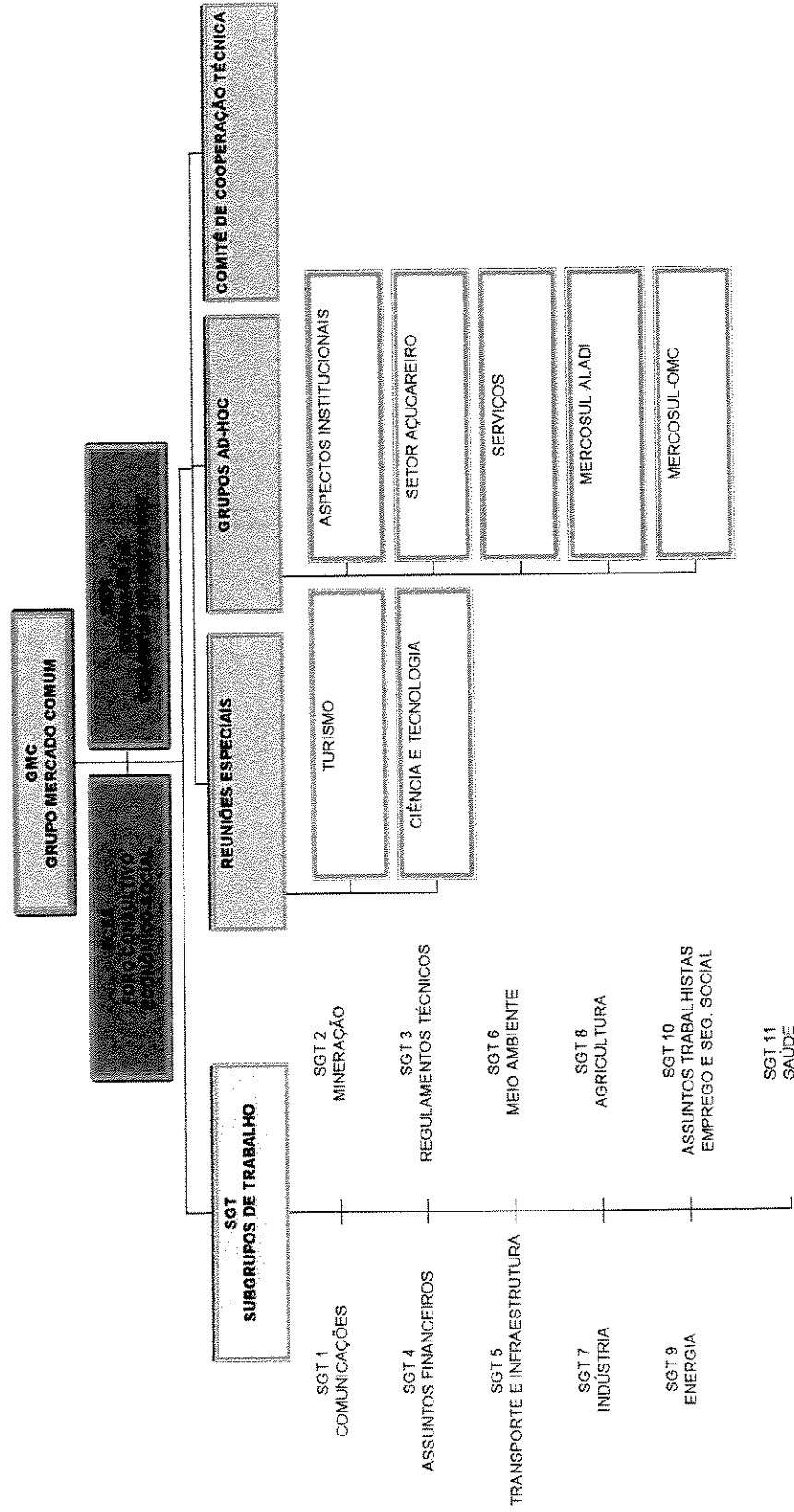


Figura 3

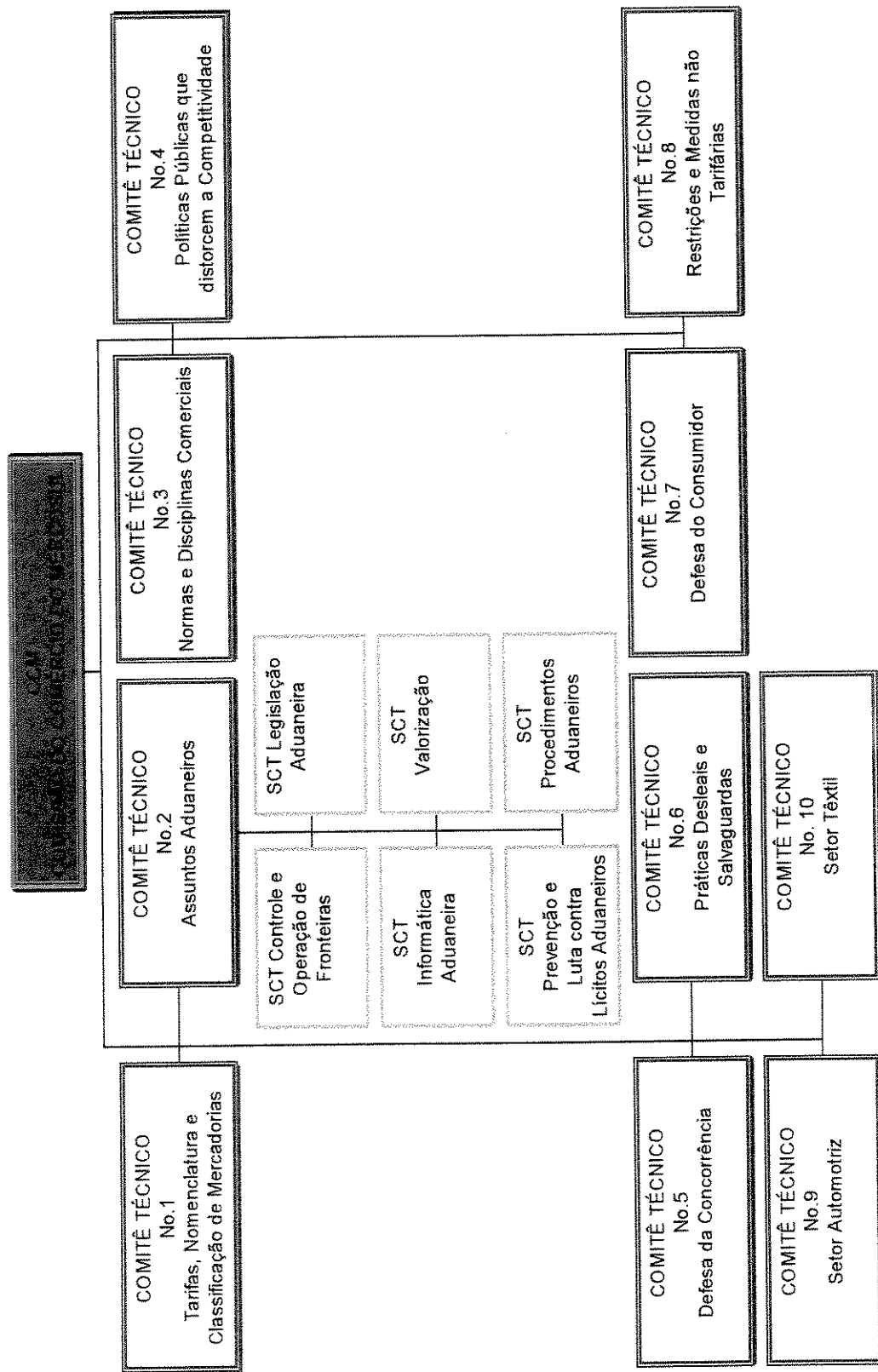


Figura 4

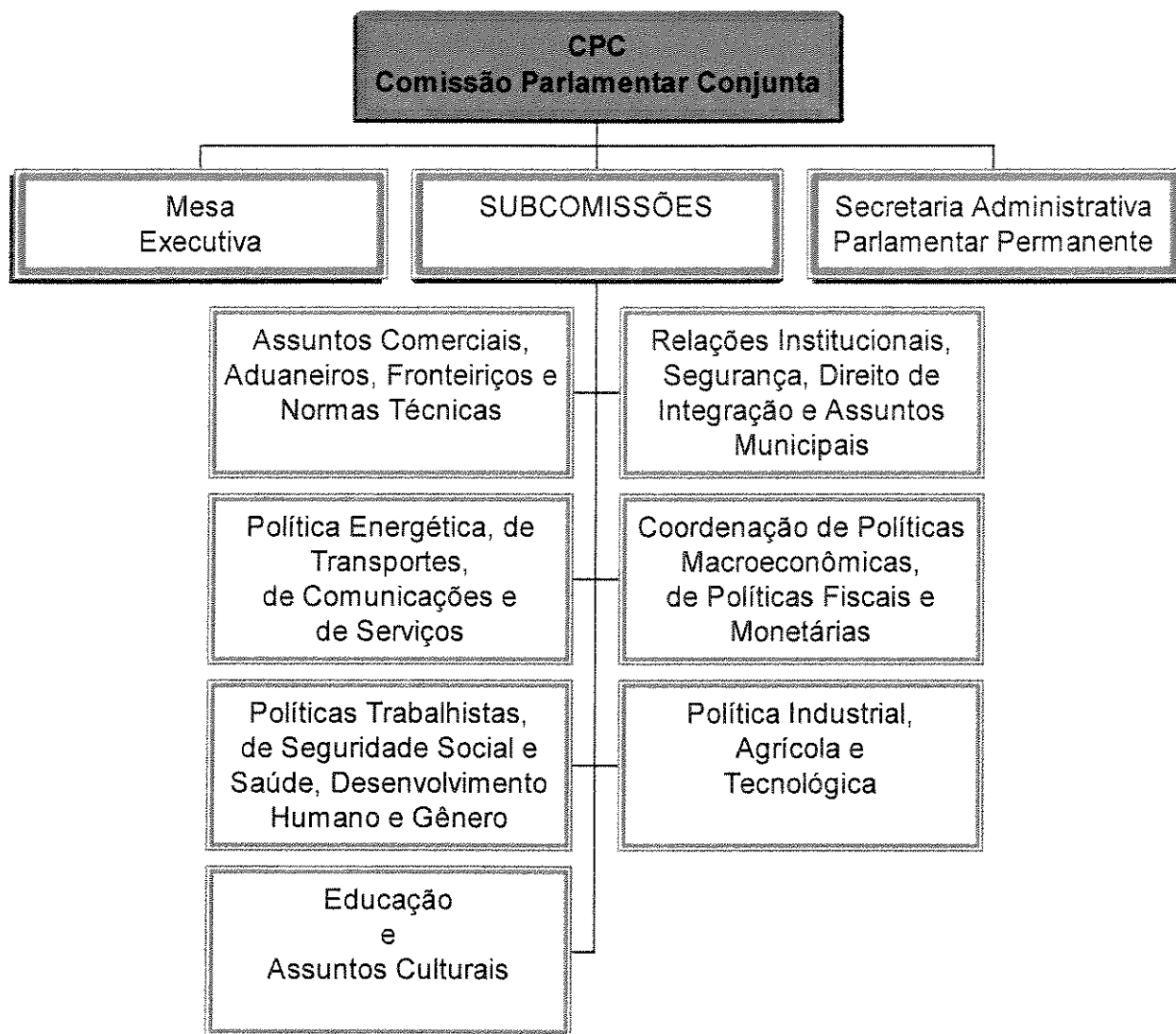


Figura 5

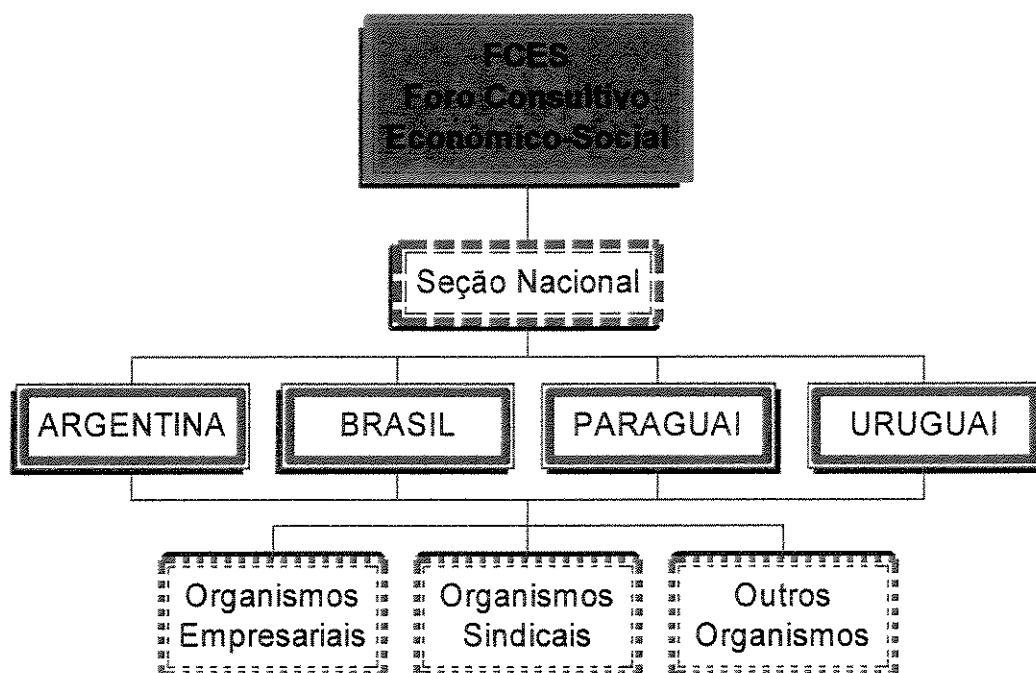
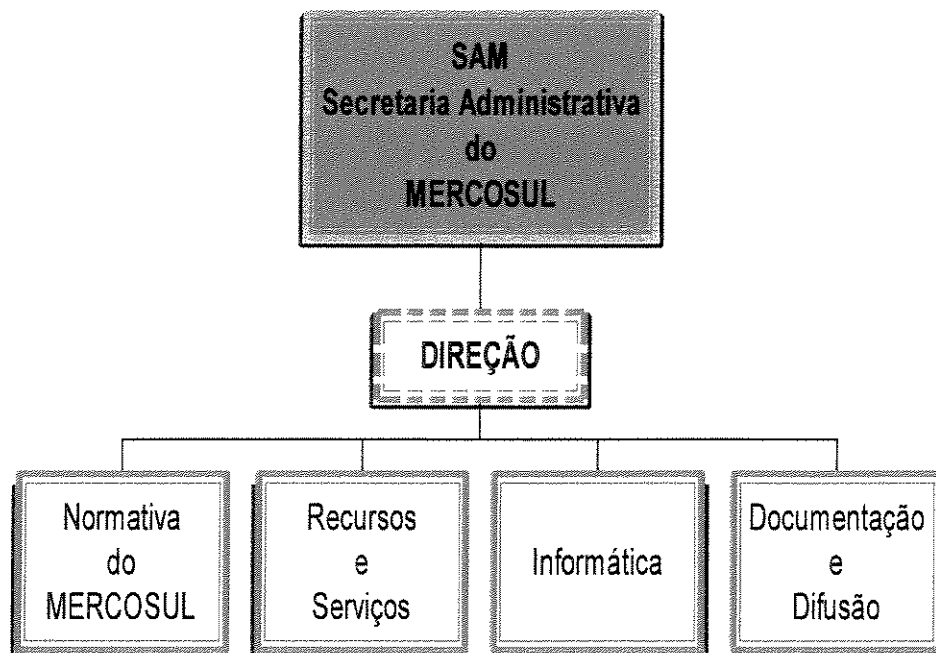


Figura 6



Capítulo II

Globalização e Educação

“A educação não é uma maneira para nos livrar mos da pobreza do país. É uma maneira para enfrentá-la”.

(Julius Nyerere²⁸)

O propósito deste capítulo é descrever como se “recolocam” problemas fundamentais como a educação no horizonte de possibilidades e desafios do processo de globalização de forma ampla.

Para tanto, apresenta-se inicialmente uma discussão bastante simplificada acerca do contraponto globalização/mundialização, conforme anunciado em capítulo anterior. Posteriormente, insere-se a educação, que surge no rol de políticas prioritárias, com sua “relativa” importância no interior das (re)

²⁸ Julius Nyerere foi ex-professor e Presidente da República Unida da Tanzânia, na década de 70.

formulações ideológicas predominantes na América Latina, que vem sendo corroborada como decisiva para o crescimento econômico, para o “alívio” da pobreza e atenuação das disparidades regionais, no período que inclui as décadas de 1960 a 1990. Tal fato, conduz a um questionamento sobre o que se percebe em relação ao cidadão que se requer e do que se materializa neste contexto local e com suas “devidas” e “indevidas” projeções globais.

1. Globalização e/ou Mundialização?

Uma introdução ao debate

A discussão iniciada no primeiro capítulo sobre o processo de globalização, remete a um aprofundamento e maior esclarecimento do que se constitui como processos de globalização/ mundialização, na qual se insere, dentre outros, o setor educacional.

Visto que existe uma gama muito grande de leituras sobre esses conceitos e processos em desenvolvimento, procurou-se apresentar apenas algumas delas, o que permite trazer à tona parte da dimensão do problema e complexidade, bem como dar uma visão da falta de clareza sobre o que de fato vem a se constituir como globalização/mundialização.

Para GARTEN (1998: 1-2), por exemplo, a globalização é entendida como um processo com ênfase econômica e comercial, cujas proporções transcendem as mesmas. Nesse sentido, a globalização refere-se a investimentos estrangeiros, fluxos internacionais de dinheiro e comércio internacional, em que “o casamento entre tecnologia da informação e transporte” tornam-se fundamentais para o

estabelecimento dessas relações econômicas. A perspectiva do referido autor, aponta ainda que,

“Em fases passadas da globalização, os governos eram sua força propulsora, reduzindo barreiras comerciais e estabilizando moedas. Hoje, a pressão para tornar o mundo um mercado integrado vem menos dos governos do que das empresas. Os vínculos internacionais das empresas estão ficando resistentes a erupções ocasionais do protecionismo...”

Já, na visão de GOVINDARAJAN e CUPTA (1998), a globalização pode ser definida de várias formas, dependendo do nível que se deseja focalizar. *“Podemos falar sobre a globalização do mundo inteiro, de um país, de um só setor industrial, de uma única empresa ou até de uma determinada atividade ou função dentro de uma empresa”.*

Em suas dimensões mais amplas, a globalização, para ambos os autores é entendida como a crescente dependência econômica entre países, que se reflete nos fluxos de bens, serviços, capital e *know-how* que atravessam fronteiras.

A globalização de um país significa o volume das conexões entre a economia nacional e o resto do mundo.

“Apesar da crescente globalização, nem todos os países são igualmente integrados na economia global. Alguns indicadores chave para avaliar a integração global da economia de um país são o volume de exportações e importações em relação ao PIB, os fluxos de entrada e saída de investimentos estrangeiros diretos e indiretos e o fluxo de entrada e saída de pagamentos de “royalties” associados à transferência de tecnologia”. (GOVINDARAJAN e CUPTA, 1998)

No âmbito industrial, a globalização diz respeito ao grau em que a posição competitiva de uma empresa de determinado setor, em um país, é interdependente com o mesmo setor em outro país.

A globalização na esfera empresarial, para GOVINDARAJAN e CUPTA (1998), significa o grau que a empresa atingi(u) de internacionalização de seu faturamento e de sua base patrimonial e sua participação dos fluxos internacionais de capital, bem e *know-how* entre subsidiárias.

Assim como GARTEN (1998), ambos os autores, lêem o processo de globalização como um aspecto enfaticamente econômico/comercial/de corporações, este posicionamento pode ser fortalecido, quando GOVINDARAJAN e CUPTA (1998 : 2) afirmam que a globalização é impulsionada

“... porque executivos específicos em empresas específicas tomam decisões que resultam em maiores fluxos internacionais de capital, mercadorias ou know-how. Os executivos tomam um número cada vez maior de decisões nesse sentido, porque a globalização está se tornando mais exequível e mais desejável”.

Em uma outra abordagem, GOERGEN (199?) afirma que o processo de globalização não é meramente um conceito da moda, mas um processo de reestruturação do agir e construir humanos, inclusive nas ciências sociais e humanas. *“Este novo cenário do mundo atual, independente da relação que se estabelece entre ele e o passado moderno pode ser interpretado como processo de globalização”.*

IANNI (1996, 1997a), diferentemente de alguns autores não faz clara distinção entre os processos de planetarização, transnacionalização, globalização e mundialização, tratando-os como processos imbricados entre si,

“É claro que esse ciclo de mundialização, de planetarização, de transnacionalização ou globalização é simultaneamente um ciclo de integração e de fragmentação. O que fazer? É contraditório, uma coisa não nega a outra. Tudo o que é humano é contraditório todo o tempo, não nos iludamos. Vivemos sempre empenhados em fazer de conta que as

coisas estão integradas, harmonizadas, equilibradas. Mas isso é ilusório. Em tudo o que é humano só se produz e reproduz integrações e contradições o tempo todo. Portanto, a globalização é um processo de integração que se realiza em vários níveis na nova divisão transnacional do trabalho, na abertura e integração dos mercados, associação de empresas, formação de conglomerados, alianças etc. Mas ao mesmo tempo um processo de fragmentação, isto é desenvolvem-se tensões, antagonismos em vários níveis, tanto no econômico, social e político como nos nacionalismos, que ainda recrudescem no mundo, como tribalismos, como fundamentalismos, juntamente com racismos, com etnicismos. É o florescimento desses problemas que afligem a todos nós é um produto natural da globalização". (IANNI, 1996 : 3)

Ao fazer menção ao significado da globalização, IANNI (2000 : 180-19), expressa que na sociedade global, tudo o que diz respeito a economia e a sociedade nacional é posto em questão. O Estado, em sua ótica, se apresenta como um vasto aparelho administrativo *"de tal forma que os governantes se mostram como funcionários recitando principalmente diretrizes de cunho econômico-financeiros, em geral de acordo com as orientações ou injunções de corporações transnacionais e organizações multilaterais"*.

"No âmbito da globalização do capitalismo, visto como um modo de produção e processo civilizatório, alteram-se e inovam-se as formas de sociabilidade e os jogos de forças sociais, em escala diversa e mais abrangente do que se verificava no âmbito nacional, mesmo tendo-se em conta as implicações dos colonialismos e imperialismos. No âmbito da globalização, compreendendo a formação de uma sociedade civil mundial, as relações, os processos e as estruturas de dominação política e apropriação econômica envolvem outros, novos e poderosos jogos de forças sociais, polarizados em torno de soberania e hegemonia, democracia e tirania, guerra e revolução, alienação e emancipação". (IANNI, 2000 : 24)

IANNI (2000 : 36), procura apresentar o processo de globalização do capitalismo como um processo histórico-dialético, com suas contradições e repercussões econômico-político-sociais e culturais, enfim, *"o processo de globalização envolve a constituição de uma*

totalidade histórica e teórica, influenciando mais ou menos decisivamente os indivíduos e as coletividades, os povos e as nações”.

IANNI (1999 : 254)), quando da sociedade global, aponta-a dentre outros fatores, como uma totalidade abrangente, carente de interpretações, mas que constitui-se como um todo complexo e contraditório.

Na respectiva sociedade, o desenvolvimento apresenta-se bastante desigual, contraditório, “*A dinâmica do todo não se distribui similarmente pelas partes*”, e a medida em que se “*desenvolve*”, surge a necessidade de rever conceitos, categorias, interpretações.

Para MINC (1999), o processo de ‘globalização’ apresenta alguns problemas. Primeiro, porque este processo se pauta exclusivamente sob a economia; pelo fato do “*triunfo do mercado*” estar em constante risco; e por haver forte tensão entre uniformidade aparente que ela cria e a aspiração crescente de uma identidade.

“A globalização teve sucesso. Ela suscita mais ódio e hostilidade do que o mito do bom e velho imperialismo americano, já um pouco gasto. Apesar de onipresente, ela é inatingível: nenhum sinal externo de força, nem símbolos de poder, nem areópago militar. Tutelar, ela é invisível: não há manifestações de seu império, nem decisões a serem aplicadas, nem interpretações para contestar. Ela é uma realidade, a mais sólida das realidades, e não passa de uma idéia. Contradição sem precedentes porque, até o presente momento, as sociedades se rebelavam contra um poder, um embargo, uma classe dominante ou um regime, e nunca contra um conceito. Essa é a estranheza da situação: quanto menos a globalização se manifesta de maneira tangível, mais ela polariza as angústias e as inquietudes, reforçando o desejo de proteção e, portanto, o desejo de identidade”. (MINC, 1999 : 36)

Enquanto cidadão francês, o autor ao retratar a situação de seu país, e apontar os riscos e contradições da globalização regulada pela economia, senhora absoluta, destaca a importância de não se isolar

deste processo, criticando o “progredir camuflado” e afirma a necessidade de um agir visando a constituição de ‘novas’ possibilidades.

“Em qualquer lugar existem margens possíveis de jogo. É preciso se livrar das antífonas tradicionais. Combater a globalização competitiva é ilusório; querer domá-la com instrumentos antigos de essência estatal é contraproducente; adotá-la com a versão americana é ingenuidade. Entre a revolta infantil e a submissão irrefletida existe um grande espaço para quem tenta inovar”. (MINC, 1999 : 179)

ORTIZ (1996 : 73), ao contrário de MINC, ao refletir sobre o processo de globalização econômica aponta-o como um processo materializado ao longo do tempo e irreversível, no qual não é possível propor outras alternativas,

“Uno de los principales problemas políticos que trae la globalización es que no podemos oponer resistencia, o mejor [...] no podemos proponer otra alternativa. Es curioso, pero para los ortodoxos como para los militantes en partidos políticos, la globalización se piensa como una ideología y no como un proceso real de transformación. Algunos de ellos piensan que se trata de una falsa conciencia y que si logran desenmascarar la alianza desaparecería. Pero no es así”.

Em seus estudos, ORTIZ (1998,1999) busca diferenciar o processo de globalização e de mundialização. O primeiro, por tratar-se de um processo econômico/social e o segundo cultural.

“Una cultura mundializada solo puede existir cuando está localizada; no existen culturas mundializadas si no penetran la vida cotidiana de la gente”. (ORTIZ, 1998 : 77)

“A globalização das sociedades e a mundialização da cultura fazem parte de um processo que atravessa as sociedades nacionais. Ela corresponde, portanto, à formação de um outro tipo de singularidade social (a ‘sociedade global’)...” (ORTIZ, 1999 : 146)

GUGLIANO (2000 : 65), em seu estudo sobre o processo de globalização, afirma que ele, em geral, tem sido caracterizado como um fenômeno econômico-financeiro. Porém, acrescenta que tal fenômeno se

dá a partir de determinadas condições políticas e culturais. Nesse contexto, o autor aponta que a “crise dos Estados nacionais” é um elemento central que possibilita a expansão do processo de globalização, à medida em que os países vêm perdendo controle sobre suas próprias economias, que por sua vez, facilita o predomínio das relações de mercado e fragiliza a situação dos governos frente às mudanças na esfera internacional e às pressões dos investidores multinacionais.

Para o mesmo autor, o processo de globalização, é um projeto em disputa, em que cada região ou país deve repensar e discutir sobre a sua inserção, seja no processo de permanência ou de transformação da atual “ordem” internacional.

Segundo TOMASSINI (1997), o processo de globalização, enquanto tendência central do tempo atual, tem sido visualizado de diversas maneiras. Para o autor, há de se fazer devida distinção entre os conceitos de internacionalização, transnacionalização e globalização.

O primeiro conceito diz respeito a algo que sempre existiu. Internacionalização existe, desde a idade moderna, em que surgiram os estados nacionais. A transnacionalização, contudo, é um fenômeno, que segundo TOMASSINI (1997), a princípio, se circunscrevia à produção, depois às finanças e mais tarde aos mercados internacionais de capital.

Quanto ao processo de globalização, TOMASSINI (1997 : 17) afirma:

“No es un mero intercambio de diplomáticos y soldados, de bienes y servicios, a través de las fronteras nacionales ni se limita a la transnacionalización de los sistemas productivos. La globalización impulsa todo ello, y mucho más, pero lo hace a través de un poderoso proceso de acuñación y difusión de ideas, valores, preferencias, tecnologías, formas de producción y de organización, comportamientos públicos y privados y, ciertamente, conocimientos, información y comunicaciones. [...]Lo que se

difunde no son tanto productos sino ideas acerca del mercado, la democracia, la participación, la educación, el matrimonio, la familia, la sexualidad, el trabajo, el tiempo libre y muchas otras cosas”.

Para TOMASSINI (1997), o processo de globalização, que engloba e afeta os países, as indústrias, as empresas, o governo, a educação, as pessoas, de distintas maneiras, tem múltiplas causas que o impulsiona, dentre as quais, destacam-se: a transformação da base tecnológica, das economias e das sociedades industrializadas; o caráter econômico, político e social; e por fim a sua índole cultural, referente a crise da modernidade, entendida como um rechaço a excessiva racionalização da vida social e pessoal, em nome da capacidade criativa do sujeito.

Dentro deste raciocínio, os acordos de integração regional não são considerados respostas alternativas ao processo, mas respostas dentro do/para o processo, e que emergiram do processo.

SANTOS (1997 : 54), em seu trabalho, faz uma abordagem a partir da multiplicidade de interpretações que permeiam o conceito da globalização, o que denuncia a ambigüidade deste conceito. Para a mídia, o fenômeno da globalização apresenta-se como um *“fenômeno de diminuição do mundo pela maior acessibilidade proporcionada pelas novas tecnologias em comunicação e transporte”*. Outra definição, entende a *“globalização com a afirmação do mercado sobre os Estados Nacionais, do que resultaria sua dissolução”*. Esta última definição segundo a autora, deve ser revista, visto que as evidências tem apontado em sentido oposto.

Outra possibilidade de interpretação deste processo, segundo SANTOS (1997 : 54-55), é aquela entendida como *“expansão das empresas transnacionais a partir do fim da Segunda Grande*

Guerra”. Além desta, há aquela que identifica o processo com a emergência do capitalismo.

Na visão de SANTOS (1997: 55), dentre outros, a globalização é entendida não como um aprofundamento do movimento de expansão das empresas multinacionais, mas como um novo fator. *“Na realidade, argumentam que se trata de uma nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que levam a sua sustentação como sistema hegemônico”*.

SANTOS (1997), não estabelece nitidamente a diferenciação entre o processo de globalização/ mundialização. *“A globalização, isto é, o processo de mundialização atual do capitalismo, apresenta várias faces: a financeira, a comercial, a produtiva, a institucional e a da política econômica”*.

Ao apresentar as várias faces do processo de globalização, SANTOS (1997 : 57-63) destaca:

- a globalização comercial: que *“corresponde ao fenômeno da tendência à homogeneização das estruturas de demanda e oferta, propiciando ganhos no aumento da escala da produção, ainda que venha diminuindo o ciclo de vida dos produtos”*;
- a globalização financeira: que resulta da *“desregulamentação dos mercados financeiros mundiais, atraindo volume crescente de recursos da esfera produtiva”*;
- a globalização produtiva: que *“corresponde ao fenômeno da produção mundial de um bem para o qual muitas economias nacionais contribuíram com diferentes*

aportes de insumos”; e por fim, a tendência à uniformização das agendas explícitas de governo, “esta tendência está relacionada com a necessidade de harmonização das políticas que afetam o desempenho econômico, cuja unidade de análise relevante vai deixando de ser os Estados Nacionais e passa a ser constituída de todo o planeta”.

BERNAL-MEZA (1997 : 99-107), distintamente de SANTOS (1997), sustenta pontualmente que há diferenças conceituais entre os processos de globalização/mundialização. Em sua leitura, a mundialização tem como ator principal a corporação transnacional; a globalização, enquanto ideologia da nova concepção de mundo, um processo social, um momento do processo de acumulação capitalista; e regionalização, lida como uma das formas de potencializar política e economicamente os países no atual cenário.

“Definimos la mundialización como el eslabón más actual de la acumulación capitalista, que busca detener la acumulación decreciente de la tasa de ganancia, a escala planetaria. [...] Asociada a la globalización, la mundialización ha venido generando tendencias negativas en las economías y sociedades subdesarrolladas, como son: la erosión del Estado, a través de la desregulación; retroceso acelerado de la acumulación capitalista nacional (burguesa/privada y estatal), en beneficio de la acumulación transnacional (corporación transnacional), y el debilitamiento del papel de los burguesías nacionales en su condición de clase hegemónica a nivel estado-nación...” Este proceso se ha producido por vía de la transferencia de activos y empresas de capital nacional y de las asociaciones joint-ventures con empresas multinacionales. Sin embargo, tendencias negativas también se han generado hacia las sociedades desarrolladas, donde los sectores del trabajo asalariado y las clases de menores ingresos han sido (y continúan siéndolo) los más afectados: reducción de salarios y beneficios económicos, desempleo, reducción de la protección social etc”.

“La regionalización de la economía mundial es paradójicamente, un corolario de la mundialización. Es

dentro del contexto general de reacción a la crisis, a partir de los centros capitalistas y en su propia dinámica, que debe ser entendida la tendencia contemporánea a la formación de grandes bloques comerciales, que asumen un peso geo-económico y estratégico como las nuevas áreas clave de la expansión capitalista. Son también una estrategia de las corporaciones, que buscan a través de la protección mejorar las condiciones de competencia ante otros rivales extra-regionales". (BERNAL-MEZA, 1997 : 108)

Para NEVES (1997 : 244-245), a globalização, apesar de ser entendida como elemento novo no atual contexto, trata-se de um problema histórico,

"a globalização tem como um de seus ingredientes a polarização da econômica mundial em torno de núcleos regionais com apoio de acordos que reforçam os vínculos privilegiados entre Estados que partilham um ambiente econômico, geográfico e cultural. A tendência perceptível das mudanças na economia mundial aponta para a formação de um novo contexto internacional baseado na competitividade. Esta nova ordem define os contornos internacionais para a inserção do Brasil numa economia globalizada e com alta mobilidade de capital e tecnologia. A questão não é saber SE, mas COMO nos inserimos nela".

Ao iniciar seu estudo acerca da 'nova ideologia' ora em voga, MATTELART (1997), indica que os termos globalização/mundialização nada têm de transparentes, visto que estas 'novas designações' têm uma história e ocupam uma posição precisa na topologia política das relações internacionais.

MATTELART (1997), adiantando-se a CHESNAIS (1996), aponta que o termo 'globalização' começa a ser utilizado no final dos anos 60, com um especialista canadense chamado Marshall McLuhan, professor da Universidade de Toronto, em conjunto com Zbigniew Brzezinski, norte americano, professor da Universidade de Columbia.

No entanto, MATTELART (1997 : 100) faz a seguinte ressalva:

“... a introdução da noção de globalização só virá fazer-se nos anos 80, sob os auspícios da geoeconomia, e não sob os da geopolítica, dominada pelo pragmatismo mercantil, nem sob os das especulações dos investigadores das ciências sociais. A ocasião apresenta-se ao mesmo tempo como uma evolução na gestão de certas multinacionais e a globalização da esfera financeira, único setor da economia internacional a ter realizado a interligação generalizada das suas atividades e das suas redes de informação e de comunicação”.

CHESNAIS (1996), em seu estudo acerca da mundialização do capital, ao elaborar um resgate histórico sobre o surgimento do adjetivo “global”, data-o do início dos anos 80, desde as grandes escolas norte-americanas de administração de empresas, às célebres “business management school’s Harvard”, Columbia, Stanford etc, onde o termo se popularizou entre hábeis consultores de estratégia e marketing, através da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em seguida, foi incorporada pelo discurso neoliberal.

“Com efeito, a globalização é a expressão das ‘forças de mercado’, por fim liberadas (pelo menos parcialmente, pois a grande tarefa da liberalização está longe de ser concluída) dos entraves nefastos erguidos durante meio século. De resto, para os turiférios da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado”. (CHESNAIS, 1996 : 25)

A mundialização, termo francês, preferencialmente empregado por CHESNAIS (1996), não se restringe apenas às atividades dos grupos empresariais e fluxos de comércio. Para o referido autor, a mundialização inclui também a globalização financeira, devendo ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização. Este termo, segundo ele, tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos ‘global’, ‘globalização’.

“A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estritamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase da acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan”. (CHESNAIS, 1996 : 32)

Em geral, os estudos sobre o processo de mundialização, na visão deste autor, são muito restritos e pecam pela falta de clareza. Tais estudos, se restringem a apontar que os traços característicos da mundialização estão, não tanto no âmbito do comércio internacional, nem das empresas, mas do capital.

Além desta declaração, o autor, aponta que o termo mundialização “não se impôs” porque o inglês é o veículo lingüístico por excelência do capitalismo.

Um terceiro conceito utilizado por CHESNAIS (1996) é o de internacionalização, que em sua ótica possui um caráter bastante genérico, todavia este pode ser compreendido, segundo o autor, como algo que

“Inclui o comércio exterior, o investimento externo direto e os fluxos internacionais do capital que mantém a forma monetária. Hoje pode até ser ampliada, passando a incluir ‘as entradas e saídas’ de tecnologias, seja incorporadas aos equipamentos, seja transmitidas e adquiridas de forma intangível; os movimentos internacionais de pessoal qualificado e os fluxos de informações e dados transfronteiras”. (CHESNAIS, 1996 : 43)

O argumento de BOYER (1997), economista francês, a respeito da ‘globalização’, é a de que constitui-se mais como um projeto do que uma realidade, “... subentende uma certa homogeneização, e é utilizado de um modo abusivo para designar uma interdependência acrescida de conjunturas heterogêneas”. (BOYER, 1997 : 43)

O autor define a globalização a partir de quatro momentos. Numa primeira etapa, a globalização aplica-se principalmente à gestão de multinacionais e refere-se exclusivamente às trocas internacionais. Em outro, ela define uma forma de gestão, totalmente integrada à escala mundial, da grande firma multinacional. Posteriormente, a globalização designa o processo segundo o qual as empresas mais internacionalizadas tentam redefinir em seu proveito as regras do jogo impostas numa fase anterior pelos estados-nações. Finalmente, a globalização pode designar uma nova configuração que marca uma ruptura em relação às etapas precedentes da economia internacional.

“A globalização corresponderia menos a uma situação, ou seja, a um novo regime internacional já estabelecido, do que a práticas e a uma argumentação com a finalidade de reorganizar as economias dos países industrializados em proveito das empresas mais internacionalizadas”.
(BOYER, 1997 : 50)

VELTZ (1997 : 73), enquanto sociólogo, preocupado com as questões decorrentes do processo de mundialização, que inclui a globalização e a transnacionalização, dentre outros, aponta:

“O debate sobre a mundialização é normalmente centrado sobre o futuro das entidades nacionais: economias nacionais sistemas socioeconômicos nacionais e estados nacionais. Seria talvez altura de nos interrogarmos sobre a maneira como estas entidades vão evoluir, tendo em conta dois fenômenos fundamentais: a globalização dos mercados financeiros (os únicos mercados a merecerem verdadeiramente esta qualificação); a transnacionalização rápida das redes de produção, e não apenas exclusivamente de comércio, traduzindo-se pela explosão dos investimentos diretos no estrangeiro e pela parte crescente das trocas interdepartamentais e interfirmas, no âmbito das trocas mundiais. É evidente que este ponto de vista ‘inter-nacional’ continua a ser pertinente. O quadro nacional, que não desagrade a certos profetas da economia sem fronteiras, permanece, e permanecerá sem dúvida ainda durante muito tempo, como um referencial de primeiro plano, compreendendo o caso das grandes firmas, o seu grupo de acionistas e as suas estratégias”.

A solidariedade e a competitividade, são considerados por VELTZ (1997 : 81) como o ‘fio de tensão’ e desafios deste cenário:

“O problema crucial reside no fato de que estas economias urbanas são sistemas completamente abertos que não oferecem qualquer garantia de equidade e de solidariedade, contrariamente ao que se passa com as economias ‘nacionais’. É certo que o fato de as metrópoles concentrarem as desigualdades e colocarem à prova as capacidades de solidariedades de nossas sociedades não deixa de ter uma relação com o seu papel na competitividade. Na única trajetória viável que se oferece a um país como por exemplo a França – a competição pela qualidade e pela inovação –, a solidariedade não constitui apenas uma recompensa eventual do êxito econômico: representa a própria condição para tal. E torna-se difícil imaginar uma economia solidária nas cidades onde este adjetivo tenha perdido o seu significado. O estabelecimento deste círculo virtuoso entre competitividade e solidariedade não apresenta nada de garantido nem de automático. Trata-se do papel da política e é de responsabilidade dos agentes que se encontram envolvidos”.

PLIHON (1997: 83), caracteriza o atual contexto da seguinte maneira:

“Neste virar de século, um dos traços marcantes da economia mundial é o crescimento de poder da finança internacional. Esta transformação a que se deu o nome de globalização financeira define-se como sendo a criação de um mercado único do dinheiro a nível planetário. Continuando intimamente ligada à mundialização das trocas de bens e de serviços, a globalização foi muito mais brutal e importante no domínio financeiro”.

A observação de SINGER (1997 : 158) referente ao processo de globalização, é de que este processo sempre existiu, ou seja, ao menos, desde as grandes navegações do fim do século XV e começo do século XVI, estendendo-se até os dias atuais.

“... não tem sentido supor que afora a globalização disparou e que, nos próximos anos, ela vai chegar a suas últimas consequências. [...] O único aspecto que talvez tenha sido globalizado, recentemente, de forma radical,

por causa da terceira revolução industrial, são os fluxos financeiros”.

BECK (1998), em sua abordagem sobre o processo de globalização, pela ótica alemã, faz distinção entre os conceitos de globalismo, globalidade e globalização.

O primeiro é entendido por BECK (1998: 27) como,

“... la concepción según la cual el mercado mundial desaloja o sustituye al que hacer político, es decir, la ideología del dominio del mercado mundial o la ideología del liberalismo. Ésta procede de manera monocausal y economicista y reduce la pluridimensionalidad de la globalización a una sola dimensión, la económica, dimensión que considera asimismo de manera lineal, y pone sobre el tapete (cuando, y si es que lo hace) todas las demás dimensiones – las globalizaciones ecológica, cultural, política y social – sólo para destacar el presunto dominio del sistema de mercado mundial. [...] El núcleo ideológico del globalismo reside más bien en que da al traste con una distinción fundamental de la primera modernidad, a saber, la existente entre política y economía...”

A globalidade, compreendida através da ‘nova percepção’ de ‘sociedade mundial’²⁹, enfraquece a tese de existência de espaço fechado, que em sua ótica torna-se fictícia. Segundo o autor, nada do que ocorre em um determinado local será localmente delimitado.

Quanto a globalização, BECK (1998 : 191-192) a vê como um processo que cria vínculos e espaços transnacionais, revaloriza/ “desvaloriza” culturas locais; local onde se entremesclam Estados nacionais com atores transnacionais e suas respectivas probabilidades de poder, orientações, identidades. Cujas respostas ao processo consistem em construir e reconstruir a sociedade do saber e da cultura, ‘prolongando’ a formação de seus cidadãos.

²⁹ Para BECK (1998), “sociedade mundial” é compreendida como a totalidade das relações sociais que não estão integradas na política do Estado nacional nem estão determinadas (nem são determináveis) através desta.

“El hecho de orientar los procesos educativos hacia cualificaciones clave que respondan a esa perspectiva no se há de concebir sólo como ‘flexibilidad’ ni como ‘formación continuada’, sino que también representa situar la formación de competencia social, capacidad de dirección, habilidad ante conflictos, comprensión cultural, mentalidad de relación y acceso a las inseguridades y paradojas de la segunda modernidad”.

GADELHA (1997), compreende a globalização enquanto um momento específico de antigos processos estruturais de expansão do capitalismo em escala mundial.

Alguns elementos importantes do processo de globalização, – do qual o autor prefere denominar de ‘reordenamento dos espaços’– são apresentados por DOWBOR, (1997),

“Todos nós, lendo os jornais e os trabalhos recentes, falamos em globalização. Acabou o capitalismo nacional, acabou o local, estamos na era da globalização. Eu acho isso um erro. Não que não exista a globalização, mas acho um erro definir a tendência atual como globalização. Acho mais correto falar em ‘reordenamento dos espaços’, porque não foi tudo que se globalizou. Se olharmos bem, algumas coisas realmente se globalizaram, de maneira muito forte [...] Não podemos, portanto, globalizar o conceito de globalização, achando que, de repente, todos os espaços se globalizaram. O global surge com muita força particular, porque não existem os instrumentos de regulação global. As instituições internacionais, que herdamos – o GATT, agora se transformando em Organização Internacional do Comércio; o Fundo Monetário; o Banco Mundial; as Nações Unidas –, constituem instrumentos muito limitados de gestão internacional. Boa parte da economia se globalizou, enquanto os instrumentos de regulação continuam nacionais”.

Com efeito, DOWBOR (1997 : 110), anuncia a necessidade de se repensar o todo, seja a esfera global, dos blocos, nações, subregiões, cidades. *“Sugiro, então, discutir menos globalização e mais reordenamento dos diversos espaços”.*

ROBERTSON, (1999 : 13), ao contrário de muitos autores, dá especial atenção aos aspectos culturais da globalização. Quanto a forte tendência do tema ser tratado a partir de uma perspectiva economicista, alerta: *“Na realidade, o reducionismo econômico é um fenômeno que deve ser visto, em si mesmo, como um aspecto geral do processo de globalização”*.

Este autor sustenta a idéia de que a globalização, cujos conceitos são muito divergentes, deve ser entendido interdisciplinarmente, além disso, este fato pode ser entendido *“como indicativo do problema da forma como o mundo se torna ‘unido’, mas não integrado, de forma funcional simplista”*.

“A globalização não se refere à simples objetividade da crescente interconexão. Ela também se refere às questões culturais e às questões subjetivas”. (ROBERTSON, 1999 : 270)

O trajeto desta discussão, de certa maneira retrata que as definições de globalização/mundialização, dentre outros conceitos, são muito contestados, pouco claros. Sendo assim, recorro as palavras de ORTIZ (1999 : 195) no que se refere as discussões neste campo:

“... ‘Desterritorialização’, ‘globalização’, ‘mundialização’, ‘cultura internacional-popular’, ‘desencaixe’ e ‘política interna mundial’ são categorias que pretendem articular uma nova compreensão dos fenômenos sociais. Não existe ainda um consenso disciplinar em relação a seu uso. As transformações são complexas e a tradição acadêmica muitas vezes exerce um papel inibidor quanto a sua apreensão. Elas podem ser até mesmo incompletas mas têm o mérito de revitalizar o pensamento impulsionado a razão científica para além de suas inibições”.

2. Educação e a formação do “Cidadão do Mundo”

GUGLIANO (2000 : 66), ao evidenciar “as facetas” do processo de globalização, afirma que além dos aspectos político-econômicos, ele pode ser definido como uma tentativa de formação de um *‘novo tipo de cidadão adaptado às exigências do capitalismo internacional, menos solidário e mais consumista. Sobre isso é possível dizer que essa é mais do que uma ideologia do consumo, é uma ideologia do desejo de consumir’*. Uma sociedade do consumo, onde muitos não têm condições de suprirem suas necessidades básicas, e poucos participam ativamente desta dinâmica.

Nessa perspectiva, verifica-se as dimensões do processo de globalização do capital: ampliar possibilidades para determinado segmento em restrição de outro, aumentando a polarização.

Apesar de não se constituir como categoria foco da pesquisa, inserir uma discussão preliminar de como se despona a questão da cidadania neste cenário torna-se importante para se pensar como se articula ‘cidadania global’ e educação.

Para ORTIZ (1998), a cidadania refere-se aos ideais de justiça, igualdade, democracia, valores que são próprios do Estado-nação. Segundo o autor, não há cidadania fora da dimensão “Estado-nação”. Todavia, a nação é um espaço por excelência do discurso político. Já pensar o Estado mundial é, segundo o autor, uma tarefa difícil, visto que os Estados têm a capacidade – quando muito – de solucionar seus problemas fundamentais.

“Ser cidadão significa ser simultaneamente livre e sujeito”. Partindo da idéia de direitos e deveres, DEACON e PARKER (1999), numa retomada histórica, afirmam que a questão da cidadania sempre

esteve associada a questão da lei, da prática e teoria, analfabetismo e tecnologia; enfim, com as “*armadilhas da civilização*”.

Quanto às questões relativas à formação do conceito de cidadania/cidadão, MARTINEZ (1997 : 22), aproximando-se à visão de ORTIZ (1999), porém aprofundando-o mais, infere a necessidade de se “*distinguir entre o indivíduo concreto (o cidadão) e o instituto político responsável por sua salvaguarda e sustentação política, ou seja, a cidadania*”.

Na visão deste último autor, os direitos do cidadão alardeados como universais, não são para todos,

“só possui quem tem acesso à propriedade, pois o direito à liberdade é uma garantia de que todos são livres para possuir, ou simplesmente liberdade para comercializar [...]. Para os demais, o direito é apenas uma figura jurídica. [...] Em suma, os direitos do cidadão são resguardados tanto quanto o direito de propriedade pode sê-lo. E, sendo válida essa afirmação, não se pode esperar do cidadão que abra mão desse direito, sem sofrer algum efeito restritivo sobre sua condição social e política. Pois o direito é concebido como o direito à propriedade. [...] As garantias do cidadão e da cidadania, sem o respaldo jurídico e político, não têm a mínima possibilidade de se estender aos segmentos sociais como um todo...” MARTINEZ (1997 : 24-27)

Nesse sentido, MARTINEZ (1997), em seus estudos sobre a cidadania/cidadão, aponta que a primeira integra parte de um ‘instituto político’, já o cidadão, refere-se às ‘manifestações diárias do indivíduo’ em todas as esferas, em que se destaca o setor político e educacional.

O autor faz menção à ‘educação política’, marcada por interesses e finalidades bem definidas, uma educação voltada não para ‘ser homem’, mas para ‘ser político’; para ser cidadão ativo, e não contemplativo.

“A educação política, desse modo, tem uma definição bem clara: não se trata de educar o homem naquilo que tenha

de antropológico, de essencial, de 'humano' (porque veio se fazendo humano e se mantém ainda hoje enquanto humano...), mas sim de educá-lo para a vida pública, quer dizer, política, participativa e ativa acima de tudo. [...] Esta educação, intencionada do cidadão deve manter-se junto a ele, necessidade que só é possível satisfazer se este indivíduo a levar consigo para onde for. E ele o reforçará cada vez que agir, política ou publicamente. É uma educação que se manifesta no agir, na politicidade. Ao passo que a educação humanista pode se manifestar na simples boa intenção, isto é, solidariedade, cordialidade, humanidade, fraternidade e tantas outras intenções e conceitos abertos forem apresentados. [...] A educação intencionada politicamente deverá, desta maneira, formar as próprias intenções do cidadão. O sentido mesmo da ação será dado pela educação. E no sentido político, trata-se de uma educação, não apenas para o conhecimento das regras do jogo democrático, mas da educação que possibilita a apropriação destas regras pelo conjunto dos cidadãos: uma educação intensionada politicamente". MARTINEZ (1997 : 39-41)

Em linhas gerais, MARTINEZ (1997), defende a educação que transpõe o assistencialismo e a mera 'obrigação', aquela pautada em um projeto político definido, que busca garantir à pessoa humana a sua inserção na sociedade, a sua cidadania – aqui entendida como conjunto de direitos e deveres.

Em sua fala, SILVA (1997,1998), afirma que a questão da cidadania é uma temática muito enfocada na atualidade, principalmente em programas governamentais e não governamentais, ou seja, virou um modismo, apresentado de forma ambígua, pouco precisa.

O Brasil, apesar de sua formação histórica calcada no modelo escravocrata, de submissão, privilégios e, conseqüentemente negação dos direitos, segundo a autora, tem avançado significativamente em termos de ideais de democracia política, todavia, a sociedade brasileira convive com muitas contradições inaceitáveis.

SILVA (1997-1998), seguindo raciocínio próximo ao de MARTINEZ (1997), faz distinção entre direitos humanos e cidadania. O primeiro, é em sua ótica essencialmente público, porque são comuns à todos, de todos os cidadãos, são universais e históricos; já a cidadania, é regulamentada por cada Estado, o que varia de uma sociedade para outra, sendo caracterizada enquanto conquista de cada povo.

“... educar para a cidadania e, conseqüentemente, para os direitos humanos, é um grande desafio, especialmente para aqueles que acreditam e lutam por uma sociedade mais justa, mais igualitária e solidária [...] Neste entendimento, a educação é vista como um dos principais instrumentos de formação da cidadania, no sentido do pleno reconhecimento dos direitos e deveres do cidadão, enquanto sujeito responsável pelo projeto de sociedade na qual está inserido. Enquanto instrumento básico, a educação possibilita ao indivíduo a transposição da marginalidade para a materialidade da cidadania. Ela é um dos atributos da cidadania, faz parte da sua essência. Não é possível pensarmos na conquista da cidadania sem educação”. SILVA (1997-1998 : 218)

Diante da reconhecida relevância que a educação possui, entre outras políticas sociais, esta foi incorporada no discurso, não necessariamente para assegurar os direitos da cidadania plena e formação do cidadão, mas como importante para o crescimento econômico e alívio da pobreza. Para LEHER (1998 : 9, 84),

“O Banco Mundial inscreve a educação nas políticas de alívio da pobreza como ideologia capaz de evitar a ‘explosão’ dos países e das regiões periféricas e de prover o neoliberalismo de um porvir em que exista a possibilidade de algum tipo de inclusão social (‘todo aquele que se qualificar poderá disputar, com chance, um emprego’), para isto, a coloca no topo de seu programa de tutela nas regiões periféricas”.

“... a incorporação da Educação no discurso dominante expressa uma mudança na estratégia de atuação dos organismos internacionais nos chamados países em desenvolvimento, mudança diretamente relacionada à crise estrutural do capitalismo, que demanda novos meios para operar as contradições do sistema”.

As atuais reformulações nas políticas educacionais, reflete o predomínio do “fetiche do mercado”, em que igualdade, e cidadania tomam nova forma. Tais políticas, cujas diretrizes são operadas predominantemente pelo Banco Mundial, é que

“constróem e redefinem as instituições educativas no Brasil e em quase toda a América latina; cabe a advertência de que o redesenho das instituições educacionais não é um fim em si mesmo, pois é parte de um complexo ideológico em íntima conexão com as necessidades de (re) produção do modo capitalista de produzir e de pensar”. (LEHER, 1998 : 85)

A educação no cenário da globalização acaba sendo concebida como meio para se ascender a novos postos de emprego, melhorar os salários, assim, ela ocupa um local privilegiado nas políticas sociais, assumindo posição estratégica para aliviar a pobreza e inculcar a ideologia da globalização. O que limita a dimensão política da educação que se faz imprescindível para a formação de ‘cidadãos locais’, ‘regionais’ ou ‘mundiais’.

3. Globalização, Educação e Processo Produtivo

Levando-se em conta o contexto de globalização, mundialização, internacionalização, transnacionalização, regionalização, dentre outros, GOERGEN (199? : 9) atenta para o fato de que “... O homem no mundo globalizado deve ser educado para a compreensão da multiplicidade de sentidos que se estão construindo no qual vivemos e que esta realidade se constitui como possibilidade de diálogo” .

Nessa perspectiva, em que se busca transpor o enfoque meramente econômico, o conhecimento adquirir papel fundamental.

Para GUADILLA (1994 : 45-47), por exemplo, o conhecimento adquire matizes distintas, variando conforme o cenário em que se encontra.

No cenário atual, cuja centralidade é o ‘valor econômico do conhecimento’, do ‘mercado educativo’, se evidenciam diferenças gritantes em relação a países mais avançados economicamente e os que não se enquadram nesta definição, não apenas na esfera global, como nacional, local.

“Lo que distinguirá a las sociedades (lo mismo que lo que distinguirá a las personas) es su actitud y sus posibilidades de acceso al conocimiento. Muchas de las nuevas oportunidades que tendrán las sociedades estarán definidas por las diferentes posibilidades que tengan el ritmo de aprendizaje”. (GUADILLA, 1994 :43)

Associado ao primeiro cenário, o segundo, referente às novas tecnologias de informação e comunicação ao produzir, uma ‘revolução’ nas formas de produção e circulação do conhecimento, traz à tona, a idéia de que o valor econômico da educação dependerá da inteligência humana, do saber fazer, dos comportamentos, da capacidade de adaptação, criação.

Segundo GUADILLA (1994 : 47), o presente cenário aponta a educação como uma fonte democrática de poder, *“o sea, nadie queda pobre por dar conocimiento, ya que el conocimiento es inagotable”*. Sendo assim, a produção do conhecimento, ligada a cultura e aos grupos de base, requer um ambiente de solidariedade.

Apesar de apresentar esta face bastante econômico-competitiva do papel da educação, a autora apresenta uma outra vertente,

“Frente a una globalización que privilegia el valor económico de la educación y las dinámicas lucrativas de

mercados del conocimiento, están surgiendo posiciones filosóficas más consonas con las preocupaciones de los escenarios alternativos. En este sentido, el concepto de 'educación global', que están surgiendo asociado al segundo escenario y utilizado fundamentalmente por los seguidores del desarrollo sustentable, tiene connotaciones muy distintas al concepto de 'mercado educativo internacional' o 'mercado común del conocimiento'. La 'educación global' es uno de los muchos términos que se vienen usando para resaltar la importancia de educar con una perspectiva planetaria. La educación global enfatiza la noción de interdependencia y la necesidad de plantear aspectos contemporáneos dentro de un contexto global". (GUADILLA, 1994 : 49)

No geral, apesar da formação do cidadão, equidade e qualidade da educação estarem constantemente presentes nos discursos políticos, é inegável, que há muito para ser feito.

Observa-se que na educação, a formação de recursos humanos tem se tornado tema central, sustentada pela centralidade da reorganização industrial e a competitividade entre os países industrializados, e de fato, a questão da formação do cidadão, com conhecimento sólido capaz de atuar neste cenário tem se diluído em meio ao predominante modelo econômico de educação que ineficientemente tenta atender as rigorosas e desiguais demandas do mercado. (CEPAL; UNESCO, 1995)

O Estado, incapaz de considerar as reais necessidades e anseios da população nas políticas educacionais (dentre outras), no que tange à sua formação de "cidadão do mundo", transfere seu papel a "empresas educacionais privadas". Quem deseja ser "cidadão do mundo" paga pelo privilégio, e aos que se encontram impossibilitados, dá-lhes o direito de cidadania e educação básica, esta última entendida como o mínimo.

"Quem não tem capital, produtos ou saber para oferecer no mercado, só entra ofertando a força de trabalho, o corpo ou a imbecilidade..." quando muito. (BETTO, 1996 : 80)

Capítulo III

“MERCOSUL Educacional”:

a educação na perspectiva do MERCOSUL

“Muchas cosas que necesitamos pueden esperar: los niños no. Es hoy cuando sus huesos se están formando, generándose su sangre, desarrollándose su cuerpo. A él no podemos decirle, mañana. Su nombre es hoy”.

(Gabriela Mistral)

O MERCOSUL, enquanto um acordo que abarca eminentemente o setor econômico e comercial, vem incorporando desde o início, outros setores que possuem estrita relação com o desenvolvimento político, econômico, social, dos Estados que o integram. Dentre estes, o presente capítulo busca destacar o setor

educacional, com o objetivo de compreender como este acordo, a priori de caráter político-econômico, concebe a educação. Em seguida, faz uma apresentação preliminar do caso brasileiro a partir da perspectiva da relação integracionista.

1. Educação no âmbito do MERCOSUL:

sua estrutura institucional

Contemplada nos documentos oficiais do MERCOSUL (BRASIL, 1992) como um dos elementos chave para o processo de integração regional, a educação vem sendo vislumbrada, ao menos nos escritos dos documentos, como sendo importante para *“a superação das disparidades regionais, para a consolidação da democracia e para o desenvolvimento econômico e social”*, ou seja, é considerada como elemento dinamizador, cujo contributo apontado é acelerar o processo de desenvolvimento econômico, com justiça social e consolidar o caminho para a integração regional.

Os Ministros da Educação dos países-membros do MERCOSUL reuniram-se pela primeira vez em Brasília/Brasil, no dia 10 de dezembro de 1991, aproximadamente nove meses após a constituição do Tratado de Assunção, quando assinaram em Brasília, um *Protocolo de Intenções* iniciais, datado de 13 de dezembro deste mesmo ano, com os respectivos princípios norteadores do trabalho.

Neste primeiro encontro, firmaram e afirmaram na declaração dos princípios que norteiam toda a discussão no campo educacional, que a educação é fundamental para a consolidação do

processo de integração, visto que há uma herança comum dos povos latino-americanos, e em especial, do MERCOSUL.

Dentre outras questões, é mencionado que “*o fator humano e a qualidade de sua formação constituem sólida garantia de êxito no processo de integração; e que a melhoria dos níveis de educação é importante, enquanto processo gerador e transmissor de valores e conhecimentos científicos e tecnológicos, além de sua finalidade produtiva, devem constituir-se em meio idôneo de modernização para os Estados-Membros*”. (Protocolo de Intenções, 1991)

É a partir deste *Protocolo de Intenções*, que os Ministros da Educação³⁰ dos quatro países integrantes do MERCOSUL decidem criar a Comissão de Ministros da Educação. Assim procedendo, de acordo com os princípios do Tratado de Assunção, propõem ao Conselho do Mercado Comum, a criação de um subgrupo de trabalho no campo educacional.

A Institucionalização do “*MERCOSUL Educacional*” surge a partir da entrada em vigor da Reunião de Ministros da Educação, anunciada em uma das Reuniões do Conselho do Mercado Comum (concomitante a área de Justiça), realizada entre os dias 15 a 17 de dezembro de 1991.

Em 1991 criou-se, pela Resolução N°. 07 do CMC (Conselho do Mercado Comum), a Reunião de Ministros da Educação (RME), que é encarregada pela *coordenação de políticas educacionais* desta região e, que tem a função de propor às instâncias superiores do MERCOSUL

³⁰ Antonio Salonia, Ministro de Cultura y Educación da República Argentina; Antonio Teixeira de Souza Junior, Ministro Interino da Educação do Brasil; Hugo Estigarribia Elizeche, Ministro de Educación y Culto do Paraguai; e Guillermo García Costa, Ministro de Educación y Cultura do Uruguai.

medidas que estimulem a melhoria da qualidade da educação³¹, bem como o intercâmbio entre diversos setores envolvidos no processo educativo. Tem entre outros, o papel de acordar planos e programas que orientem a definição de políticas e estratégias comuns para o desenvolvimento da educação.

Para *assistir as Reuniões de Ministros da Educação* do MERCOSUL, foi constituído o Comitê Coordenador Regional (CCR). Está incumbido de propor políticas e estratégias educacionais para a integração regional e coordenar atividades do setor educacional dos Estados Partes do referido Mercado Comum.

Segundo texto oficial, este comitê é composto por uma delegação nacional de cada país membro, e presidido por um representante do Ministério da Educação, com apoio executivo e administrativo de uma secretaria *pro tempore*. Ele tem a possibilidade de criar Comissões Técnicas Regionais (CTR) e Grupos de Trabalho (GTs) necessários para o devido cumprimento de suas atribuições. Ele é presidido pelo país que detém a presidência do MERCOSUL, exercida a cada seis meses, rotativamente, por ordem alfabética.

No que tange ao processo de encaminhamento das decisões, todas são tomadas por consenso e cada país tem direito a um voto. Em linhas gerais, compete ao CCR³²:

- *Assessorar a Reunião de Ministros;*
- *Propor políticas e estratégias educacionais para a integração regional;*

³¹ A inserção da “melhoria da qualidade da educação” apontada como uma das prioridades para o Mercosul Educacional, apresenta-se também, como decorrência das políticas já em processo nos países integrantes do acordo.

³² Segundo Regimento Interno da Reunião de Ministros da Educação – texto oficial –

- *Coordenar atividades do setor;*
- *Elevar à consideração da Reunião de Ministros as propostas de Acordo decorrentes das atividades de assessoria coordenação geral;*
- *Criar Comissões Técnicas Regionais, integradas por representantes nomeados por cada Estado Parte, e Grupos de Trabalho necessários ao adequado cumprimento de suas atribuições;*
- *Supervisionar e avaliar o funcionamento das Comissões Técnicas Regionais e dos Grupos de Trabalho;*
- *Construir novas instâncias que garantam uma conveniente continuidade no desenvolvimento de suas atividades;*
- *Difundir, em termos gerais e específicos, os avanços do processo de integração e, em especial, os resultados dos estudos e projetos realizados no âmbito de sua atuação;*
- *Informar a Reunião de Ministros sobre os avanços e a aplicação dos Acordos de política educacional, assim como prestar contas de seu trabalho em qualquer momento que se lhe requeira;*
- *Interpretar o presente regimento;*
- *Resolver as situações não contempladas no presente Regimento, no âmbito de sua competência; e por fim,*
- *Cumprir toda outra função que a Reunião de Ministros lhe encomende.*

A partir do elenco de funções a serem exercidas pelo Comitê Coordenador Regional, órgão subordinado a Reunião de Ministros da Educação, observa-se o papel executor desta instância no e/ou para o encaminhamento dos acordos estabelecidos no âmbito do “MERCOSUL Educacional”. Apesar da Comissão ter suas funções definidas no Regimento Interno do MERCOSUL, o próprio documento afirma que ele poderá ser revisto por solicitação de qualquer um dos países do MERCOSUL.

Em linhas gerais, a estrutura do "MERCOSUL Educacional", demonstra-se bastante hierárquica e centrada na pessoa do Ministro, entretanto, as decisões dos Ministros refletem um conjunto de deliberações das instâncias inferiores.

Especificamente, quanto à designação: Reunião de Ministros da Educação, esta pode ocultar ou evidenciar toda a complexidade e mecanismos inerentes ao processo decisório e de encaminhamento das políticas acordadas neste âmbito, bem como deixar subentendido a existência de um poder centrado em uma só pessoa, ou em grupos de interesses políticos, ideológicos e/ou partidários que em si não representam todas as instâncias da sociedade.

Adicionando-se aos órgãos já mencionados, há a Secretaria Regional *pro tempore*, que tem sob sua responsabilidade várias questões, das quais destacam-se o apoio às ações necessárias com o objetivo de assegurar o planejamento e execução das atividades programadas para cada semestre; organizar a Reunião de Ministros correspondente e as Reuniões do Comitê Coordenador Regional.

As Comissões Técnicas Regionais (CTR), são de caráter provisório, funcionam até o término de uma tarefa específica definida pelo Comitê Coordenador Regional; tem a função de assessorá-lo em temas específicos, tais como:

- *discussão de problemas educacionais comuns aos quatro países;*
- *elaboração de documentos e recomendações para o CCR a respeito dos mesmos;*
- *definição de áreas de conhecimento a serem desenvolvidas em âmbito regional.*

Há Comissões Técnicas Regionais de:

- *Educação Tecnológica e Formação Profissional;*
- *Educação Superior;*
- *Pós-Graduação;*
- *Educação Especial e;*
- *Sistema de Informação em Educação.*

Já os Grupos de Trabalho são: Idiomas Oficiais e Educação à Distância.

Além disso, os Ministros da Educação fizeram várias declarações, das quais destacam-se a:

- Necessidade de melhorar a qualidade dos *recursos humanos* visando alcançar um desenvolvimento equilibrado, com o propósito de favorecer a equiparação e convalidação dos estudos e revalidação de diplomas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino nos respectivos sistemas educacionais;
- Garantia de um nível adequado de escolarização, assegurando uma educação básica para todos³³, respeitando as características culturais e lingüísticas dos Estados-Membros;
- Necessidade de estimular a integração entre *educação-trabalho-emprego*.

Ao destacar tais aspectos, torna-se necessário atentar para o caráter dessas políticas e ações, que estão diretamente vinculando o

³³ “Educação (*“básica”*) para todos”, mote enfatizado desde a Declaração Universal de Direitos Humanos, lembrada nas décadas de 60 e 70; relegada na década de 80; se “fortalece” na Conferência de Jomtien e se reafirma no Mercosul Educacional.

setor educacional com o “mercadológico”, ou melhor, com a preparação infraestrutural voltada para o trabalho.

É ponto pacífico que a educação deve contemplar tais aspectos, porém não restringi-lo a tal. Na realidade, ao explicitar esta “concepção de educação”, verifica-se um “empobrecimento” de sua finalidade, além de oficializar o estreitamento da formação dos sujeitos no processo educacional como um todo.

Com efeito, o relatório da UNESCO (1966: 8) já atentava para a questão:

“Éste es un punto clave para la finalidad de ésta es más amplia que la de formar técnicos o productores para satisfacer las necesidades y demandas del campo económico, aun reconociendo la extraordinaria importancia que la profesión tiene en la vida del individuo e que uno de los factores esenciales para la satisfacción íntima del hombre, así como para su adaptabilidad social, es el ejercicio de una actividad profesional acorde con sus aptitudes. Pero el hombre no es sólo profesional, ni su tiempo se consagra íntegramente el trabajo, sus dimensiones son más amplias: tiene una personalidad singular que desarrollar y cultivar, vive en un medio familiar, social y nacional y cultural en la que ha de cumplir determinadas obligaciones y aportar su contribución personal y, por otra parte, su propia condición humana le obliga a planificar y organizar su vida con lo que ello supone de opciones y renunciaciones, todo lo cual requiere una cuidadosa formación”.

No contexto da harmonização econômica, cujo processo encontra-se configurado pela idéia de globalização, os Ministros da Educação que integram o Mercado Comum do Sul (BRASIL, 1992), de certa forma retomam antigos argumentos do desenvolvimentismo da década de 60, quando afirmam que a educação certamente desempenhará um papel muito importante “nas estratégias de desenvolvimento dos países latino-americanos para enfrentar os desafios decorrentes do avanço da revolução científico-tecnológica, da

transformação produtiva, da democratização e dos processos de integração continental”.

Pode-se aferir, que se resgata a função “*atenuadora*” reservada à educação quanto a possibilidade de: “minimizar” as disparidades regionais, incentivar a consolidação da democracia e o desenvolvimento econômico e social dos países que o integram. (MERCOSUR, 1998)

Inegavelmente trabalho e emprego são aspectos de extrema relevância e fator de preocupação não apenas para o MERCOSUL, como para o mundo todo, contudo, a educação não deve se limitar a enfatizar estas questões, que objetivam exclusivamente responder as demandas do mercado.

Educação, portanto, entendida como parte de uma política social mais ampla, deve ser tratada em toda a sua abrangência; fragmentá-la é fragmentar a formação do “cidadão” que se idealiza para uma nação que deseja entrever a concretização de seu desenvolvimento integral e efetiva participação da sociedade na esfera nacional, regional e/ou global.

2. “MERCOSUL Educacional” em ‘marcha’

O Mercosul Educacional possui dois aspectos que merecem atenção especial. Nesse sentido:

- Criou-se um apêndice para interpretação e análise, a partir dos documentos que permitem entender o setor

educacional e suas respectivas vinculações com a dimensão política e econômica da integração regional;

- Contextualizou-se o local do ensino básico, no cenário das políticas que foram sendo geradas a partir do Mercosul, e em relação ao Ensino fundamental técnico, médio e superior.

O primeiro aspecto, diz respeito a possíveis vinculações que se estabelece entre a educação, e principalmente, as esferas política, econômica e social da integração regional.

Em um segundo momento, busca-se compreender qual é relação que se constitui entre ensino fundamental, universalização e possíveis repercussões disso para o Brasil. Posteriormente, analisa-se qual é a abordagem dispensada a este nível de ensino em relação aos outros no interior do “MERCOSUL Educacional”.

Em segunda Reunião de Ministros da Educação, realizada em 01/06/1992, na província de Buenos Aires, ocorreu a aprovação do Plano Trienal para o Setor Educação (PTE), ele foi apresentado pelo Comitê Coordenador Regional e submetido a consideração da Reunião de Ministros.

Em ata da II Reunião³⁴, é mencionado que o Plano Trienal de Educação é um documento que *“apresenta as áreas estratégicas identificadas para a cooperação e desenvolvimento de programas, sub-programas, linhas de trabalho e atividades que orientam os esforços nesse campo”*. Em síntese, o Plano Trienal é um dos principais documentos que orientam os trabalhos relativos ao MERCOSUL Educacional.

³⁴ Ver apêndice

Em geral, a educação, vista no interior do contexto do MERCOSUL e segundo os seus gestores, tem representado um avanço muito significativo pela importância e abrangência atribuídas a integração neste setor.

Desde a criação do MERCOSUL, foi possível identificar as áreas prioritárias e os mecanismos de cooperação, e formalizar o Protocolo de Intenções, firmados pelos ministros da Educação.

Assim pode-se ler a importância e abrangência atribuída à educação frente à necessidade de:

- Melhorar a formação científica e tecnológica;
- Atualizar as qualificações ocupacionais da força de trabalho;
- Desenvolver programas de educação ambiental, para a saúde e de educação especial.

Note-se o caráter implícito de políticas e ações diretamente vinculadas ao setor educacional, como parte integrante da preparação infraestrutural (educacional), para a formação científica e tecnológica e o processo de atualização da qualificação ocupacional para o trabalho.

O “MERCOSUL Educacional” atualmente em ‘marcha’ , aponta para a necessidade de se estabelecer mudanças nos “estilos tradicionais de ação educacional”, com o desígnio de que esta venha a responder às exigências de “um novo modelo de desenvolvimento”, que se baseia na concretização de “altos níveis de competitividade externa e justiça social, no contexto democrático e participativo”. Segue uma afirmação contida em um documento elaborado pelo MEC/Argentina, a propósito desta questão:

“... No es el crecimiento económico la única medida del éxito de las naciones. Ese crecimiento debe servir para fortalecer nuestras sociedades y aumentar la felicidad de toda la gente. Pero ello se hacen necesarios profundos cambios en los sistemas educativos, que permitan fortalecer la vinculación entre educación, trabajo, tecnología y producción. Esta vinculación es la base del éxito de todos los países que aspiran a crecer y desarrollarse...” (ARGENTINA, 199? : 5)

Tal colocação legitima a idéia de que nesta arrojada panacéia, na qual se estabelece enfaticamente a “aliança” entre setor educacional e produtivo, a educação enquanto ‘instrumental’, se vê reduzida a assegurar uma apropriação “generalizada e eqüitativa do conhecimento científico e tecnológico”.

Nesse sentido, considera-se relevante destacar que no atual sistema competitivo, não há espaço para a formação integral, tanto para as “massas”, como “elites”, mas apenas generalista, funcional, segmentada.

“La tarea de la educación deberá contribuir entonces, al desarrollo de la región mediante la formación de una conciencia política que fortalezca los procesos democráticos, la generalización de métodos educativos socialmente útiles, la capacitación de recursos humanos aptos para incorporarse activamente a las nuevas formas del mundo del trabajo y la producción. La educación deberá favorecer la movilidad de la población en un escenario ampliado y afirmar las identidades culturales de los pueblos en un marco de progresiva internacionalización”. (ARGENTINA, 199 ? : 14-15)

A política educacional atualmente em voga, ao incorporar “inovações” no campo educacional sob o discurso de “gerar conhecimento, atitudes, valores e competências condizentes com a apropriação das inovações científico-tecnológicas”, do mundo do trabalho e produção, admiti o descaso com este setor, ao explicitar a preocupação com a capacitação de “recursos humanos” que focaliza o desenvolvimento econômico. Este por sua vez deve ser vislumbrado e

consolidado não como meta em si, mas como consequência de uma política educacional que tem como fundamento o processo de formação integral, político e contínuo de uma dada sociedade.

3. Programas em ‘Ação’:

a política educacional para o Mercosul

Diante das considerações e desafios apontados pelos Ministros durante a Primeira Reunião, foi expressa e afirmada a necessidade do desenvolvimento de projetos educacionais que contemplem os seguintes Programas de Ação e suas respectivas Ações Prioritárias:

- *Formação da consciência social favorável ao processo de integração;*
- *Capacitação de recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento econômico;*
- *Compatibilização e Harmonização dos sistemas educacionais.*

Quanto à questão da Formação da Consciência Social favorável ao processo de integração, este se justifica, segundo o Plano Trienal de Educação, porque os países do Cone Sul possuem uma trajetória compartilhada, que apesar das diversidades, podem, no conjunto “recriar suas potencialidades” e fortalecer a participação na esfera internacional.

“En el proceso de integración el rol de la educación está destinado a crecer. Para unificar mercados, e intensificar la colaboración entre naciones diferentes, es necesario una transformación de la mentalidad. Esta debe comenzar en las aulas de las escuelas, implicando por lo tanto programas, contenidos y estructuras educativas diferentes”. (ARGENTINA, 1997 : 14)

Não foi ao acaso que se inseriu logo de início (dez. 1991) a educação na agenda do Mercosul Educacional, pois ela tem sido utilizada há muito tempo como um dos instrumentos para a manutenção do *status quo* ou possível alteração do mesmo.

No interior do Programa I³⁵: Formação da Consciência Social Favorável ao Processo de Integração há dois subprogramas que contemplam suas respectivas linhas de trabalhos e atividades para o seu encaminhamento.

I.1. Informação e Reflexão sobre o Impacto do Processo de Integração do Mercosul e,

I.2. Aprendizagem dos Idiomas Oficiais do Mercosul (Português e Espanhol).

O subprograma I.1. tem o objetivo de *“promover o conhecimento do impacto da integração e difundir esta informação nos diferentes níveis do Sistema Educacional”*. Para o alcance destes objetivos foi proposto a realização de seminários, conferências; produção de material referente ao Mercosul; elaboração de programas de intercâmbio entre técnicos, administradores e alunos; implantação de programas de difusão etc.

Quanto à implementação do ensino de Língua portuguesa e espanhola, nas instituições dos diferentes níveis de ensino e

³⁵ Ver Anexo: Plano Trienal de Educação (1992-1994/1995-1997)

modalidades do sistema educacional, visa a melhoria da comunicação entre os países que compõem o Mercosul. (MERCOSUR, 1997b)

A incorporação desta temática se explica pelo fato de que uma “nova relação de colaboração orgânica entre as nações” passa necessariamente pelo conhecimento e valorização dos respectivos idiomas dos países integrantes.

Além da introdução nos currículos dos diferentes níveis educacionais do ensino de espanhol e português, foram sugeridas alternativas metodológicas para o ensino desses idiomas, bem como o desenvolvimento de programas para a formação e capacitação de docentes que facilitem o seu ensino e aprendizagem. Para tanto, criou-se um grupo de trabalho de Especialistas em Políticas Lingüísticas; a esse grupo coube elaborar e implementar um programa de idiomas para a região³⁶.

GABBIANI (1997 : 165), especialista em lingüística e membro do Grupo de Trabalho de Especialistas em Políticas Lingüísticas do Mercosul, aponta um dos problemas que dificultam a concretização/viabilização de projetos nesta área:

“... la carencia de recursos presupuestales específicos para desarrollar la investigación y docencia de lenguas (maternas, regionales, extranjeras) hace que muchos proyectos ya existentes y con equipos de técnicos en condiciones de llevarlos adelante no puedan ponerse en marcha”.

Operacionalizar a efetivação do Programa I: Formação da Consciência Social Favorável ao Processo de Integração através desses subprogramas torna-se viável, e inicialmente suficiente. Contudo, o que

³⁶ Quanto à implementação, há tentativas esparsas, no entanto, espera-se que estas não venham a conformar-se como o atual ensino de inglês (ensino fundamental e médio/públicos) que apesar de fazer parte do currículo, pouco tem contribuído para o aprendizado deste idioma.

se observa é que o processo para a implementação dessas políticas tem sido bastante moroso.

Divulga-se “amplamente” a necessidade de difusão de informações concernentes ao Mercosul nos diferentes sistemas educacionais e aprimoramento do “Sistema de Informação do mercosul”, todavia, ao iniciar esta pesquisa, um dos elementos constituídos como entrave para o encaminhamento do trabalho foi a ausência de disponibilidade de informações de fonte primária na própria Secretaria Executiva do Mercosul Educacional (representação brasileira). Atentando para o fato de que o modelo virtual do Sistema de Informação e comunicação ainda não havia sido implantado.

Cabe perguntar, portanto, em quem se deseja formar essa consciência social favorável ao processo de integração regional? Às elites que de fato participam e que conduzem o processo? Ou a um grupo que a cada dia se encontra excluído, porém não excluído de seus “malefícios”?

Apesar das interrogações, não é possível negar que este é sem dúvida um programa necessário e importante, pois estabelece bases para a estruturação de um sistema de informações em educação no Mercosul. Além disso, oferece dados ao “público em geral”, e subsidia a tomada de decisões no campo técnico e político do setor.

Visando melhorar o Sistema de Informação, a equipe responsável trabalhou para a realização de um “Seminário sobre estatísticas educacionais no Mercosul”. Neste evento definiu-se um conjunto básico de indicadores a serem desenvolvidos.

Os indicadores se colocam como imprescindíveis para os respectivos países, para retro-alimentar um banco de dados regionais, comparáveis, bem como apoiar a tomada de decisões.

Atualmente, a Comissão Técnica Regional do Sistema de Informação e Comunicação disponibiliza ao público um modelo virtual do sistema de informação de comunicação, que em sua etapa inicial proporciona diferentes níveis de informações e trabalho.

O Grupo técnico responsável pela preparação das informações defrontou-se com o desafio de ter que definir metodologias de cálculo dos indicadores a serem elaborados. Nesse sentido foi feito um glossário intitulado: “Terminologia em Ciências da Educação: documento base”, este por sua vez encontra-se em fase de estável execução.

Para que o Sistema de Informação continue avançando, explicitou-se a necessidade de articulá-lo à Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul (RECyT), bem como redefinir a obtenção de financiamento externo. Este último, por sua vez, apresenta-se como um dos pontos cruciais para a implementação dos demais programas do Mercosul Educacional. Definir, portanto, o financiamento para o mesmo (não só), torna-se um dos desafios e entraves com que se deparam os articuladores e, principalmente executores dos programas no setor educacional.

Há que atentar, todavia, que o Sistema de Informação em Educação, ao fazer predominante uso de sistemas de comunicação eletrônicos (internet), seminários, oficinas etc; restringi a informação e a formação de muitas pessoas. Rever outras formas de divulgação e sistematização dessas informações torna-se fundamental se se pensa a implementação de uma política voltada para o “público em geral”.

O Programa II³⁷: Capacitação de Recursos Humanos para Contribuir ao Desenvolvimento, pautado sob o “novo paradigma

³⁷ Ver Anexo: Plano Trienal de Educação (1992-1994/1995-1997)

produtivo”, realça a educação à formação de recursos humanos. *“Neste quadro, a educação básica de todos o cidadãos se torna uma condição decisiva para o crescimento e competitividade das nações”*. Sinaliza-se aqui a “preocupação” em “inserir” todos os cidadãos, ao menos na educação básica, e aos que estão “impossibilitados” de prosseguirem, restringe-se (quando muito) a formação profissional para que possam participar *“ativamente”* da *“nova sociedade do futuro”*.

No documento está expresso o imperativo de fortalecimento das políticas e programas regionais, que deve se converter em um dos eixos fundamentais de apoio aos objetivos básicos do Tratado: favorecer a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas.

O Programa II contempla os seguintes subprogramas:

II.1. Educação Básica e Média;

II.2. Formação Técnico-Profissional;

II.3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos de Alto Nível e,

II.4. Pesquisa e Pós-Graduação

No subprograma II.1, é apontado a necessidade de se *“promover estratégias de desenvolvimento do ensino fundamental e médio, destinadas a favorecer a preparação da população para o exercício da cidadania e desempenho produtivo no contexto do Mercosul”*.

Através desta proposta, manifestaram-se no sentido de:

- Atualizar os conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, “segundo as demandas do Mercosul”;

- “Realizar estudos regionais, sobretudo sobre modelos alternativos de educação de adultos, que favoreçam maior vinculação com o setor produtivo”;
- Sistematizar experiências de descentralização;
- Propor ações que possibilitem oportunidades eqüitativas de capacitação qualificada das camadas mais desfavorecidas da população, visando a sua inserção no mercado de trabalho;
- Implementar atividades de capacitação nas áreas “significativas para o Mercosul”.

Inserindo questões de ordem política e econômica, as políticas emanadas do Mercosul educacional compartilham objetivos de “cidadania” fortemente atrelados a competitividade global.

Ao propor atualizar os conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio segundo as “demandas do Mercosul”, não deixa implícito tão pouco explícita a preocupação com as demandas e necessidades da população que integra o Mercosul. Centra-se na questão estrutural e conjuntural do Mercosul, voltando-se ao fortalecimento de políticas de educação que se abreviam a instrumentalizar para o setor produtivo, principalmente, as camadas desfavorecidas da população, fato este, que intensifica políticas segregacionistas.

No que concerne ao subprograma II.1³⁸, o documento aponta principalmente para:

³⁸ Ver apêndice

- Investida no reconhecimento e equiparação de estudos primários e médios (validar os certificados de estudo completo ou parcial);
- Inclusão de conteúdos vinculados ao atual processo de integração do Mercosul nos currículos, especialmente em história e geografia, língua e literatura;
- Reafirmação constante nas Reuniões de Ministros de Educação sobre o compromisso com a adoção de um sistema de equivalência;
- Aprovação e 'implementação' do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível primário e médio não técnico;
- Desenvolvimento de processos que permitam a definição de políticas e estratégias regionais para a formação inicial e permanente de docentes. (ciência básica, história e educação ambiental);
- Criação de grupo de trabalho, de especialistas para elaborar propostas orientadas, com vistas ao desenvolvimento de uma política de línguas para a região e grupo de trabalho sobre o ensino de história e geografia no Mercosul.

A questão de reconhecimento e equiparação dos estudos torna-se uma preocupação e necessidade, pois este é um dos elementos que interferem na questão da mobilidade da população e o fortalecimento/consolidação do próprio processo de integração.

Em geral, os trabalhos para a o Ensino Fundamental e Médio, foram orientados em dois eixos centrais:

- Inovações educacionais e;
- Ensino de História.

Realizou-se um seminário regional no campo da História e Geografia, como resultado criou-se um Grupo de Trabalho de Especialistas em História e Geografia, que tem entre outras a “missão” de reorientar o ensino dessas matérias em um contexto de integração regional. E como resultado, publicou-se o livro intitulado: “O Ensino de História e Geografia no contexto do Mercosul”, nele se encontram reunidos e resumidos a apresentação de cada palestrante que participou do Seminário.

Este projeto visa a elaboração de conteúdos mínimos de Geografia e História e a definição de critérios metodológicos para a sua futura implementação. É entendido pelos Ministros da Educação dos países integrantes do Mercosul como um projeto que pode favorecer a formação de uma consciência cidadã que transcenda a nacionalidade, por isso é considerado uma das peças-chave para o processo de integração regional.

Nessa perspectiva, a atuação do Grupo de Trabalho desembocou na:

- Definição dos eixos comuns para o desenvolvimento dos conteúdos específicos de História³⁹ correspondentes a cada país;

³⁹ Ver Anexo – Projetos e Ações Conjuntas: História

- Definição dos eixos comuns para o desenvolvimento dos conteúdos específicos de Geografia⁴⁰ correspondentes a cada país;
- Definição de conteúdos mínimos de História e Geografia por país;
- Elaboração de lista de referência bibliográfica em História e Geografia para docentes.

SARAIVA (199? : 17), em seu artigo a propósito da inclusão do Ensino de História e Geografia enquanto inovação curricular para uma estratégia de conteúdos mínimos, indica que o trabalho preliminar de discussão a respeito desses conteúdos e critérios metodológicos foi introduzido em dezembro de 1993, na V Reunião de Ministros da Educação.

No início de 1994, na primeira Reunião de Especialistas, redigiu-se os módulos de História, que por sua vez, foi lavrado (a partir de recomendações encaminhadas pelos respectivos países) pela Comissão Técnica Nacional Argentina do Mercosul Educacional.

O Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não Técnicos, firmado em agosto de 1994, já antecipava, dentre outras questões, a inclusão dos conteúdos curriculares mínimos de História e Geografia. No final deste mesmo ano, na VII Reunião de Ministros da Educação, é prevista a finalização do trabalho de elaboração dos módulos de História e Geografia⁴¹, para o primeiro semestre de 1995.

Antes que o processo de elaboração dos módulos tomasse corpo,

⁴⁰ Ver Anexo – Projetos e Ações Conjuntas: Geografia

⁴¹ Ver apêndice – Ata 07

“A reunião dos delegados presentes à XVI Reunião do CCR do setor Educacional do Mercosul que subsidia e prepara a agenda para a RME entendeu que os módulos não poderiam ser aplicados. O Brasil teve uma posição fundamental na referida reunião ao lembrar o caráter diversificado dos sistemas educacionais em cada um dos países. A cláusula da obrigatoriedade da adoção dos módulos no interior desses sistemas seria extremamente difícil. A descentralização educacional brasileira, por exemplo, tornaria o módulo de história uma mera peça recomendatória. Além disso, era uma pretensão muito elevada querer impor, sem discussão articulada com setores da sociedade, professores e especialistas nacionais, conteúdos não acordados pela via interna de discussão. Além disso, havia problemas com o texto dos módulos apresentados pelos especialistas argentinos. O ângulo de abordagem não era satisfatório. Extremamente marcado pelo nacionalismo historiográfico, o módulo de história não trazia os resultados mais consagrados das pesquisas e seus resultados já difundidos nos livros didáticos brasileiros”. (SARAIVA, 1997 : 17-18)

Diante da dificuldade em se construir e adotar os módulos de história e geografia, foi proposto uma nova estrutura para o trabalho de especialistas de história. Aprovou-se a idéia de que a Reunião de Técnicos e Especialistas deveria retomar a discussão dos conteúdos mínimos a partir do material preparado no “I Seminário de especialistas”, ocorrido em Buenos Aires em 1994.

A partir deste parecer, na 2ª. Reunião de Especialistas, realizada em 1995, Brasília, foi sugerido a atualização dos termos, proposto a elaboração de um “quadro contextualizador” para a gradual inserção dos conteúdos de geografia e história com uma dimensão regional, “como forma de alcançar uma real integração” (Ata 11) e superar os nacionalismos historiográficos.

Entretanto, o mesmo autor, destaca que, se por um lado deve-se romper as barreiras do nacionalismo historiográfico, estimular abordagens comparativas que permitam uma aproximação e

identificação, de outro, há que ser prudente e incluir conteúdos que retratem a real trajetória dos países:

“Há uma exagerada tendência, nos novos enfoques integracionistas, para a acomodação dos conflitos históricos e para o silêncio acerca dos períodos conflitivos e dos aspectos que não facilitem a construção de uma imagem romântica e necessária da integração. E isso poderá ser grave no desenvolvimento do espírito crítico tão necessário à prática historiográfica e geográfica bem como ao seu desdobramento nas salas de aula em todos os níveis da educação”. (SARAIVA, 1999? : 21)

No que concerne a inclusão de história e geografia do currículo escolar no contexto integracionista, a Argentina, por exemplo, inseriu explicitamente tais temas, tanto na EGB (Educação Geral Básica), como nos demais níveis de ensino.

O Paraguai, que iniciou sua reforma educativa em 1990, já anunciava em um dos postulados da educação paraguaia: *“busca firmar e dinamizar a identidade da nação paraguaia e de suas culturas na compreensão, na convivência e na solidariedade entre as nações, no atual processo de integração regional, continental e mundial”*. E a partir disto já incluiu conteúdos de história e geografia (no primeiro, segundo e terceiro ciclos) integradas com a realidade nacional em um marco de integração regional e mundial (VIÑALES, 199?)

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados sem que acordos e propostas de âmbito internacional que o país havia firmado nas áreas de história e geografia fossem inseridas no plano. (SARAIVA, 199? : 20)

Quanto à Formação Técnico-Profissional⁴², Subprograma II.2, é expresso no documento, que para esta “modalidade de ensino” a

⁴² Ver apêndice

proposta é estabelecer políticas e estratégias para a formação técnico-profissional, a partir da determinação das áreas mais dinâmicas da economia em um mercado ampliado. Para o alcance desse objetivo se prontificou a:

- Realizar estudos descritivos e prospectivos, nacionais, sobre as formas de vinculação entre os setores produtivo e educacional; alternativas válidas para o desenvolvimento da vinculação eficiente entre educação-trabalho-produção;
- Compatibilizar os recursos e mecanismos existentes nos países do Mercosul, bem como desenvolver ações nacionais e regionais de capacitação técnico-profissional, como resposta às demandas do Mercosul.

Para o Ensino Técnico as *Reuniões de Ministros da Educação* caminharam no sentido de priorizar, como os demais níveis de ensino, a compatibilização dos currículos a fim de obter reconhecimento de estudos e títulos. Designou-se uma Comissão Técnica para tratar desta questão, e atuar sob a coordenação do “Subgrupo de Trabalho II: Trabalho” (do Tratado de Assunção) e uma Comissão Técnica Regional de Educação Tecnológica e Formação Profissional, esta última dependente do Comitê Coordenador Regional.

Além da realização de Congressos de Educação Tecnológica do Mercosul, elaborou-se um glossário de termos técnicos, considerando-se as peculiaridades dos países. Este passa por revisões, e se explica pelo fato de poder melhorar o entendimento dos sistemas educacionais.

Segundo o Comitê Coordenador Regional (Ata no. 4/98 da XXIX Reunião do CCR), um dos maiores bloqueios apresentados pela

Comissão Técnica Regional de Educação Tecnológica para a realização dessa tarefa, é o fato de que os países atravessam por um processo de reforma educacional, e os termos e conceitos utilizados anteriormente estão sofrendo alterações. Além disso, conforme consta em Ata, aprovou-se o Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Títulos e Estudos e diplomas de Nível Técnico, o que permitirá agilizar os trâmites de ingresso, melhorar as condições de traslado e assegurar o reconhecimento dos estudos cursados nos países de origem.

Com relação ao subprograma II.3: Formação e Capacitação de Recursos Humanos de Alto Nível, tem como objetivo promover políticas e estratégias para a formação e capacitação de recursos humanos de alto nível às áreas de maior impacto do Mercosul. No documento, recursos humanos de alto nível referem-se àqueles com formação/educação superior, na esfera governamental e não-governamental.

Além disso, esse subprograma, propende à promoção e implementação de políticas de cooperação/intercâmbio entre as instituições de educação superior dos países membros, visando melhorar a formação e capacitação científica, tecnológica e cultural, consolidar e ampliar programas de pós-graduação na região.

Propôs-se também a apoiar a cooperação entre grupos de investigação e ensino, que bilateral ou multilateralmente se encontrem trabalhando em projetos comuns de investigação em áreas de interesse regional, preferencialmente na formação de doutores; implementação de cursos de especialização entre outros fatores.

Consta no *Protocolo de Integração Educativa para a Formação de Recursos Humanos em nível de pós-graduação entre os*

países membros do Mercosul quais serão as instituições responsáveis pela supervisão e pela execução das ações compreendidas neste âmbito:

- Argentina: Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério de Cultura e Educação;
- Brasil: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC);
- Paraguai: Universidade Nacional de Asunción e Ministério de Educación;
- Uruguai: Universidade de la República e Direção de Educação do Ministério de Educação e Cultura.

A estas instituições, cabe também aprovar ou não projetos conjuntos específicos elaborados por entidades participantes.

O Ensino superior tem caminhado no sentido de buscar estímulos e incrementar o intercâmbio acadêmico-técnico-científico; favorecer mobilidade de docentes, alunos, pesquisadores e técnicos; promover a criação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de equiparação e reconhecimento de Estudos, títulos e diplomas (países do Mercosul); desenvolver programas regionais de pós-graduação, em áreas temáticas vinculadas ao processo de integração; impulsionar cursos de pós-graduação, tais como: Agropecuária e Integração, Administração Universitária, Impacto da Integração no Agro dos países do Mercosul etc; criação de grupo de trabalho nacional; aprovação do Protocolo de Reconhecimento de Títulos Universitários para o exercício da docência nas instituições superiores etc.

Uma das metas expressa no Plano Trienal de Educação (98/2000) é a implementação de programas conjuntos de cooperação em

formação de recursos humanos em nível superior na área de políticas públicas e a vinculação universidade-setor produtivo.

Em 1997, realizou-se em Santa Catarina/Brasil, um Seminário Regional denominado: “Interação Universidade-Empresa no Mercosul: desafios e perspectivas”. Ao final do evento foi aprovado a “Carta de Florianópolis”.⁴³

A “Carta de Florianópolis” foi criada com o intuito de trazer contribuições para o contínuo aperfeiçoamento científico-tecnológico que conduza a melhoria dos níveis de desenvolvimento e qualidade de vida para os povos que fazem parte do Mercosul.

Nesta Carta é possível observar a conexão que se estabelece entre os desafios decorrentes da “sociedade do conhecimento” e a inserção competitiva de cidadãos, empresas, universidades, países e comunidades de nações. Conseqüentemente, antepõe dentre outros fatores, que a universidades *“priorizem atividades de interação com o setor empresarial e as empresas incorporem, em suas atividades, a capacidade científica e tecnológica da universidade”*.

Em resposta a este seminário, a Reunião dos Ministros de Educação criaram o Grupo de Trabalho: Universidade-Sector Produtivo.

No final de 1997, os Ministros da Educação, aprovaram a Recomendação de critérios gerais para o credenciamento de Programas de Pós-Graduação nos países do Mercosul; observando critérios mínimos de qualidade nos cursos de pós-graduação credenciados na região.

⁴³ Na “Carta de Florianópolis” contém sugestões e recomendações para promover uma maior sinergia entre os setores acadêmico e produtivo na região.

No ano seguinte, foi aprovado em Reunião de Ministros da Educação (inclusive Bolívia e Chile) o “Memorando de Entendimento sobre a Implementação de um Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para o Reconhecimento de títulos de graduação Universitária nos países do Mercosul”. Nele estão anunciados os critérios que determinarão os cursos a serem credenciados, procedimentos, alcances e implicações credenciais, bem como o estabelecimento de que a outorga de reconhecimento acadêmico dos títulos de graduação não conferirá, *per se*, direito ao exercício profissional.

Trata-se da possibilidade de implementação de um mecanismo gradual e experimental, de caráter voluntário para as instituições superiores. Encontra-se em fase inicial de discussões para a definição da política e das agências credenciadoras de cada país e o(s) curso(s) que deverão ser objeto do processo de credenciamento, dentre outros fatores.

Os Ministros da Educação dos países integrantes do Mercosul, além da Bolívia e Chile, acordaram que o mecanismo fosse iniciado pelos cursos de Medicina, Engenharia e Agronomia. Propôs-se a organização de Comissões de especialistas desses três cursos com respectivo representante de cada país.

As comissões se encarregaram em definir critérios e parâmetros de qualidade a serem considerados em cada área, pelas agências credenciadoras nacionais. Quanto ao processo de “*credenciamento experimental*”, foi destacado que a pretensão é concluí-lo (ao menos em 02 dos países participantes) até o ano de 2000.

Concomitante a este momento, os Ministros da Educação sugeriram a revisão do “Protocolo de Admissão de Títulos e Graus

Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos países do Mercosul”, e apontaram a necessidade de incluir no Protocolo de adequação às perspectivas de avaliação e a exigência de padrões comuns de qualidade dos cursos, princípios norteadores das reformas educacionais nos países membros e associados e, de cooperação educacional no Mercosul.

O subprograma II.4: Pesquisa e Pós-Graduação, visa a *“promover a formação de base de conhecimentos científicos, recursos humanos e infraestrutura institucional de apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas do Mercosul”*.

Ao perfilar os subprogramas contemplados no Programa II, é possível distinguir como se concebe a educação para as bases e para as elites.

Admite-se a necessidade de implantar políticas voltadas para “todos” os setores da população, no entanto, nota-se, além de outros fatores, que de um lado instrumentaliza-se os desfavorecidos/excluídos, para que estes possam, quando muito, trazerem suas “contribuições braçais” para o Mercosul e, de outro lado, investe-se na capacitação de recursos humanos de “alto nível”, para que estes possam tomar *decisões estratégicas* para o Mercosul.

Há nítida separação entre mentores e “executores” do Mercosul. Quanto a este último, está subdividido em: grande contingente de mão-de-obra com formação ‘básica’ para o setor produtivo do Mercosul – que por sua vez não absorve toda a demanda – e, grupo de apoio para a tomada de decisão e implementação de políticas de cooperação, intercâmbios.

O Programa III⁴⁴: Compatibilização e Harmonização dos Sistemas Educacionais, aponta para a necessidade de conhecimento profundo dos sistemas educacionais dos países do Cone Sul, no sentido de facilitar o intercâmbio mútuo, indicando “concretamente” pautas para as futuras ações conjuntas. Para tanto, foi proposto:

III.1. Harmonização acadêmica, jurídica e administrativa;

III.2. Estabelecimento de um sistema comum de informação educativa.

Em meados de junho de 91, foi aprovado o Documento “*Mercosul 2000: desafios e metas para o setor educativo*”. Nele se enfatiza a preocupação pela qualidade da educação, a necessidade de dotar as políticas educacionais de “eqüidade, efetividade, eficiência e pertinência”. São destacadas neste documento as seguintes áreas:

- Renovação educativa;
- Avaliação educativa;
- Educação e trabalho;
- Cooperação universitária;
- Sistema de informação.

A “qualidade dos sistemas educativos”, segundo o Mercosul 2000 “*constituye una demanda impostergable en la medida que las nuevas características de la sociedad global acentúan el papel central que le cabe a la educación en todo proceso de desarrollo*”. Aludi-se, portanto, a uma inquietação atual no cenário político, mundial.

⁴⁴ Ver anexo: Plano Trienal de Educação (1992-1994/1995-1997)

Nesse sentido, o Comitê Coordenador Regional, realizou em 1996, um seminário internacional sobre “Calidad de la educación: un desafío para la integración”, em que afirmou:

“... El progreso socio-económico, tecnológico y científico trae consigo, la pertinencia o no de una educación y consecuentemente se dicho proceso se convierte en estimulador o freno del desarrollo humano, es objeto de análisis continuo. Es por ello, que desde la década del 80, los países han demostrado preocupación por mejorar la calidad de la educación, claramente manifiesta en los políticos e en los programas de gobierno”. (PARAGUAY, 1996 : ?)

CASASSUS⁴⁵ (1996), um dos conferencistas do Seminário, ao expor sobre o conceito de qualidade e os elementos para se pensar a educação de qualidade, atenta para o fato de que a qualidade está sempre interligada a equidade.

“Hay una calidad igual para todos que depende de las entidades públicas que administran y cuentan con el poder necesario para tomar decisiones fundamentales. La calidad es un cambio cualitativo y complejo. Es un tema masivo que implica estructura y nivel social. Por lo tanto el tema de equidad es fundamental”.

Não é interesse do trabalho elaborar análise que faça referência a concepção de qualidade que aqui se coloca, no entanto, observa-se que ela é apontada como objetivo permanente dos Estados Partes, na qual se incorpora a dimensão cultural e lingüística. Apesar de se configurar como elemento fundamental e afirmar que o melhoramento da qualidade deve estar atrelado a valorização da riqueza de nosso patrimônio cultural, equidade etc., o que se averigua é a

⁴⁵ Diz respeito à Conferência ministrada por Juan Casassus, intitulada: Educación de calidad: un desarrollo conceptual. In: PARAGUAY, Ministério de Educación y Culto. Comitê Coordenador Nacional - MERCOSUR. Seminário Regional, **“Calidad de la Educación: um desafio para la integración”**. Asunción: MEC. OCTUBRE, 1996.

predominância do enfoque produtivo, competitivo e reprodutivista da sociedade capitalista/economicista de consumo.

Uma das áreas de grande atenção e aprofundamento das relações tem se dado no âmbito do diálogo e negociações com outros organismos internacionais e regionais.

No início de 1991, OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos) e o Ministério de Cultura y Educación argentino organizaram em Buenos Aires um encontro de técnicos responsáveis e Ministros dos países do Cone Sul, sobre “Descentralização Educativa”. Nesse encontro, foi possível estabelecer diálogo sobre a conveniência de acompanhar o processo de integração econômica iniciada entre os quatro países, com a incorporação das dimensões culturais e educativas. (ARGENTINA, 199?)

Em seguida, no “Encontro Internacional de Educação, de Alfabetização e Cidadania”, realizado em maio de 1991 – Brasília, organizado pelo Ministério da Educação brasileira, Ministros, subsecretários e responsáveis pela área de Cooperação Internacional, houve um ‘avanço’ no sentido de determinar os mecanismos e prazos para formalizar a iniciativa de um Acordo Cultural e educativo no contexto do Mercosul.

Em meados de 1991, ocasião da Reunião Preparatória do “Mercosur Cultural y Educativo”, com a participação de responsáveis técnicos e políticos dos quatro ministérios, OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), OEA (Organização dos Estados Americanos), OREALC-UNESCO (Oficina Regional para América Latina e Caribe – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a cultura), CINTERPLAN (Centro Interamericano de Estudios e Investigaciones para

el Planeamiento de la Educación) já participaram enquanto patrocinadores do encontro.

Quando da aprovação do Plano Trienal de Educação (1992/1994), os Ministros da Educação aproveitaram o momento para agradecer especialmente a “colaboração” da OEA, OEI, UNESCO-OREALC, CINTERPLAN, pelo apoio prestado inicialmente, e solicitou ajuda na busca de novas fontes de “cooperação” (técnica e financeira).

A atuação do Comitê Coordenador Regional consiste no investimento de promover a aproximação com a União Européia, visando o desenvolvimento de atividades e projetos conjuntos no campo da educação⁴⁶. Sendo assim, busca implementar um sistema de informação regional de informações educacionais; obter recursos financeiros provenientes da cooperação internacional ou outros meios para assegurar o cumprimento das propostas acordadas no PTE; priorizar a Educação ambiental na programação educativa; consolidar e ampliar os esforços para assegurar uma educação com qualidade e equidade como condição essencial para o desenvolvimento e a integração regional etc.

Os representantes de organismos internacionais, Unicef, OEA, Unesco, OEI, CINTERPLAM, CINTERFOR, Cooperação regional francesa, dentre outros, vêm apresentando uma atuação destacada, no sentido de intercambiar experiências, dar assistência técnica para a formulação de programas etc.

O Programa Cruzeiro do Sul⁴⁷, por exemplo, promoveu um Seminário Franco-Regional sobre Inovações Educacionais no Ensino

⁴⁶ Ver apêndice

⁴⁷ Programa de Cooperação do Governo francês com os países integrantes do Mercosul.

Fundamental e Médio, dispendo-se a favorecer o intercâmbio de experiências “bem-sucedidas” entre os países participantes.

No geral, esta primeira etapa foi caracterizada essencialmente pela “construção de um instrumento institucional básico” composto pela Reunião Especializada de Ministros de Educação – geradoras de políticas e estratégias –, Comitê Coordenador Regional – responsável pela execução –, e as Comissões Técnicas Regionais – provedoras de insumos teóricos e conceituais para a sua implementação. Adiciona-se ainda a realização de diversas discussões e tentativas de encaminhamento no que reporta-se a harmonização dos sistemas e processos, formalização de diversos protocolos. (Mercosul 2000, 1996). mostra

Inegavelmente a trajetória do Mercosul reflete a superação de determinados obstáculos inter-regionais e locais, porém, expõe também grandes desafios; há muito a ser percorrido, revisto, iniciado; este é ainda, “*el primer momento*”.

Após alguns anos de operacionalização do Plano Trienal (1992-1994/1995-1997), elaborou-se um “novo” Plano Trienal⁴⁸, com o objetivo de aprofundar os trabalhos iniciados neste primeiro período.

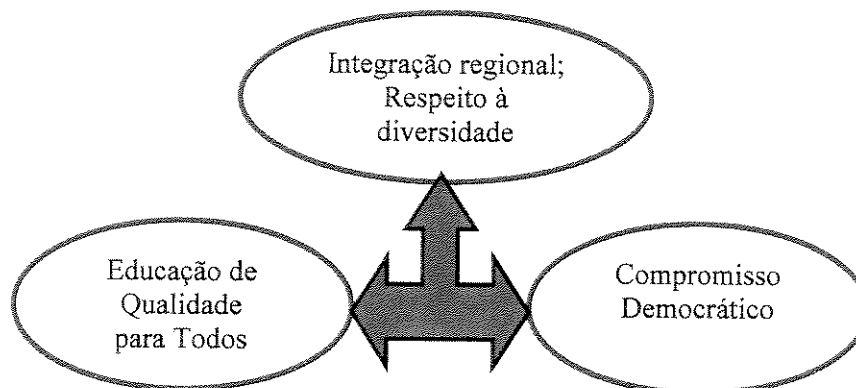
Neste ponto de vista, o setor educacional do Mercosul estabelece sua “missão” específica:

“... contribuir a los objetivos del MERCOSUR estimulando la formación de la conciencia ciudadana para la integración, y promoviendo una educación de calidad para todos, en un proceso de desarrollo con

⁴⁸ Este “novo” Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL cobre o período de 1998-2000, com o qual “encerram-se” os primeiros 10 anos de operação no setor educacional do MERCOSUL. Foi assinado também pelos Ministros de Educação da Bolívia e do Chile (países associados) – Ver anexo: Plano Trienal de Educação 1998/2000.

justicia social y consecuente con la singularidad cultural de sus pueblos". (MERCOSUR, Plano Trienal, 1992)

Para o alcance desses objetivos, foram determinados três princípios orientadores:



Trata-se, portanto, de preceitos que buscam no bojo de um projeto de integração regional – levando-se em conta a formação histórica e conjuntural diversificada dos países que integram o Mercosul–, considerar a premissa de respeito mútuo; bem como relembrar o momento histórico de “(re) democratização”, – ainda bastante frágil –, pelo qual passam os países, em que se atribui importância a dimensão educacional (de qualidade para todos) que se acopla (deveria), às demais áreas.

Este delineamento pressupõe uma inter-relação entre todos os componentes, que não diz respeito apenas a princípios orientadores do “Mercosul Educacional”, mas de eixos fundamentais, objetivos a serem alcançados e desafios a serem superados durante o processo de sua construção.

O Plano Trienal de Educação (1998-2000), considera como prioritário para o desenvolvimento das atividades do setor educativo do Mercosul as seguintes áreas:

- *Desarrollo de la identidad regional, por medio del estímulo al conocimiento mutuo y a una cultura de integración;*
- *Promoción de políticas regionales de capacitación de recursos humanos y mejoramiento de la calidad de la educación.*

Para tanto, propõe estabelecer relações e coordenação do Setor educativo com outras instâncias do Mercosul (não especificadas inicialmente); vincular as propostas do Setor Educativo do Mercosul com os respectivos planos nacionais de Educação e os processos de reforma e “renovação educativa” que estão sendo implementadas nos Estados Partes; fomentar a cooperação horizontal entre os países e instituições da região e com outros blocos regionais; elaborar ações que favoreçam a mobilidade de estudantes acadêmicos e investigadores e promover o intercâmbio de experiências e práticas laborais.

Para o desenvolvimento dessas atividades, foi adotado um conjunto de estratégias visando estabelecer:

- *Relação e coordenação do setor educativo com outras instâncias do MERCOSUL;*
- *Vinculação do “que fazer” no setor educacional do MERCOSUL com os planos nacionais de Educação e processos de reforma e renovação educativas que se implementam nos Estados Partes;*
- *Fomento da cooperação horizontal entre os países e instituições da região e com outros blocos regionais;*

- *Ações que favoreçam a mobilidade de estudantes, acadêmicos e pesquisadores e o intercâmbio de experiências e atividades trabalhistas.*

Na elaboração do Plano Trienal de Educação (1998-2000), explicitou-se claramente a articulação que se estabelece entre educação e Mercosul: “educação enquanto instrumento para potencializar a integração econômica”.

“... el sector educativo del MERCOSUR reconoce que el poder de competir de un país o de un bloque de países en el mercado impuesto por la globalización de la economía es cada vez más determinada por la calidad de los recursos humanos, por el conocimiento, la ciencia y la metodología que se aplica a los métodos de producción y menos por la disponibilidad de mano de obra barata y la existencia de recursos naturales”.
(MERCOSUR, 1998)

Torna-se patente neste cenário que a educação é concebida como meio para a diminuição das injustiças sociais, eliminação da pobreza, maior competitividade no mercado, baseada na *capacidade e produtividade* das pessoas, no qual “ressurge” e se atritam o contraponto político/social/econômico.

Em meados de 1998, foram propostas algumas metas a serem atingidas pelo setor educacional, na execução do Plano Trienal de Educação (98/2000). Tais metas aprovadas pelos Ministros da educação da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai contemplam:

- *compatibilização de aspectos curriculares metodológicos, a partir de uma perspectiva regional;*
- *intercâmbio de alunos, docentes e pesquisadores;*
- *informação e comunicação;*

- *avaliação e credenciamento; e*
- *formação de recursos humanos.*

Diante das prioridades adotadas, estratégias estabelecidas e “missão confirmada”, o setor educacional do Mercosul aponta que o cenário futuro provavelmente contemplará:

- Aumento do requerimento para se consolidar a educação de qualidade, com justiça social, eliminação da pobreza e maior competitividade no mercado baseada na capacidade produtiva das pessoas;
- Maior mobilidade da “força laboral”, transpondo fronteiras, o que requer atitudes e competências trabalhistas gerais;
- Melhora contínua da qualidade da educação, controle da qualidade dos resultados, visando assegurar a formação de competências a níveis equivalentes e facilmente acreditáveis, em um espírito de integração regional;
- Aceleração dos câmbios e inovações educativas, com o intuito de satisfazer oportunamente as demandas do setor trabalhista, que supõe maior e melhor articulação entre educação e trabalho; a busca de maior relevância e pertinência da educação demandará fortalecimento do setor empresarial, das comunidades e das famílias, como atores do processo educativo;
- Atuais funções acrescidas das novas pressupõem um aumento dos recursos designados aos sistemas

educativos, o que implica por sua vez o fortalecimento da responsabilidade do Estado e a comunidade neste sentido; educação constitui, portanto, como elemento fundamental para preparar cidadãos diante do desafio que lhe impõe o aparecimento de “novos modos e estilos produtivos”, bem como para a (re) criação dos imaginários coletivos que favoreçam uma existência mais plena.

Tal descrição apesar de bastante arrojada requer ser examinada, para que as propostas venham realmente a corporificar-se, porém em um cenário onde ‘atores principais’, ‘coadjuvantes’, ‘equipe de apoio’ e ‘platéia’ tenham níveis de participação equivalentes. Pensar justiça social e eliminação de pobreza sem rever o modelo político e econômico que vem se forjando demonstra insalubridade e irresponsabilidade política.

Ao mesmo tempo em que se reergue bandeiras sociais, busca-se fortalecer a competitividade baseada na capacidade e produtividade das pessoas. Muitas das políticas voltadas à eliminação da pobreza tem sido financiadas por credores externos, conforme já mencionado, tais credores fazem empréstimos a juros elevadíssimos, fortalecendo, ao invés de eliminar as desigualdades.

Afirma-se que a educação assume novos papéis nesse contexto, que conseqüentemente aumenta a responsabilidade do Estado (dividida pela comunidade). No entanto, o que se vê em relação às políticas locais, direcionadas pelas reformas em curso, é que de fato se compartilha a “responsabilidade” da educação entre empresas (esquema de parcerias), comunidades, e família, mas por outro lado, o Estado vem reduzindo o seu papel a “fiscalizador da educação”. No computo geral, a

cidadania e a educação em sua plasticidade assumem novos papéis que não se somam aos já requeridos, mas suprimi-los.

Ao ‘percorrer’ as reuniões, é possível afirmar que as políticas emanadas do “Mercosul Educacional” não apontam para avanços significativos, visto que as políticas, aqui representadas através de metas formais, Atas, intenções, protocolos e declarações ministeriais/governamentais pouco evidenciam sobre quais dessas políticas se transformaram em políticas públicas. Demonstra, ao mesmo tempo a lentidão nos processos para a realização/concretização dessas políticas.

Atualmente, observa-se claramente que os acordos neste setor pouco têm repercutido nas políticas educacionais brasileiras de ensino fundamental, uma vez que concomitante a este processo ocorrem outros, com proporções de influência equivalentes ou até mesmo maiores.

Na “Carta de Buenos Aires sobre Compromisso Social no Mercosul, Bolívia e Chile”⁴⁹, os presidentes dos Estados Partes do Mercosul, além dos presidentes da Bolívia e Chile, países associados; salientaram que o compromisso social destes, tem como fim último a erradicação da pobreza, da discriminação mediante a atenção prioritária a setores mais desprotegidos da população em matéria de alimentação, saúde, emprego, habitação e educação. Neste sentido, apontaram que o crescimento econômico é condição fundamental para alcançar a melhoria de vida, porém, as metas acima estabelecidas são insuficientes. A partir desta afirmação propuseram garantir dentre outros fatores, o direito à educação básica e favorecer o acesso a educação secundária, técnica e vocacional, sendo ambos considerados

⁴⁹ Carta firmada na XVIII Cumbre de Presidentes del MERCOSUR, realizada em 30 de junho de 2000, em Buenos Aires.

elementos chave para a superação da pobreza como veículos de mobilidade social e econômica.

Observa-se assim, os princípios de focalização das políticas sociais voltadas para os segmentos mais pobres da população, tais políticas já se encontram em curso nos Estados Partes que compõem o Mercosul, e por sua vez, se estende nos acordos regionais.

Em geral, a educação é considerada como estratégico para o alcance de determinadas metas econômicas e políticas⁵⁰, ou seja, reforça-se aqui o papel assumido pela educação neste fim de século:

- Visando a transformação produtiva e desenvolvimento econômico;
- Desenvolvimento social e cultural da região;
- Avanço científico e tecnológico;
- Consolidação da democracia;
- Educação para a justiça social e a paz;
- Comprometida com os desafios derivados do processo de modernização econômica, entre outras questões.

A globalização econômica é a priori entendida como espaço de novas possibilidades e forte *competição*, e as que dela decorrem (cultural, apoio financeiro, busca de novas fontes de recursos, assessoramento técnico, cooperação e intercâmbio entre outras regiões) como elemento de grande atrativo e importância.

⁵⁰ Ver apêndice – relação entre: Política/Economia/Integração Regional/Educação.

A educação reflete a idéia que se tem entre todos os países integrantes do MERCOSUL, e também da América Latina como um todo, como elemento chave para a superação das disparidades regionais, para o avanço científico, para a melhoria dos níveis de produção de bens entre outros fatores. Isso possibilitaria uma maior e mais representativa participação desses países no cenário da globalização. Há que se lembrar, contudo, que a educação é apenas uma das dimensões da política social relevante para se pensar a nação/região.

Apesar de ser entendida em sua “totalidade”, como importante para a promoção de um desenvolvimento sustentável, porém não de forma integrada e global, a educação, se comparte, e aí se observa uma “sutil” ênfase para o Ensino Superior e setor de convênios/intercâmbios. O primeiro, por ser uma das áreas que já vêm desenvolvendo iniciativas de cooperação “independentes do Mercosul”, quanto de pressões para os governos no sentido de fazer avançar os acordos para este segmento. E o segundo por se tratar de acordos e políticas cruciais para o próprio Mercosul como um todo.

O grande objetivo educacional se converge em serviços públicos, que continuam a priorizar determinados segmentos em detrimento de outros, existem acordos que ainda carecem de maior atenção.

Com relação à implementação das políticas no setor, não ocorreu nenhuma introdução drástica em termos de reorganização, ainda existe muito a ser feito, pois os objetivos almejados não foram alcançados em decorrência da lentidão dos processos, falta de financiamento etc., o que impediu a conversão de serviços públicos concretos⁵¹.

⁵¹ Ver Anexo: Metas do PTE (98/00) e Situação Atual

“La eficiencia de la implementación exige que las normas y los objetivos de un programa sean comprendidos cabalmente por los individuos a quienes corresponde su relación. De ahí que resulte indispensable preocuparnos por la claridad con que los estándares y objetivos han sido formulados, la exactitud con que son comunicados a los encargados de la implementación y la congruencia (o uniformidad) con que diversas fuentes de información los difundan. “
(DONAL S. Van Meter e CARLE E. Van Horn⁵², 1996 : 120/121)

No geral, a organização do “Mercosul Educacional” tem se mostrado apto em agrupar recursos humanos, mas quanto aos recursos financeiros/materiais para o alcance dos objetivos expostos pela organização durante o seu trajeto, tem se deparado com barreiras e dificuldades. Entretanto, há que se progredir muito no sentido de se estabelecer uma cultura regional no interior desta estrutura e investir no estreitamento de laços, para que de fato, recursos materiais e humanos não se percam em meio às amarras da burocracia obsoleta, mas se coadunem numa unidade organizacional coerente, viabilize propostas e a implementação de políticas voltadas para o conjunto da sociedade sul americana que integra o acordo.

⁵² DONALD S. Van Meter e CARLE E. Van Horn. *El proceso de implementación de las políticas*. In: DONALD S. Van Meter e CARLE E. Van Horn. Et. Al. ***La implementación de las políticas***. México: Miguel Angel Porrúa. Grupo Editorial, Librero-Editor. 2ª. Edição, 1996.

4. Educação no MERCOSUL: um quadro geral

Explicitando as preocupações que o efeito comparativo do MERCOSUL gera entre seus integrantes, no Brasil, houve e continua havendo uma expansão na cobertura de escolaridade (quanto ao ensino fundamental). No entanto, o caminho a ser percorrido em relação aos seus parceiros do MERCOSUL ainda é árduo, pois torna-se imprescindível reverter o histórico de desigualdades muito acentuado a partir de ações específicas, uma vez que este país apresenta uma disparidade regional bastante acentuada. Sendo assim, é possível afirmar, de acordo com SARDENBERG (1996-1997:84) que,

“... a reforma social é fator essencial na determinação da inserção global produtiva do Brasil. O mundo de hoje é extremamente competitivo. Não poderemos, com baixos índices nas áreas sociais, abrigar a ilusão de que haverá chances de uma inserção mundial produtiva para o Brasil, pois, ao abrirmos a economia, não alcançaríamos o verdadeiramente competir”.

Retomando a questão do Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL, como bem lembra CUNHA (1995: 10),

“Os temas contemplados pelo Plano Trienal para o Setor Educação são relevantes para os objetivos econômicos desse pacto regional, bem como para a sua dimensão educativa. O princípio da ‘eqüidade’ nele presente significa que se tornou cada vez mais urgente assegurar a todos, sem nenhum tipo de discriminação, os conhecimentos que se tornaram indispensáveis a uma participação lúcida nos cenários crescentes da globalização ou mundialização, não apenas das relações econômicas, como também das relações sociais”.

A partir deste horizonte de possibilidades e desafios apresentados, os Ministérios de Educação do Paraguai, Argentina e Uruguai, apontam basicamente que os desafios centrais a serem atingidos pelas nações até o ano de 2004, aproximadamente, são:

- *consolidar a democracia;*
- *aumentar a produtividade e reduzir a pobreza;*
- *conservar e preservar a identidade nacional no contexto de integração regional;*
- *promover o desenvolvimento sustentável;*
- *promover o desenvolvimento da nação e possibilitar a competitividade da sociedade em seu conjunto.*

O Ministério de Cultura y Educação argentino, especificamente, aponta que é necessário estar atento para este “momento de transição”. Transição esta que redesenha-o como “era do conhecimento”. Neste documento elaborado pelo Ministério de Educação argentino (ARGENTINA, 1998 : 4),

“Todos os sistemas econômicos repousam sobre uma base de conhecimentos. Todas as empresas dependem da existência prévia deste recurso de construção coletiva. Ao contrário do capital, o trabalho e a terra, o conhecimento é esquecido por economistas e executivos ao momento de precisar seus aportes a produção. Porém, este recurso é o mais importante de todos [...] Ao longo da história da humanidade, o instrumento mais potente para alcançar um crescimento sustentado foi o desenvolvimento dos sistemas científicos e educativos. Sendo os determinantes fundamentais dos sistemas produtivos vigorosos que geram uma alta capacidade de emprego, eles possibilitam a ruptura do círculo vicioso da pobreza e a marginalização, E a partir disso, o acesso de todos os cidadãos de uma nação aos bens materiais e culturais que a sociedade oferece”.

Desde o início de 1993, há na Argentina, uma Lei Federal (24.195) que vem “re-organizando” todo o seu sistema nacional de educação, abarcando a educação formal e não-formal; a “educação comum e a especial”; a de crianças, jovens e adultos, incluindo a formação tecnológica e artística. Além disso, estende a obrigatoriedade de escolaridade, que antes se limitava a sete anos (E.G.B. primária) a 10 anos, o que inclui a pré-escola para crianças de 05 anos, mais os 09

anos de “Educação Geral Básica” – E.G.B. Esta proposta foi reorganizada para funcionar em sua “plenitude” no ano de 2000.

A E.G.B. é equivalente ao Ensino Fundamental brasileiro – E.F., a Educação Escolar Básica paraguaia – E.E.B., e a Educação Primária e Ciclo Básico de Educação Secundária concluído no Uruguai⁵³.

Estabelece também o cumprimento de conteúdos curriculares básicos comuns para todo o país como garantia de *qualidade, equidade e unidade nacional*; introduz pela primeira vez a *avaliação da qualidade da educação*, como instrumento para “melhorar” o sistema Educacional Argentino; cria a *Rede Federal de Formação Docente* contínua, estabelecendo um *sistema único e “moderno” de formação docente* para todos os níveis de escolarização e um circuito permanente de requalificação profissional para todos os docentes; estabelece um incremento geral do orçamento educativo até superar o piso de 6% do PIB, e incorpora normas para o desenvolvimento harmônico do Sistema Educativo Nacional referido à obrigação do MCYE, de compensar *desequilíbrios educativos regionais* (do país), resolver emergências educativas, enfrentar situações de marginalidade, e por em prática experiências educacionais de *interesse nacional*.

Após o estabelecimento de suas metas, o Ministério de Educação argentino (MCYE), elaborou o “Pacto Federal Educativo”, que “simbolicamente” marca o início da etapa de execução da “Ley Federal de Educación”. E, em conjunto com os governos das províncias e a prefeitura de Buenos Aires, se comprometeram a orientar as ações em função dos seguintes objetivos gerais: afiançar a *identidade cultural* como base estrutural e garantia da *Unidade Nacional*, integrando as

⁵³ Ver Quadro 1: Equivalência em anos de Escolaridade

particularidades provinciais e locais; consolidar e fortalecer a vigência dos valores estabelecidos na Ley Federal de Educación; promover a *justiça social* como objetivo permanente, através das políticas educativas específicas pertinentes; aprofundar o rol da *educação como motor de crescimento, impulsionando o desenvolvimento da Nação e da competitividade da sociedade em seu conjunto*. (ARGENTINA, 1998b).

Quanto ao Ministério de Educación y Culto Paraguaio (PARAGUAY, 1998 : 1), aponta a necessidade de uma reforma educativa, cujos desafios centrais são: a *consolidação da democracia*, aumento da *produtividade* e redução da *pobreza, conservação e preservação da identidade nacional no marco da integração regional*, com vistas a um desenvolvimento sustentável, e que é prioritário o fortalecimento de uma *convivência democrática* e aumento da *competitividade da força de trabalho*. “*La educación es una herramienta clave para aumentar la productividad y reducir la pobreza*”.

A partir do elenco de prioridades o MEC paraguaio listou os seus propósitos que se resumem em: promover a participação da sociedade paraguaia na construção de um *plano de Reforma Educativa*; reforçar a integração social e promover uma efetiva educação geral; *incrementar a produtividade dos recursos humanos em geral pelo incremento do nível de conhecimentos básicos, do conhecimento técnico e do “saber fazer” profissional*; *diminuir os desajustes no mercado de trabalho causados pelo MERCOSUL*; favorecer a criatividade, a inovação e a iniciativa autogestínaria.

No que diz respeito à política educacional Uruguaia (URUGUAY, 1998), esta apresenta como objetivo: consolidar a equidade social; dignificar a formação e a função docente; melhorar a qualidade educativa; fortalecer a gestão institucional, que inclui a informatização, a descentralização, a autonomia funcional e acadêmica, e a instalação

de avaliações sistemáticas de aprendizagem. A partir destes quatro objetivos fundamentais, decorrem as estratégias de atuação específicas para o setor.

Agrega-se a estes objetivos a inquietude educativa posta pelo governo que é “educar para integrar”, diante disto indicam que se torna necessário “modernizar” cada sistema educativo para o enfrentamento de uma abertura mundial e regional.

“... En los albores del Tercer milenio, el proceso de integración se consolida cada vez más y la educación se esfuerza por la búsqueda de su espacio [...] Las dificultades surgen cuando se trata de definir, precisar y acordar los modelos de integración deseables y adecuados a las necesidades de cada nación”. (URUGUAY, 1998)

Apesar das ‘oscilações’ e avanços no campo educacional, no geral a qualidade do ensino é ainda bastante inferior, o que limita muito a inserção mais representativa no cenário mundial que tem como uma de suas alavancas a ciência e a tecnologia.

“... Nossos sistemas de educação são incapazes de produzir quadros profissionais de nível internacional, problema que os países mais eficazes procuram enfrentar oferecendo educação de qualidade superior a um número cada vez maior de pessoas”. (SCURO, 1998 :3)

Se ao menos, a vinculação entre educação e sistema produtivo, tão objetivada, estivesse sendo concretizada nos países integrantes do MERCOSUL, a qualidade em educação não seria vislumbrada apenas como uma meta, mas consolidada e fortalecida dia-a-dia no interior dos sistemas educacionais.

Mas afinal, qual é a educação que se tem hoje? E que se pensa para o futuro? Voltada para o setor produtivo? Para a cidadania? Ou apenas para responder as exigências impostas por algumas agências internacionais ditadas pelo ‘mercado’ explicitamente excludentes?

5. Educação para Todos: o caso brasileiro, do consenso ao contra-senso

Quanto ao Brasil, é expresso no *Plano Decenal de Educação para todos* (1993-2003) que as principais metas globais estabelecidas são: *a universalização do ensino básico*, redução dos índices de evasão e repetência, de modo que pelo menos 80% das gerações escolares possam concluir o ensino fundamental; valorização do magistério, dentre outros. O compromisso para a elaboração deste Plano ocorreu na Conferência de Educação para Todos⁵⁴, em Jomtien, na Tailândia.

“Discutem-se ampla e profundamente as modalidades de inserção na economia mundial. Os evidentes benefícios da globalização são modulados pela consciência de suas tendências perversas. As decisões hoje adotadas significarão um futuro de prosperidade ou de pobreza, um meio ambiente sadio ou degradado, a integração de nossas variadas grandes regiões ou dilacerantes problemas econômico e social”.
(SARDENBERG, 1996-1997 : 88)

Na década de 80, os países latino-americanos, dentre outros (desenvolvidos, subdesenvolvidos ou não) passaram por um período bastante crítico, principalmente em decorrência da crise econômica, que afetou todas as áreas, em especial a área social, na qual se insere a educação.

Já na década de 90 se fortalece a idéia de que a educação é um elemento central para uma estratégia de superação das

⁵⁴ Esta conferência foi convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, em março de 1990. A partir disto foi elaborado no Brasil, através do MEC o Plano Decenal. (Compromisso firmado neste encontro, principalmente por 09 países mais populosos e que apresentam baixo índice de “produtividade” do sistema educacional: Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão) Esta reunião contou com representantes de 150 países; neste encontro elaborou-se a “Declaração Mundial de Educação para Todos”, no qual estão expressos os princípios e compromissos firmados pelos países representantes dos países integrantes da conferência.

desigualdades, eliminação da pobreza e crescimento sustentável, reinserindo-se como assunto relevante para a agenda internacional.

“A década de 90 transitou, nesse sentido, por um paradoxo: nunca antes se enfatizou tanto a retórica da diversidade e nunca antes as políticas e, particularmente, a política educativa foram tão homogêneas e globais. Sob o manto da Educação Para Todos e hasteando a bandeira da ‘melhoria da qualidade da educação’, o 3º. mundo terminou por adotar um modelo universal de reforma educativa, com políticas, programas e projetos muito parecidas em todo o planeta, reconhecíveis tanto na Ásia como na África, na América Latina e no Caribe. A uniformização da política educativa em escala global está vinculada ao crescente peso dos organismos internacionais no projeto e na execução da política educativa nos países em desenvolvimento. Isso vale particularmente para o Banco Mundial, o sócio mais forte da Educação Para Todos, que liderou o cenário educativo na década de 90... [...] A prioridade definida para a educação básica na década de 90 foi fruto não de razões técnicas, mas de razões sociais e políticas, razões de equidade e de justiça para com os mais pobres e mais vulneráveis do planeta. ‘Educação para aliviar a pobreza’ foi a palavra de ordem da época que, concretamente, sustentou a Educação Para Todos. A educação básica certamente cresceu e se desenvolveu na presente década no terceiro mundo, mas a pobreza também cresceu e se desenvolveu “. (TORRES, 2001 : 79)

Firmados os compromissos na Reunião de Jomtien, o Brasil assumiu a responsabilidade visando a adoção de políticas mais efetivas (CASTRO, 1999 : 4). Para tanto, foram traçados alguns objetivos a serem alcançados pelo Projeto “Educação para Todos”, tais como:

- Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para a *plena participação na vida econômica, social, política e cultural do país, especialmente as necessidades do mundo do trabalho;*

- Universalizar, com eqüidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento;
- Ampliar os meios e o alcance da educação básica; favorecer um ambiente adequado à aprendizagem;
- *Fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromissos;*
- Qualidade da educação básica, conferindo maior *eficiência e eqüidade* em sua distribuição e aplicação;
- *Estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional.*

No Plano Decenal além da promoção ao acesso à educação, este deve transformar-se efetivamente em uma agência promotora da cidadania, assegurar a aquisição de conhecimentos básicos necessários ao mundo de hoje, mundo este condicionado pelo progresso científico e tecnológico.

Além da equalização, o Plano Decenal ressalta a necessidade de direcionar esforços para alcançar um patamar ético na aplicação dos recursos públicos em todas as instâncias do processo de gestão e administração educacional.

É possível afirmar que este documento elaborado no período de 1993 a 1994 é considerado pelo governo como um “novo pacto” em “prol da educação”.

Mesmo sendo apresentado como um documento elaborado através de um processo participativo, liderado pelo Ministério da

Educação, em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), desencadeou mobilizações dos diferentes segmentos do setor educacional e das organizações da sociedade civil e não obteve o desejado consenso político entre esses diferentes segmentos.

Em resposta aos compromissos firmados em Jomtien⁵⁵, aponta-se como ações brasileiras, para o alcance dos compromissos (segundo o MEC):

- Elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos; Plano Nacional de Educação (este documento estabelece as metas a serem atingidas nos próximos 10 anos. É, pela ótica do governo federal, uma revisão do Plano Decenal, e atualmente, constitui-se enquanto principal referência de Educação para Todos para a próxima década);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (considerado documento que formaliza os objetivos de Educação para Todos e define as responsabilidades da União, Estados e Municípios);
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF – visa, segundo o governo federal, a reorganização de todo o sistema de financiamento do ensino fundamental, canalizando mais recursos para a educação);

⁵⁵ Ver anexo: Educação para Todos: resumo dos compromissos e metas internacionais

- Programa Toda Criança na Escola, que mobilizou imprensa, secretarias estaduais e municipais visando encaminhar todas as crianças para a escola e;
- Programa de Garantia da Renda Mínima.

Segundo documento elaborado pelo MEC, BRASIL (1999: 16), foram traçadas algumas estratégias para atingir os objetivos estabelecidos no Plano Decenal de Educação brasileiro:

- *Atacar a cultura da repetência;*
- *Avaliação da qualidade dos programas educacionais;*
- *Promover a eficiência e democratização da gestão escolar;*
- *Reduzir o contingente de analfabetos;*
- *Elevar os níveis médios de escolaridade de jovens e adultos sub-escolarizados;*
- *Aprimorar a capacitação de professores;*
- *Investir na educação a distância;*
- *Oferecer mais qualidade de educação, não somente mais vagas na escola;*
- *Promover o aumento dos gastos com educação para 5,5% do PIB;*
- *Oferecer 95% de cobertura de faixa etária de 07 a 14 anos até o ano de 2003.(segundo o próprio documento, em 1993 o Brasil atingiu 90% da cobertura escolar nesta faixa etária).*

O Plano Decenal de Educação (1993) *“foi concebido e elaborado para ser um instrumento guia na luta pela recuperação da educação básica do País”* diante dos desafios que lhe são apresentados, foi firmado posteriormente aos compromissos acordados em Jomtien, que vieram a fortalecer políticas educacionais voltadas à “universalização do ensino fundamental” e “erradicação do analfabetismo”. (BRASIL, 1993)

A universalização do ensino fundamental refere-se, portanto, a uma prioridade do Estado brasileiro, que pode ser traduzida neste documento de análise.

Todavia, cabe cogitar sobre qual “universalização” se menciona e se consolida no interior das escolas. Como afirma GADOTTI⁵⁶ (199? : 17) *“Não basta proclamar que educação é um direito de todos. É preciso mostrar como um direito pode ser exercido, a quem recorrer, quando e onde”*.

Atentando para a questão de que a universalização do ensino fundamental traz em seu bojo de discussões a tão mencionada equidade na distribuição da educação, que não diz respeito somente a quantidade de tempo de estudo, *“senão do caráter socialmente significativo dos conhecimentos aos quais se tem acesso, no período de escolarização”*. (TEDESCO, 1990:31).

É fato, que o Plano Decenal, enquanto documento marco em prol da recuperação da educação básica, surgiu no bojo da Conferência de Jomtien, pressionando os governantes de diversos países, principalmente “os 09”, a atingirem a meta “nenhuma criança sem escola”, escola essa com qualidade, promotora da cidadania.

⁵⁶ GADOTTI, M. O Plano Decenal e a Escola. In: BRASIL, MEC. **O Plano Decenal**, visto por: Abicalil, Cunha, Kapaz, Souza, Gadotti e Garcia. Brasília, DF: MEC, 199?.

“O grupo, conhecido como EFA-9 e composto por Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão representam praticamente metade da população mundial. Os nove países também respondiam em 1993 por 70% dos adultos analfabetos em todo o mundo e 50% das crianças que estavam fora da escola”. (Brasil, MEC/ INEP, 1999 : 10)

A situação educacional brasileira evidenciada na Conferência de Jomtien pressionou os governantes do país a implementarem políticas públicas no sentido de reverter o quadro degradante da educação básica e “concretizar” de certa forma, o que já havia sido inscrito na Constituição Federal brasileira de 1988: “Educação como direito de todos e dever do Estado e da família”.

Após 03 anos da Conferência de Jomtien, realizou-se a conferência de Nova Delhi⁵⁷, com vistas a instituição de um Plano específico que auxiliasse os países a alcançarem as metas estabelecidas em Jomtien.

Em 1996, realizou-se na Jordânia, a conferência de Aman, teve como objetivo central avaliar como as propostas apresentadas em Jomtien estavam sendo desenvolvidas, bem como tomar conhecimento das dificuldades para a sua consecução. Como descreve o documento, ao final desta Conferência o foco das metas foi redefinido, buscando contemplar novos elementos.

“De um modo geral, novas parcerias surgiram, novos recursos foram angariados e novas energias e idéias foram devotadas a transformar a Educação para Todos em uma realidade. Acompanhando esses ganhos quantitativos, vinha a ênfase na qualidade da educação, com o empreendimento de reformas, revisões curriculares e adoção intensa de processos avaliativos,

⁵⁷ Segundo documento do MEC-INEP. Avaliação EFA 2000, a função do encontro de Nova Delhi foi envolver os governos dos nove países em desenvolvimento mais populosos do mundo de maneira mais próxima aos compromissos estabelecidos em Jomtien. Visava possibilitar aos países comparar estratégias, resultados e meios para mobilizar recursos.

para monitorar os graus de aproveitamento dos alunos e a efetividade do sistema educacional como um todo”.
(BRASIL..., 1999 : 11)

TORRES (2001 : 13, 21,29) argumenta em seu documento

“... que houve um ‘encolhimento’ no conceito e na prática do ideário e das metas originais da Educação para Todos. A visão ampliada da educação básica acordada em Jomtien eixo da proposta, seu aspecto de maior novidade e mais potencialidade transformador – não se entranhou nas formulações nem nas ações das políticas e reformas educativas impulsionadas, na década de 90. [...] Educação básica, como (re) definida em Jomtien, não é o mesmo que educação primária nem pode ser resolvida unicamente dentro da instituição escolar. Na satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, tais como a família, a comunidade e os meios de comunicação no âmbito da educação básica, definiu-se como prioridade a educação primária – e, principalmente, o objetivo da universalização da educação primária – considerada a ‘ponta da lança’ e o ‘principal sistema para compartilhar educação básica fora da família.[...] Chegado o momento da execução, diante da urgência dos prazos e da pressão nacional e internacional por mostrar resultados, a Educação para Todos foi se voltando para enfoques minimalistas, a curto prazo, a solução fácil e rápida, a quantidade acima da qualidade. A ‘visão ampliada’ da educação básica e suas ambiciosas metas de uma educação de qualidade para todos, em muitos sentidos encolheu. Dito de outra maneira: a ‘visão ampliada’ da educação básica – que na verdade é uma visão ampliada e renovada da educação em geral – não cegou (ainda) a ganhar forma”.

Em 1997, apenas os países integrantes da EFA-9 reuniram-se na “Conferência de Islamabad”, Paquistão, com o intuito de avaliar os progressos ocorridos desde a Conferência de Nova Delhi.

As reflexões e discussões desencadeadas pelo Plano Decenal mobilizaram municípios e estados a produzirem relatórios no sentido de mapear o quadro da educação do país. Estes por sua vez serviram como ponto inicial para a elaboração do Plano Nacional de Educação.

O compromisso firmado em Jomtien “repercutiu” a ponto da universalização do Ensino Fundamental e erradicação do analfabetismo se converter em “prioridade” expressa no Plano Nacional de Educação elaborado pelo Ministério da Educação.

Na perspectiva do governo federal, a execução referente ao Projeto EFA 09 é também de responsabilidade dos Estados e Municípios, dada a natureza descentralizada do atual Sistema Educacional. Ademais, afirma a necessidade de atuação articulada do governo federal com as secretarias estaduais e municipais, “sob a forma de recursos financeiros e projetos”, em que ele seria o coordenador das políticas educacionais.

No “novo Plano Nacional de Educação”, a garantia ao ensino fundamental de oito séries aparece como um das prioridades educacionais, que segundo Informe Nacional (EFA 2000), se desdobram em três outros:

- *Esforço para assegurar que todas as crianças concluam as oito séries do ensino fundamental, adquirindo a formação escolar mínima para o exercício da cidadania, para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna e para a empregabilidade;*
- *Adequação do processo pedagógico às necessidades e carências da população escolar;*
- *A promoção de formação inicial e continuada de professores em conformidade com as demandas do ensino.*

Outra prioridade expressa diz respeito a garantia do ensino fundamental àqueles que não tiveram acesso a ela na idade adequada; está vinculada a educação de jovens e adultos.

Acrescenta-se ainda a ampliação do acesso aos níveis educacionais anteriores e posteriores ao ensino fundamental (*“O Plano prevê, no entanto, a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de 06 anos de idade, quer na pré-escola, quer no próprio ensino fundamental, e a gradual extensão do acesso ao ensino médio para todos os jovens que completarem o nível anterior”.*) (Informe NACIONAL – EFA 2000, 2000 : 15).

Em decorrência das mudanças propostas com o Plano Decenal de Educação, o governo sentiu necessidade de refletir sobre uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB 24/12/96). Nela foram traçados 03 pontos considerados primordiais:

- *Desburocratização da gestão educacional;*
- *Fortalecimento da autonomia da escola;*
- *Flexibilização da organização do ensino fundamental, permitindo alternativas mais eficientes, como a aceleração da aprendizagem e a organização em ciclos, fundamentais para combater a repetência e a evasão.*

“Estes três pontos se apóiam na redistribuição e no compartilhamento de responsabilidades das três esferas de governo em relação aos sistemas de ensino. Ao mesmo tempo que promove a descentralização, ao estimular os municípios a assumirem sistemas próprios de ensino, ela estabeleceu uma convergência de esforços e direcionamento de objetivos em nível nacional”. (BRASIL, 1999 : 19)

Nesse contexto, o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades inserem-se como outra prioridade do governo federal. Apesar de seu reconhecimento internacional em termos de Sistema de Avaliação e de indicadores educacionais, que vem no sentido de atualizar/mudar o

quadro diagnóstico sobre a situação educacional, é preciso considerar que estes também dissimulam a situação problemática da educação no país.

Segundo o Informe Nacional EFA 2000, o analfabetismo, vem diminuindo significativamente. No ano de 96, em especial, concomitante a redução do percentual para 14,7%⁵⁸ da população de 15 anos ou mais, houve declínio no número absoluto de pessoas analfabetas.

Ano	Número Absoluto	%
1920	11.401.715	64,9
1940	13.269.381	56,0
1950	15.272.632	50,5
1960	15.964.852	39,6
1970	18.146.977	33,6
1980	18.651.762	25,4
1991	19.233.239	20,1
1996	15.560.260	14,7

Brasil e Regiões	Ano		
	1996	1997	1998
Brasil	90,5	93,0	95,3
Norte	86,1	89,3	90,4
Nordeste	84,3	89,1	90,0
Sudeste	94,7	95,9	97,4
Sul	94,7	96,1	96,2
Centro-Oeste	94,6	94,4	93,9

Fonte: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais. EFA 2000 Educação para Todos: avaliação do ano 2000, informe nacional, Brasil/INEP. -Brasília: O instituto, 2000 (pp. 29/54)

⁵⁸ Em números absolutos, 14,7% de analfabetos significa mais de 15 milhões e 500 mil pessoas.

É sabido que a educação básica (ao menos), influi na redução da mortalidade infantil, na moderação do crescimento populacional dentre outros fatores. Entretanto é necessário ter claro que a universalização do ensino não deve se limitar ao ensino fundamental, elementar,

“Universalizar a educação básica continua sendo entendida, fundamentalmente, como universalizar o acesso das crianças à educação primária, não como a universalização da aprendizagem e a satisfação efetiva das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, dentro e fora da instituição escolar...”.(TORRES, 2001 : 40)

O governo federal brasileiro entende que a eliminação do analfabetismo configura-se enquanto *“base para garantir condições mínimas de equidade social e de acesso à cidadania plena”*. Estes por sua vez, encontram-se atrelados *“as condições que o produzem”,* ou seja, a *“pobreza e isolamento, marginalização em relação ao mercado, falta de escolas e de material escrito constituem aspectos indissociáveis do analfabetismo”*.

Diante do exposto, é preciso reconhecer que as medidas adotadas pelo governo federal, em articulação com os governos estadual e municipal, são esforços fundamentais. Todavia, os projetos e ações voltadas à eliminação do analfabetismo, promoção do acesso ao ensino fundamental, devem ser revistos, principalmente para onde estão sendo conduzidos. Pois o quadro é preocupante:

“O panorama educativo está convulso, atravessado pela insatisfação e por uma longa ‘crise da educação’, assim como por inúmeras propostas e tentativas de mudança, vindas de cima (reformas do sistema) e de baixo (inovações na esfera institucional e local). [...] o ‘foco na pobreza’ acabou focalizando e reduzindo a própria educação, a política educacional e a reforma educativa à educação dos mais pobres como se os problemas da educação e a necessidade de melhorar a qualidade fossem unicamente de responsabilidade da educação pública e, dentro desta, da educação dos mais pobres, (é como se a transformação

da instituição escolar e do próprio ensino público) fosse possível à margem da consideração e da construção de um projeto educativo nacional". (TORRES, 20001 : 8, 34)

Repensar o modelo de educação ora em voga, tanto das políticas educacionais brasileiras, quanto a do Mercosul, torna-se indispensável.

O "laboratório da vida" já evidenciou que investir esforços e elaborar projetos sem fundamento sólido é desperdiçar energia, tempo, recursos humanos e materiais/financeiros, na via da contra-mão, mais do que isso, é não levar a sério a vida humana em toda a sua magnitude.

A princípio, atingir a meta da eliminação do analfabetismo para assegurar condições mínimas de equidade social, e ao mesmo tempo cidadania plena, inclusão social, torna-se imprescindível e também um pouco ambíguo, pois cidadania plena se coaduna com condições plenas de inclusão e equidade social.

Políticas sociais não se restringem a políticas focalizadas que buscam dar o mínimo a quem nada tem. Direcionar-se pelo modelo economicista de mercado visando a "formação de recursos humanos", inserção no mercado de trabalho, elevar graus de produtividade das camadas mais desfavorecidas da população, é como bem enuncia DRAIBE (1993 : 19), *"uma estratégia que parte do reconhecimento de que a pobreza, o não acesso de vastas camadas da população a bens e serviços básicos, constituem entraves à modernização das nossas economias e a sua reversão a formas mais descentralizadas, mais abertas, mais adaptáveis e dinâmicas do ponto de vista tecnológico"*.

Investir em educação é pensar mais além, é pensar numa formação que transcenda ao ensino fundamental, é educação para a vida e não apenas para o trabalho.

Ideológico? Utópico?

Se contentar com as migalhas oferecidas pela mesa imperial não deve ser pretensão da nação, tão pouco da região.

Era do conhecimento ou era do encobrimento?

“O objetivo principal, a grande conquista social que se encomendara à educação básica, não se cumpriu. Não há, pois, motivo pra pensar que chegou o momento de abandonar a educação básica e passar para outra coisa. Permanece, ainda, o compromisso não só de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos, mas, fundamentalmente, de combater a pobreza, combate que, como podemos ver, requer intervenções diretas, integrais, consistentes, partindo não unicamente do educativo nem da escola, mas da economia e da política”. (TORRES, 2001 : 89)

Considerações Finais

Considerando-se principalmente, o conturbado processo histórico, político, econômico, e social dos países integrantes do Mercosul, e a repercussão destes para a própria constituição da integração regional, pode-se afirmar que o Mercosul resulta da tendência à globalização no continente, dos possíveis riscos do protecionismo, do isolamento econômico e político.

Reconhecemos, com base na análise documental, que o Mercosul é visto como um acordo cheio de fragilidades, imbricações, tensões, desafios e também possibilidades, diante da instabilidade e desequilíbrios macroeconômicos. Esta situação impede que o Mercosul seja lido a partir de uma lógica pessimista ou meramente ufanista, economicista; mas leva-nos a compreendê-lo a partir de uma perspectiva temporal, de processo político-social que vem se forjando ao longo da história desses povos latino-americanos.

Uma mínima compreensão do funcionamento do Mercosul permite aferir que a participação de distintos segmentos da sociedade, ainda constitui-se como uma lacuna a ser preenchida e ser repensada, redesenhada; não restritamente a partir dos “presidenciáveis” e sua equipe, mas a partir da inclusão de novos atores sociais.

Neste contexto, é ponto pacífico que a educação possui papel relevante, seja para a formação da consciência social favorável ao processo de integração; seja para o aprendizado dos idiomas oficiais do Mercosul, intercâmbios, cooperação científica. Mas não deveria se restringir a responder às demandas econômicas e ‘diplomáticas’ do acordo, uma vez que o setor em si tem as suas respectivas demandas, logicamente não desvinculadas do contexto, porém, com outras dimensões e abrangências, trazendo novos elementos para a discussão.

Quanto à educação, tomando como referência os eixos norteadores do *Mercosul Educacional*, pautado sobre o tripé: integração regional e respeito à diversidade; compromisso democrático e Educação de Qualidade para Todos, os documentos apontam para necessidade de redefinição dos compromissos e agendas políticas mais pontuais dos países integrantes.

A educação não deveria continuar sendo vislumbrada como mero apêndice do “acordo maior”. É preciso apropriar-se do papel político que este setor possui – que não se restringe a atender demandas do mercado, ou aliviar a pobreza, aumentar a competitividade no mercado, baseada na *capacidade e produtividade* das pessoas etc – e implementar políticas conjuntas que incluam a sociedade local/regional como um todo.

O Mercosul Educacional, na lentidão dos processos avançou muito pouco. O Anexo: Metas do Plano Trienal de Educação (1998-2000) e Situação Atual pode dar uma noção geral deste quadro.

Não se trata de abordar a questão apenas a partir de uma visão negativa do acordo, mas de atentar para o fato de que muito há para ser alcançado, e que indubitavelmente pode ser concretizado, seja no âmbito local, regional e/ou global.

Nesse sentido, considera-se relevante destacar que a condução do setor educacional no Mercosul reflete, de certa forma, o direcionamento que se tem dado à educação no interior dos países que o integram. A educação ao longo das décadas vem perdendo a sua identidade e está sendo utilizada apenas como ferramenta de trabalho do setor econômico e ‘político’.

No Brasil, especificamente, há muitas inovações no campo educacional. Entretanto, a construção teórica formalizada em ‘políticas

inovadoras', programas e projetos para o setor, não necessariamente reflete-se a partir de um dado palpável, que expressa o pensamento, os anseios e as necessidades dos setores populares, mas se ofuscam em meio a preocupação de dar respostas às agências de financiamento estrangeiras; demonstrando certo descaso político com o setor educacional, sobretudo com os seus cidadãos.

Política educacional não é sinônimo de política assistencialista. Universalização do ensino básico não garante a cidadania plena tão pouco a aquisição de conhecimentos básicos necessários ao mundo de hoje; esta deveria estar articulada à intervenções políticas, econômicas e sociais mais abrangentes, que tem como desafio a dissolução das grotescas disparidades sócio-econômicas ora existente. Problemas educacionais são sintomas de profundos problemas político-econômico-sociais que devem ser enfrentados e resolvidos.

Existem muitas possibilidades que não deveriam ser desprezadas, não existem desafios e dificuldades que não possam ser superados e, existem muitas aspirações que podem ser consolidadas. Para tanto, um elemento importante para se reverter o quadro preocupante e insatisfatório do atual sistema educacional e conseqüentemente participar de âmbito mais amplo que o nacional, é repensar – dentre outras políticas – o modelo de Educação que vem se forjando no atual cenário.

Referências

ALBROW, M.; KING, E. (Ed.). Globalization, knowledge and society (readings from "International Sociology"). London: Sage, 1990. p.15.
APUD IANNI, O. **Teorias da globalização**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.243-244.

ALMEIDA, P. R. Cronologia da integração latino-americana no contexto econômico internacional. **Boletim de Integração Latino-Americana**, Brasília, DF, n.16, p.144-150, jan./abr. 1995.

ARGENTINA. Ministério de Cultura y Educación de la Nación Argentina. **Datos para un diagnostico**. 26/10/1998a. Disponível em: <<http://www.zona.mcye.gov.ar/EASC/prt/1-2.html>>. Acesso em: out. 1998.

_____. **Educación**: una aventura llamada MERCOSUR. Buenos Aires: MCE/OEA, [199?].

_____. **Marco normativo da transformação**. 26/10/1998d. Disponível em: <<http://www.zona.mcye.gov.ar/EASC/prt/2-2.html>>. Acesso em: out. 1998.

_____. **El pacto federal educativo**. 26/10/1998b. Disponível em: <<http://www.mcye.gov.ar/pacto.html>>. Acesso em: out. 1998.

_____. **Transformación educativa**. 26/10/1998c. Disponível em: <<http://www.mcye.gov.ar/educativa/sabder.html>>. Acesso em: out. 1998.

ARRUDA, M. **Dívida e(x)terna**: para o capital, tudo; para o social, migalhas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BARBOSA, R. A. O Mercosul e a sociedade brasileira. In: **Boletim de Integração Latino Americano**. No. 11. MRE/SGI/NAT, 1993.

BECK, U. **¿Qué es la globalización?**: falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Piados Ibérica, 1998.

BERNAL-MEZA, Raúl. El MERCOSUR y el Área de Libre Comercio de América latina en el Contexto de la Regionalización y la Globalización. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE

- GUSMÃO. Brasília, DF, 1997. **Globalização na América Latina: integração solidária**. Brasília, DF: FUNAG, 1997. p.99-162.
- BETO, F. O Mercado. **Dois pontos**. Nov/dez. 1996. p 79-80.
- BOFF, L. **Depois de 500 anos: que Brasil queremos?**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOLETIM INFORMATIVO. Brasília, DF: MEC/AI/SEME, n.1, 1997a.
- BOLETIM INFORMATIVO. Brasília, DF: MEC/AI/SEME, n.1, 1998a.
- BOLETIM INFORMATIVO. Brasília, DF: MEC/AI/SEME, n.2, 1996.
- BOLETIM INFORMATIVO. Brasília, DF: MEC/AI/SEME, n.2, 1997b.
- BOLETIM INFORMATIVO. Brasília, DF: MEC/AI/SEME, n.2, 1998b.
- BOYER, R. As palavras e as realidades. In: COORDELLIER, Serge; DOUTAUT, Fabienne. (Coord.). **Globalização para lá dos mitos**. Tradução de Nogueira Gil. Lisboa: Bizâncio, 1998.
- BRASIL. Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL **Cartilha do Mercosul**. Brasília, DF: ABEI, 1996.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. **EFA 2000 Educação para Todos: avaliação do ano 2000**, informe nacional, Brasil. INEP. Brasília: INEP, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano decenal de educação para todos**. Versão acrescida. Brasília, DF: MEC, 1993.
- _____. **O Plano Decenal**, visto por: Abicalil, Cunha, Kapaz, Souza, Gadotti e Garcia. Brasília, DF: MEC, 1997.
- BRASIL. Ministério de Indústria, Comércio e Tecnologia. **Cenários do Mercosul**. Brasília, DF: MICT, 1998. (Relatório especial; n.66/98).
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão do Mercado Comum. MERCOSUL: informações gerais. Disponível em: <<http://mre.gov.br/getec/webgetec/>>.

BRASIL. Reunião de Ministros do MERCOSUL, **Plano Trienal de Educação para o MERCOSUL**, de 1992. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/MERCOSUL>>.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Seção Brasileira. **Mercosul: introdução e desenvolvimento**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

CANDEIAS, A. Políticas educativas contemporâneas: críticas e alternativas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.155-189, jan./jun. 1995.

CAPENEMA, C. F.; EMERENCIANO, M.S.J. Globalização e identidade cultural na educação brasileira. **Universa**, Brasília, DF, v.4, n.3, p.413-423, out. 1996.

CARDOSO, F.H.; FALATO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

CASTRO, M. H. G. de. Apresentação. In: **Avaliação EFA 2000**. Subsídios para o I Seminário Nacional sobre Educação para Todos. BRASIL, MEC, INEP. Brasília, DF: INEP, 10 e 11 de junho de 1999.

CASTRO, P.R. de. **Brasil, este país tem jeito?** Rio de Janeiro: Rio Fundo Educ., 1992.

CEPAL; UNESCO. **Educação e conhecimento**: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília: DF: IPEA; CEPAL; INEP, 1995.

CHESNAIS. F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CORDELLIER, S.; DIDOT, B. **O mundo hoje 1995/1996**: anuário econômico e geopolítico mundial. Traduzido por D. M. Callipo et al. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

_____.; DOUTAUT, F. (Coord.). **Globalização para lá dos mitos**. Tradução de Nogueira Gil. Lisboa: Bizâncio, 1998.

CUNHA, C. da. O Mercosul e a educação básica. **Em Aberto**, Brasília, DF, ano 15, n.68, out./dez. 1995.

DEACON, R.; PARKER, B. Escolarização dos cidadãos ou civilização da sociedade? In: SILVA, L.H. da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DORIA, R. Informação e integração. **Em Aberto**, Brasília, DF, ano 15, n.68, out./dez. 1995.

DONALD, S Van M. et al. **La implementación de las políticas**. 2.ed. México, DF: Miguel Angel Porrúa; Librero-Editor, 1996.

DOWBOR, Ladislau. **Aspectos econômicos da educação**. São Paulo: Ática, 1996. (Série Princípios).

_____. Reordenamento do poder e políticas neoliberais. In: **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. GADELHA, R.M.A.F. (Org.). São Paulo: EDUC, 1997. p.97-110.

ESTEVES, O.P. Senso e contra-senso da educação no contexto internacional. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.17, n.2, p.108-112, jul./dez. 1992.

FLORÊNCIO, S. A. de; ARAÚJO, E. H. F. **Mercosul hoje**. São Paulo: Alfa Omega, 1996.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER STIFTUNG. A agenda política e institucional do Mercosul: aportes para a integração regional. **Debates**, São Paulo, n.14, 1997.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GADELHA, R. M. A. F. Globalização e crise estrutural. In: _____. (Org.). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo: EDUC, 1997. p.51-57.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**; Tradução de Galeano de Freitas. 16^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GARTEN, J. E. **A economia globalizada veio para ficar**. (Relatório especial; n.044/98. (<http://www.mre.gov.br/getec/webgetec/resenhas/rel98/re04498.html>.)

GENTILI, P. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação: neoliberalismo, trabalho e educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.1, p.191-202, jan./jul. 1995.

GINESTA, J. **El Mercosur y su contexto regional e internacional:** una introducción. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1999.

GLINKIN, A. **El Latinoamericanismo contra el Panamericanismo:** desde Simón Bolívar hasta nuestros días. Traduzido do russo por M. Nereda. Moscú: Progreso, 1984.

GOERGEN, P. **Globalização no contexto modernidade/pós-modernidade: da polêmica ao diálogo.** São Paulo: UNICAMP, [199?]. (Mimeogr.).

GOVINDARAJAN, V. e GUPTA, A. L. **Traçando um Rumo do Mundo Globalizado.** Relatório Especial no. 141/98. (<http://www.mre.gov.br/getec/webgetec/resenhas/rel98/rel14198.html>.)

GUADILLA, C. G. Globalización, integración latinoamericana y papel del conocimiento en tres tipos de escenarios. In: GITAHY, L. (Org.). **Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina.** Campinas, SP: IG/UNICAMP; Buenos Aires: RED CIID-CENEP, 1994. p. 33-65.

GUGLIANO, A. A. Nas costas da globalização: as perspectivas dos países periféricos frente às transformações internacionais. In: FERREIRA, M.O.V.; GUGLIANO, A.A. (Org.). **Fragmentos da Globalização na educação: uma perspectiva comparada.** Porto Alegre: ArtMed, 2000. p.63-94

HADDAD, S. Os bancos multilaterais e as políticas educacionais no Brasil. _____. **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil:** análise crítica e documentos inéditos. Brasília, DF: IESE, 1998. p.41-70.

HOJMAN, L. Dos idiomas buscan la integración. La Nación, 27 ago. 1995. p.22. In: **CLIPPING** - Centro de Documentação, São Paulo, 01 set. 1995, n.69, p.5.

IANNI, O. **A era do globalismo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997(b).

_____. Globalização: a grande ruptura histórica. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, n. 318, nov./dez. 1996.

_____. A globalização e o retorno da questão nacional. **Primeira Versão**, Campinas, SP, n.90, jun. 2000.

_____. **A sociedade global**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997(a).

_____. **Teoria da globalização**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. **Mercosul**: sinopse estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. v.1

LAUGLO, L. Críticas às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.100, p.11-36, mar. 1997.

LAZZARO, A. D. Mercosul de estudantes. La Nación, 22 ago. 1995. p.6-8. In: **CLIPPING** - Centro de Documentação, São Paulo, 01 set. 1995. p.16.

LANG, A. B. da S. G. Documentos e Depoimentos na Pesquisa Histórico-sociológica. Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica. In: **CERU**. Alice B. da S. G. G. Lang (org.). São Paulo: CERU, 1992.

LEHER, R. **Da Ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para o 'alívio' da pobreza. Tese: USP-São Paulo, Faculdade de Educação, 1998.

LEITE, E. M. Educação, trabalho e desenvolvimento: o resgate da qualificação. **Em Aberto**, Brasília, n.65, p.5-17, jan./mar. 1995.

LIMA, M. O. **Pan-americanismo**: (Monroe, Bolivar, Roosevelt), 1907. Brasília, DF: Senado Federal; Rio de Janeiro Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

MAGNOLI, D.; ARAÚJO, R. **Para entender o Mercosul**. São Paulo: Moderna, 1994.

MARTINEZ, V.C. **O cidadão de silício**. Marília: UNESP/FFC, 1997.

MARTINS, J. A. **A riqueza do capital e a miséria das nações**. São Paulo: Página Aberta; Scritta, 1994.

MATTELART, A. A nova ideologia globalitária. In: COORDELLIER, S.; DOUTAUT, F. (Coord.). **Globalização para lá dos mitos**. Tradução de Nogueira Gil. Lisboa: Bizâncio, 1998.

MERCOSUL. **Carta de Florianópolis**. Florianópolis: [s.n.], 1997.

MERCOSUL. **Indicadores globais do MERCOSUL**: (demográficos e econômicos, educativos). [S.l.p.].

MERCOSUR 2000: desafios y metas para el Sector Educativo. Buenos Aires: [s.n.], 1996.

MERCOSUR. **Terminología en Ciencias de la Educación**: documento base. [S.l.p.].

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 1**. Buenos Aires: [RME], 1992a.

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 2**. Brasília: [RME], 1992b.

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 3**. Asunción: [RME], 1993a.

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 4**. Montevideo: [RME], 1993b.

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 5**. Buenos Aires: [RME], 1994a.

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 6**. Ouro Preto: [RME], 1994b.

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 7**. Asunción: [RME], 1995a.

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 8**. Montevideo: [RME], 1995b.

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 9**. Buenos Aires: [RME], 1996a.

MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 10**. Gramado: [RME], 1996b.

- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 11**. Asunción: [RME], 1997a.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 12**. Montevideo: [RME], 1997b.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 13**. Buenos Aires: [RME], 1998a.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 14**. Brasília: [RME], 1998b.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 15**. Asunción: [RME], 1999a.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 16**. Montevideo: [RME], 1999b.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Acta 17**. Buenos Aires: [RME], 2000a.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. **Memorandum de entendimiento sobre la implementación de un mecanismo experimental de acreditación de carreras para el reconocimiento de títulos de grado universitario en los países del Mercosur**. Buenos Aires: [RME], 1998.
- MERCOSUR, **PLAN trienal 1998 – 2000 del Sector Educativo del MERCOSUR**: quadro de acompanhamento de metas. Buenos Aires: [s.n.], 1998.
- MERCOSUL. Reunião de Ministros de Educação. Comitê Coordenador Regional. **XXIX Reunião do Comitê Coordenador Regional do Setor Educacional do Mercosul**. Brasília: [RME], 1998. (RME/CCR; n.4).
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. Comitê Coordenador Regional. **XXX Reunión del Comitê Coordenador Regional del Sector Educacional do MERCOSUR**. Asunción: [RME], 1999. (RME/CCR; n.1).
- MICHAELLES, K. Mundo decide lutar pelos pobres. Jornal do Brasil, 13 mar. 1995, p.5. In: **CLIPPING** - Centro de Documentação, 17 mar. 1995, n.46, p.12.

MINC, A. **As vantagens da globalização**. Tradução Maria Alice A. de Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

NEVES, L. A. C. América Latina: modernização e globalização - avaliação e perspectivas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, Brasília, Df, 1997. **Globalização na América Latina: integração solidária**. Brasília, DF: FUNAG, 1997. p.235-273.

OIT; CUT. **Mercosul e Relações Trabalhistas**. SP: OIT, CUT, 1999.

ORTIZ, R. **Los artífices de una cultura mundializada**. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Fundación Social, 1998.

_____. **Um outro território: ensaio sobre a mundialização**. São Paulo: Olho d' Água, 1999.

PARAGUAY, Ministério de Educación y Culto. Comité Coordinador Nacional - MERCOSUR. Seminário Regional, **"Calidad de la Educación: um desafio para la integración"**. Asunción: MEC. OCTUBRE, 1996.

_____. **Estructura del Sistema Educacional en Paraguay**. 26/10/1998. Disponível em: <<http://www.mc.gov.py/meestru.htm>>. Acesso em: out. 1998.

PEÑA, El Sentido Estratégico del MERCOSUR. In: **Mercosul: sinopse estatística**. IBGE (org.). v.1. - RJ: IBGE, 1992, p.39-42

PIVIDAL, F. **Bolívar, pensamento precursor do anti-imperialismo**. Trad. Luzia Rodrigues. São Paulo: Hucitec; Secretaria de Estado da Cultura, 1983.

PLIHON, D. O que está em causa na globalização financeira. In: COORDELLIER, S.; DOUTAUT, F. (Coord.). **Globalização para lá dos mitos**. Tradução de Nogueira Gil. Lisboa: Bizâncio, 1998.

PORTO, C.; BUARQUE, S. (Org.). **Macrocenários mundiais, nacionais e do Mercosul: horizonte 2020**. Rio de Janeiro: Macroplan, 1997.

PROTOCOLO de integración educativa para la formación de recursos humanos a nivel de Post-Grado entre los países miembros del MERCOSUR. Montevideo: [s.n.], 1995a.

PROTOCOLO de integración educativa para la prosecución de estudios de Post-Grados en las universidades de los países miembros del MERCOSUR. Montevideo: [s.n.], 1995b.

PROTOCOLO de integración educativa y reconocimiento de certificados, títulos y estudios de nivel primario y medio no técnico. Buenos Aires: [s.n.], 1994.

PROTOCOLO de integración educativa y reválida de diplomas, certificados, títulos y reconocimiento estudios de nivel medio técnico. Asunción: [s.n.], 1995c.

PROTOCOLO de Intenciones. Brasília: [s.n.], 1991.

PROTOCOLO de Ouro Preto, 17/12/1994. Disponível em: <<http://www.mec.gob.br/MERCOSUL>> .

ROBERTSON, R. **Globalização: teoria social e cultura global.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ROUILLON, J. Avances hacia el Mercosur cultural. La Nación, 19 ago. 1995, p.12. In: **CLIPPING** - Centro de Documentação, São Paulo, 01 set. 1995, n.69, p.4.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia.** 2.ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SARDENBERG, R. M. O Brasil a caminho do século XXI. **Política Externa**, v. 5, n.3, p.77-92, dez./fev. 1996-1997.

SANTOS, Â. M. P. Globalização Econômica e Financeira na América Latina: a inserção das economias Latino-americanas na Nova Ordem Econômica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, Brasília, Df, 1997. **Globalização na América Latina: integração solidária.** Brasília, DF: FUNAG, 1997. p.51-98.

SCURO NETO, P. **educação e trabalho no Mercosul: uma política de recursos humanos.** 1998. Disponível em: <<http://www.mre.gov.ar/getec/WEB/GETEC/BILA/11/notas/1nota.htm>>. Acesso em: out. 1998.

SEITENFUS, V. M. P.; BONI, L.A. (Coord.). **Temas de integração Latino-Americana**: (Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata - CEDEP). Petrópolis: Vozes, 1990.

SILVA, A. M. M. Solução ou Sonho Impossível? In: LERNER, J. (Coord.). **Cidadania, verso e reverso**. São Paulo: IMESP, 1997-1998. p. 215-227.

SILVA, C. J. da. Antecedentes Históricos do Processo de Integração Latino-Americana: ALALC, MCCA, Pacto Andino. IN: SEITENFUS, Vera Maria P. e BONI, Luís A. de (coord.). **Temas de Integração Latino-Americana** (Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata - CEDEP). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990. p. 32-81.

SILVEIRA, H. G. Mercosul: origem, forma e problemas de implementação. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação & Letras**, Porto Alegre, n.19, p.139-147, 1997.

SINGER, P. Globalização e desenvolvimento da América Latina. In: GADELHA, R. M. A. F. (Org.). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo: EDUC, 1997. pp. 157-162.

SOUZA, C. A. Mercosul reforça intercâmbio escolar. Folha de S. Paulo, 13 mar. 1995. In: **CLIPPING** - Centro de Documentação, São Paulo, 17 mar. 1995, n.46, p.6.

TAVARES, M. C.; FIORI, J.L.. **(Des) ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEDESCO, J. C. El Rol del Estado en la Educacion. In: **Final de século**: educação na América Latina/Maria Laura P. B. Franco, Dagmar M. L. Zibas, (orgs). São Paulo: Cortez, 1990. p. 11-38.

TOMASSINI, L. La Inserción de América Latina en el Proceso de Globalización. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, Brasília, Df, 1997. **Globalização na América Latina**: integração solidária. Brasília, DF: FUNAG, 1997. p.15-48.

TORRES, R. M. **Educação para Todos**: a tarefa por fazer; tradução Daisy Moraes. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

TRATADO de Assunção, 26/03/1991. Disponível na Internet, via WWW: <<http://www.mec.gob.br/MERCOSUL>>.

UNESCO/MINEDECAL – Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura; Ministros encargados del planeamiento económico em los países de América latina y del Caribe. **Educación y desarrollo em América Latina – bases para uma política educativa.** Buenos Aires/Argentina: Solar/Hachette/Unesco, 1996.

URUGUAY. Administración Nacional de Educación Pública. Consejo Directivo Central. **1998**: la educación uruguaya - situación y perspectivas. Montivideo: ANEP, 1998.

URUGUAY, Ministerio de Educación y Cultura. **Mercosur educativo**: informe sobre un proceso continuo. Montivideo: MEC, 1997.

VELLOSO, J. P. R. et al. (Coord.). **A nova ordem mundial em questão.** Rio de Janeiro: J.Olympio, 1993.

VIZENTINI, P. G. F. Mecanismos Decisórios – Agenda Institucional do Futuro do MERCOSUL: objetivos e necessidades. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER STIFTUNG. A Agenda Política e Institucional do MERCOSUL: aportes para a integração regional. **DEBATES.** São Paulo: Centro de Estudos Fundação Konrad Adenauer Stiftung, N.º14, 1997. p.143 – 151.

VELTZ, P. A economia mundial uma economia de arquipélago. . In: COORDELLIER, S.; DOUTAUT, F. (Coord.). **Globalização para lá dos mitos.** Tradução de Nogueira Gil. Lisboa: Bizâncio, 1998.

WOLFE, M. **El desarrollo esquivo**: exploraciones en la política social y la realidad sociopolítica. México, DF: Fondo Cult. Económica; CEPAL, 1976.

WOLKMER, A. C. **O terceiro mundo e a nova ordem internacional.** São Paulo: Ática, 1989.

Obras Consultadas

AGUILAR, L. E. **Estado Desertor. Brasil – Argentina nos anos de 1982-1992.** Campinas, SP: FE/Unicamp; R. Vieira, 2000.

AZEVEDO, J. M. L. de A. **A educação como política pública.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (org.). **América Latina: história, idéias e revolução.** – São Paulo: Xamã, 1998.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais.** São Paulo: Cortez, 1996.

BRASIL, Associação Nacional dos Institutos do Mercado Aberto. **Relatório Econômico: Mercosul, o desafio da integração no cone sul.** RJ: ANDIMA, 199 (?).

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação para Todos:** A Conferência de Nova Delhi. Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Professor Murílio de Avellar Hingel, Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em nome do Excelentíssimo Senhor Doutor Itamar Franco, Presidente da República Federativa do Brasil, na solenidade de Encerramento da Cúpula de Nova Delhi sobre Educação para Todos em 16/12/1993. Brasília, DF: MEC, 1994.

DOWBOR, L. **O que é Capital?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FORRESTER, V. **O Horror Econômico;** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997.

FREITAS Jr., A. R. de. **Globalização, Mercosul e crise do Estado Nação: perspectivas para o direito numa sociedade em mudança.** São Paulo: LTr, 1997.

GENTILINI, J. A. **Crise e Planejamento educacional na América Latina: tendências e perspectivas no contexto da descentralização.** Campinas, SP: 1999 (Tese de Doutorado: FE/UNICAMP)

- MELO, A. A. S. de. **Educação e Hegemonia no Brasil de Hoje**. Maceió: EDUFAL, 1998.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. Comisión Consultiva de Expertos em Ingeniería del MERCOSUR. **Acta IV**. Buenos Aires: [RME], 2000b.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. Comisión Consultiva de Expertos en Ingeniería del MERCOSUR. **Acta I**. Buenos Aires: [RME], 1999a.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. Comisión Consultiva de Expertos en Ingeniería del MERCOSUR. **Acta II**. Montevideo: [RME], 1999b.
- MERCOSUR. Reunión de Ministros de Educación. Comisión Consultiva de Expertos en Ingeniería del MERCOSUR. **Acta III**. Bolivia: [RME], 2000a.
- MINUTA do anteprojeto das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em medicina**. [S.l.p.]. (Mimeogr.).
- MOROSINI, M. C. (org.) **Mercosul: políticas e ações universitárias**. –Campinas, São Paulo: Autores Associados; Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, 1998.
- MOURÃO, F. A. A. Relatório do Seminário Mercosul: desafios a vencer. In: **boletim de Integração Latino Americano**. No. 12. MRE/SGI/NAT, 199(?).
- OHMAE, K. **O fim do Estado-nação**; Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campinas, 1996.
- PORTO, C.; BUARQUE, S. (org.) **Macrocenários Mundiais, Nacionais e do Mercosul**. RJ: Macroplan, dez. 1997.
- RICO, E. M. (org.) **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 1998.
- ROMÃO, J. E. (org.) **Dívida Externa e Educação para Todos**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- SABBI, A. P. **O que é FMI?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SCARLATTO, F. C.; ARROYO, M. (org.) **Globalização e Espaço Latino Americano**. 3ª Edição. São Paulo: HUCITEC- ANPUR, 1997.

SCHAPOSNIK, E. C. **As teorias da integração e o Mercosul**: estratégias; tradução de Delvia V. F. de Carvalho e Ronaldo Assunção. Florianópolis, SC: Ed. Da UFSC, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. **(Des) ajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

VELLOSO, J. (org.). **O Ensino Superior e o Mercosul**. RJ: Garamond, 1998.

APÊNDICE

ATAS	Política/Economia/Integração Regional/Educação
Ata 1 Buenos Aires 01/06/92	A educação <i>deve acompanhar</i> os processos de integração regional para <i>afrontar</i> como bloco geo-cultural os desafios decorrentes da transformação produtiva, dos avanços científico-tecnológicos e a consolidação da democracia. A RME tem a missão de acordar planos, programas que orientem a definição de políticas e estratégias comuns para o desenvolvimento educacional da região.
Ata 2 Brasília 27/11/92	A educação <i>desempenha um papel estratégico</i> no processo de integração. Integração que abarca aspectos do desenvolvimento econômico-social, científico-tecnológico e cultural da região.
Ata 3 Asunción 30/06/93	Reforça e apresenta a educação como fator indispensável para o cumprimento dos objetivos apontados na Ata 02 e indica a necessidade de compreensão da realidade regional e mundial, com vistas ao <i>alcance de um desenvolvimento integral</i> que venha também ao <i>encontro de desafios determinados pela comunidade internacional</i> .
Ata 04 Montevideo 21/12/93	Em geral reforça-se aqui aspectos da Ata 01. A Educação <i>deve responder</i> aos desafios decorrentes da transformação produtiva, dos avanços científico-tecnológicos, a consolidação da democracia <i>em um contexto de crescente integração regional etc.</i>
Ata 05 Buenos Aires 04/08/94	Aponta que os Sistemas Educativos dos Estados Partes do MERCOSUL Educacional estão firmemente comprometidos com os desafios derivados dos processos de modernização econômica e da contribuição às políticas tendentes à promoção de um desenvolvimento humano sustentável em um marco de equidade e justiça social; a promoção de uma cultura da paz e a compreensão internacional e a afirmação dos princípios democráticos e a integração regional. Educação comprometida com a <i>afirmação da integração regional</i> .
Ata 06 Ouro Preto 09/12/94	Reitera compromissos da Ata 05. ... Integração orientada para a promoção do bem estar de sua população, no marco da democracia, justiça social, da paz e <i>compreensão internacionais</i> . Resgata o compromisso de modernização econômica e administrativa.
Ata 07 Asunción 28/07/95	Resgata aspectos da Ata 05. Reafirma seus compromissos com o processo de integração, orientando-o à promoção do bem estar coletivo no marco de <i>desenvolvimento econômico, democracia, justiça social e a paz</i> .
Ata 08 Montevideo 30/11/95	Que a <i>qualidade da educação</i> constitui um papel estratégico para o <i>desenvolvimento</i> dos países da região. O reconhecimento e relevância alcançados pelo MERCOSUL no contexto internacional, abre espaço para a <i>cooperação e intercâmbio</i> de experiências em matéria educacional.

Ata 09 Buenos Aires 20/06/96	* * * * *
Ata 10 Gramado 29/11/96	* * * * *
Ata 11 Asunción 11/06/97	* * * * *
Ata 12 Montevideo 01/12/97	A educação enquanto <i>papel estratégico na agenda internacional e hemisférica</i> , assim como nos processos de integração. Busca de melhoria da qualidade em educação.
Ata 13 Buenos Aires 19/06/98	* * * * *
Ata 14 Brasília 20/11/98	* * * * *
Ata 15 Asunción 28/05/99	* * * * *
Ata 16 Montevideo 26/11/99	Ênfase à formação técnica profissional com vistas a uma real inserção laboral da juventude. A importância do ensino de história e geografia, do sistema de informação e comunicação do Mercosul para fortalecer a identidade regional e promover maior participação e interação entre os atores do setor educacional.
Ata 17 Buenos Aires 15/06/2000	Importância estratégica do sistema de informação e comunicação para fortalecer a participação e interação. Necessidade de fortalecer a identidade regional e a consciência social favorável ao processo de integração, garantir continuidade dos estudos de educação básica.

Ensino Fundamental/Ensino Médio/Ensino Técnico/Ensino Superior/Geral

ATAS	Ensino Fundamental/Médio	Ensino Técnico	Ensino Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 01 II RME	*****	*****	*****	*****
Ata 02 III RME	*****	*****	*****	Aprobar el Plan Trienal para el sector educación en el contexto del MERCOSUR, propuesto por el Comité Coordinador Regional, que presenta las áreas estratégicas identificadas para la cooperación y el desarrollo de programas, sub-programas, líneas de trabajo y actividades que orienten los esfuerzos en este campo. Comprometer esfuerzos en el sentido de asegurar los recursos y medios necesarios para el adecuado cumplimiento de los objetivos propuestos por el Plan Trienal de Acción. Expresar su reconocimiento por el apoyo brindado por los organismos internacionales UNESCO, OEA, OEI y CINTERPLAN y solicitar la continuidad de su colaboración en el asesoramiento técnico, la realización de estudios e investigaciones, el apoyo financiero, la búsqueda de nuevas fuentes de recursos y la realización de actividades que abarquen conjuntamente a los Estados Partes del MERCOSUR. Manifestar interés en participar en las actividades de cooperación e intercambio que puedan ser acordadas entre el MERCOSUR y la Comunidad Económica Europea, en el ámbito de la cooperación y la integración educacional. Elevar los Acuerdos precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común, que se reunirá en el corriente mes de junio, en la República Argentina, para su posterior consideración por el Consejo del Mercado Común.

ATA	Ensino Fundamental/Médio	Ensino Técnico	Ensino Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 03 IV RME	Reafirmar el compromiso de adoptar, en breve plazo, un sistema de equivalencias de estudios en los niveles primario y secundario, o las denominaciones que establezcan cada estado; asimismo, reconocer los avances realizados en los Estados Miembros, en cuanto a la definición de criterios comunes. Establecer un programa de mejoramiento de la enseñanza de las Ciencias, a nivel de la educación primaria y media, o la denominación que establezca cada país, uniendo esfuerzos y experiencias de nuestros países en coordinación con las acciones de los organismos internacionales, en esta materia. Establecer un programa de formación de docentes para la enseñanza de las lenguas oficiales del Mercosur.	Convocar una reunión de especialistas del área técnico-profesional, con el objeto de dar continuidad a los trabajos de determinación de equivalencias y certificación de estudios.	Constituir Grupos Nacionales a nivel de enseñanza superior, para elaborar propuestas tendientes a la implementación de un sistema de equiparación y reconocimiento de estudios, títulos y diplomas entre los países miembros. Desarrollar programas regionales de post-grado, en áreas temáticas vinculadas al proceso de integración del Mercosur.	Constituir un Equipo Técnico Regional que elabore propuestas curriculares para lograr un mayor conocimiento entre los pueblos de la Región. Incorporar la educación ambiental, como uno de los temas prioritarios en la programación educativa del Mercosur. Fortalecer las acciones educativas que respondan a necesidades regionales, con el apoyo de la cooperación técnica internacional. Aprobar el Relatorio de Actividades cumplidas durante el Primer Semestre del año 1993. Aprobar el Plan de Actividades para el Segundo Semestre de 1993. Elevar los Acuerdos precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común, para su posterior consideración por el Consejo del Mercado Común.

ATA	Ensino Fundamental/ Médio	Ensino Técnico	Ensino Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 04 V RME	Aprobar la metodología sobre reconocimiento de certificaciones, títulos y estudios de nivel primario y medio no técnico y sus denominaciones equivalentes y establecer como plazo máximo para la firma del acuerdo correspondiente, el primer semestre de 1994. Encomendar al Comité Coordinador la organización del Sistema de Información Regional para la Educación Básica y Secundaria, conforme a los resultados del Primer Encuentro de Centros de Información y Documentación, realizado en Montevideo en setiembre de 1993.	Crear la Comisión Técnica Regional de Educación Tecnológica y Formación Profesional, dependiente del Comité Coordinador Regional, encargada de estudiar y formular alternativas para la compatibilización, el reconocimiento de estudios, títulos y diplomas, en el área correspondiente. Aprobar la realización del Tercer Congreso Tecnológico a realizarse en el curso del año 1994, en Argentina, con representantes de los Ministerios de Educación y/o de Instituciones Oficiales. Reconocer la iniciativa del Consejo de Educación Técnico Profesional, de la Administración Nacional de Educación Pública de Uruguay para la formación de recursos humanos en el área Agropedagógica, y encomendar al Comité Coordinador Regional el estudio de dicha propuesta.	Crear la Comisión Técnica Regional de Educación Superior, dependiente del Comité Coordinador Regional, conforme al Parágrafo 3° del Acta de la Reunión de Ministros, realizada en Asunción el 30 de junio de 1993, encargada de estudiar y formular alternativas para la compatibilización del reconocimiento de estudios, títulos y diplomas. Impulsar la realización del curso de especialización de postgrado regional: "Producción Agropecuaria e Integración". Dicho curso será desarrollado en los países miembros por los mismos profesores, en forma alternativa, en Universidades de los países participantes. Apoyar los Sistemas de Información de Educación Superior, a partir de los acuerdos preexistentes entre las Universidades de los Países Miembros, que contemplen bases de datos estadísticos, administrativos y de cooperación en materia de investigación científica.	Encomendar al Comité Coordinador Regional la producción de materiales educativos referidos al proceso de integración regional, para facilitar el reconocimiento de estudios y la movilidad poblacional en el MERCOSUR. Encomendar al Comité Coordinador Regional la elaboración de propuesta de pautas y criterios necesarios para reconocer el carácter regional de Instituciones educativas en el ámbito del Mercosur. Reconocer la asistencia otorgada por UNESCO, OEA, OEL, CINTERPLAN, CINTERFOR, CEFIR y UE, y solicitar la continuidad de su colaboración en el asesoramiento técnico, el apoyo financiero, la búsqueda de nuevas fuentes de recursos y la realización de actividades que abarquen conjuntamente a los Estados Partes del Mercosur. Aprobar el Programa "Cruz del Sur" de Cooperación Regional con la República de Francia y encomendar al Comité las acciones para hacer efectivas las actividades de cooperación e intercambio que puedan ser acordados entre el Mercosur y la Comunidad Europea, en el ámbito de la integración educativa. Reconocer y valorar el aporte de la cooperación italiana, consistente en un programa de becas para capacitación de recursos humanos de los países miembros del Mercosur sobre temas de impacto regional, que tendrán sede en el centro de Diseño Industrial, dependiente del Ministerio de Educación y Cultura del Uruguay. Comprometer esfuerzos en el sentido de asegurar los recursos y medios necesarios para el adecuado cumplimiento de las propuestas acordadas en el marco del Plan Trienal. Aprobar el plan de actividades y su cronograma del primer semestre de 1994. Elevar los acuerdos precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común, que se reunirá en el mes de enero en la República Oriental del Uruguay, para su posterior consideración por el Consejo del Mercado Común.

ATA	Ensigno Fundamental/Médico	Ensigno Técnico	Ensigno Superior	Gera/Outras Áreas
Ata 05 VI RME	Reconocer los avances efectuados por el Comité Coordinador Regional acerca del desarrollo para el establecimiento de los sistemas de información para la educación primaria y media no técnica. Aprobar el texto del Protocolo de Integración Educativa y Reconocimiento de Certificados, Títulos y Estudios de Nivel Primario, Medio no Técnico o de denominaciones equivalentes, que expresa la voluntad de los países signatarios de facilitar la libre circulación de las personas en la Región, tal como se establece en el Tratado de Asunción, para lo cual se debe garantizar a los estudiantes el fácil acceso a los sistemas educativos y a la continuidad de sus estudios.	Reconocer los avances efectuados por el Comité Coordinador Regional acerca del desarrollo para el establecimiento de los sistemas de información para la educación tecnológica. Reconocer los avances efectuados por el Comité Coordinador Regional acerca de: la formulación de estrategias y acciones necesarias para la compatibilización y reconocimiento de estudios y diplomas en el área de Educación Tecnológica acordada en los términos formulados por el informe presentado por la Comisión Técnica Regional "ad hoc"	Reconocer los avances efectuados por el Comité Coordinador Regional acerca del desarrollo para el establecimiento de los sistemas de información para la educación superior. Reconocer los avances efectuados por el Comité Coordinador Regional acerca de: el diseño de una metodología para el Reconocimiento de estudios, títulos y diplomas en el ámbito de la Educación Superior, acordada en los términos del informe presentado por la Comisión Técnica Regional "ad hoc"; el desarrollo de las metodologías de los cursos de postgrado que contemplen operaciones integradas y simultáneas en los Países Partes en los términos de los cursos de "Administración Universitaria" e "Impacto de la Integración en el Agro de los Países del MERCOSUR", propuestos por el Comité Coordinador Regional, teniendo en cuenta las legislaciones específicas de cada país y de acuerdo con la normativa y posibilidades de las universidades involucradas en las actividades de estos cursos.	Reconocer los avances efectuados por el Comité Coordinador Regional acerca de la definición del Programa "Cruz del Sur" con la cooperación francesa para el mejoramiento de la calidad de la formación docente. Valorar significativamente la cooperación prestada por los organismos internacionales, especialmente UNESCO, OEA, OEI y CINTERFOR, al Comité Coordinador Regional en el desarrollo de las actividades realizadas. Asimismo, manifiesta su reconocimiento a la contribución prestada por la Cooperación Regional Francesa para el Programa "Cruz del Sur". Aprobar el Plan de Acción del 2º. Semestre de 1994 y asegurar las condiciones y recursos necesarios para garantizar su cumplimiento de las actividades que se desarrollan en el marco del MERCOSUR. Elevar las actuaciones precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común, reunida en Buenos Aires, el día 04 de agosto, para su posterior consideración por el Consejo del Mercado Común.

ATA	Enseño Fundamental/Médio	Enseño Técnico	Enseño Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 06 VII RME	Que el Comité Coordinador Regional, en su función de órgano de coordinación de actividades y estímulo a iniciativas conjuntas en el campo de la educación, apreció los avances obtenidos en logro de los objetivos y metas establecidos en el Plan Trienal y reconoció: La importancia del Protocolo de Integración Educativa y Reconocimiento de Certificados, Títulos y Estudios de Nivel Primario y Medio no Técnico, firmado en Buenos Aires, República Argentina, el 4 de agosto de 1994; Reconocer los avances obtenidos por el Comité Coordinador Regional con respecto a: La realización de acciones de difusión de los objetivos del MERCOSUR con el fin de contribuir a la formación de una conciencia favorable a la integración regional. La implementación del Protocolo de Integración Educativa y Reconocimiento de Certificados, Títulos y Estudios de Nivel Primario y Medio no Técnico, previéndose la finalización de la elaboración de los módulos de Historia y Geografía en el primer semestre de 1995;	Que el Comité Coordinador Regional, en su función de órgano de coordinación de actividades y estímulo a iniciativas conjuntas en el campo de la educación, apreció los avances obtenidos en logro de las actividades conjuntas en el campo de la educación, apreció los avances obtenidos en logro de los objetivos y metas establecidos en el Plan Trienal y reconoció: Los avances en lo que se refiere al reconocimiento de estudios, títulos y diplomas en la educación tecnológica y superior; Reconocer los avances obtenidos por el Comité Coordinador Regional con respecto a: El establecimiento de criterios para la definición de un sistema de equivalencias y un esquema para revalidar títulos y diplomas de carreras técnicas de nivel medio; La elaboración del glosario de términos técnicos.	Que el Comité Coordinador Regional, en su función de órgano de coordinación de actividades y estímulo a iniciativas conjuntas en el campo de la educación, apreció los avances obtenidos en logro de los objetivos y metas establecidos en el Plan Trienal y reconoció: La relevancia del Plan Trienal, como un instrumento válido y decisivo en el camino de la Integración; Que la entrada en vigencia de una nueva etapa del Mercado Común del Sur, el primero de enero de 1995, se produce en momentos en que el Sector Educación ha definido líneas de acción y programas que requerirán una adecuada disponibilidad de recursos humanos, técnicos y financieros; Ratificar la vigencia del actual Plan Trienal para el Sector Educación hasta el 31 de diciembre de 1997; Reconocer el compromiso y la dedicación de los cuadros técnicos de los Ministerios de Educación de los cuatro países, como así también de Organismos e Instituciones competentes que hicieron posible los resultados obtenidos a lo largo de los tres años de vigencia del Plan Trienal; Consolidar y ampliar los refuerzos para asegurar una educación con calidad y equidad, como condición esencial para el desarrollo y la integración regionales;	

ATA Ata 06 VII RME	Ensinio Fundamental/Médio	Ensinio Técnico	Ensinio Superior	Geral/Outras Áreas
	El desarrollo de procesos que permitan la definición de políticas y estrategias regionales para la formación inicial y permanente de docentes, así como la implementación de acciones de capacitación de docentes en las áreas de Ciencias Básicas, Historia y Educación Ambiental, entre otras. Reconocer los avances obtenidos por el Comité Coordinador Regional en lo que se refiere a las estrategias para la enseñanza del español y el portugués en el ámbito del MERCOSUR.	* * * * *	Recomendar al Comité Organizador Regional que gestione la creación de grupos de Trabajo Nacionales para analizar el tema de postgrado en los países del MERCOSUR.	Reconocer la cooperación prestada por los Organismos Internacionales, especialmente OEA, UNESCO, OEI y CINTERFOR, al Comité Coordinador Regional en el desarrollo de las actividades realizadas. De la misma forma, manifestar su reconocimiento por la contribución brindada por la cooperación regional francesa y el programa "Cruz del Sur"; Aprobar el Plan de acción del primer semestre de 1995, asegurar sus condiciones de implementación y buscar nuevas formas de obtención de recursos financieros a través de gestiones ante el Grupo Mercado Común y otras instancias pertinentes; Elevar las resoluciones precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común, para su posterior consideración por el Consejo del Mercado Común.

ATA	Ensin Fundamental/Médio	Ensin Técnico	Ensin Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 07 VIII RME	Convocar la Reunión de la Comisión Regional Técnica prevista en el Artículo tercero del Protocolo de Integración Educativa y Reconocimiento de Certificados, Títulos y Estudios de Nivel Primario y Medio No Técnico, coincidente con la XVI Reunión del Comité Coordinador Regional, a celebrarse en Montevideo, con el fin de considerar la Tabla Adicional elaborada en la XV Reunión de dicho comité; Reconocer los avances realizados en la formulación de la propuesta sobre los contenidos mínimos comunes de Historia y Geografía para la enseñanza básica y media y alentar la continuidad de dichos esfuerzos.	Aprobar el Protocolo de Integración Educativa y Reconocimiento de Títulos, Estudios y Diplomas del Nivel Medio Técnico, que agilizará las tramitaciones de ingreso; mejorará las condiciones de traslado y asegurará el reconocimiento de los estudios cursados en el país de origen; Presentar ante los organismos competentes de cada uno de los Estados Partes los dos protocolos antes enunciado a los efectos de dar inicio a las gestiones conducentes para su aprobación definitiva.	Aprobar el Protocolo de Integración Educativa sobre Reconocimiento de Títulos Universitarios para la Proceución de Estudios de Post-Grado en las Universidades de los Países del MERCOSUR, que posibilitará además, el reconocimiento académico de los títulos de post-grado sometidos al régimen de este Protocolo; Presentar ante los organismos competentes de cada uno de los Estados Partes los dos protocolos antes enunciado a los efectos de dar inicio a las gestiones conducentes para su aprobación definitiva.	Presentar en la IX Reunión de Ministros de Educación los planes y proyectos nacionales para el desarrollo de la enseñanza de los idiomas oficiales del MERCOSUR; Reconocer la importancia de la cooperación prestada por los organismos internacionales, especialmente O.E.A., UNESCO, O.E.I. y CINTERFOR, al Comité Coordinador Regional en el desarrollo de las actividades realizadas. De la misma forma, manifestar su gratitud por la contribución brindada por la cooperación regional francesa y al programa Cruz del Sur; Aprobar el Plan de Actividades y Cronograma correspondientes al segundo semestre de mil novecientos noventa y cinco; Elevar las resoluciones precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común, para su posterior consideración por el Consejo del Mercado Común.

ATA	Enseño Fundamental/Médio	Enseño Técnico	Enseño Superior	Gera/Outras Áreas
Ata 08 IX RME	Promover la formación y capacitación de profesores de las lenguas oficiales del Mercosur; propender a la cooperación entre los países del Mercosur mediante el intercambio de material didáctico, experiencias educativas y pasantías; aprobar la realización del Seminario "Políticas de Enseñanza de las Lenguas" a realizarse en el próximo semestre en Argentina. Aprobar la Tabla Adicional al Protocolo de Integración Educativa y Reconocimiento de Títulos, Estudios y Diplomas de Nivel Básico y Medio no Técnico.	Aprobar la realización del IV Congreso de Educación Tecnológica a realizarse en Montevideo durante el próximo semestre.	Aprobar el Protocolo de Integración Educativa para la Formación de Recursos Humanos a nivel de Post-grado entre los países del MERCOSUR. Aprobar la versión revisada del Protocolo de Integración Educativa sobre Reconocimiento de Títulos Universitarios para la Prosecución de Estudios de Post-grado en las Universidades de los Países del Mercosur suscrito en Asunción el día 5 de agosto de 1995.	Que la relevancia alcanzada por el Mercosur en el contexto internacional, reflejada en el próximo acuerdo a firmarse con la Unión Europea el 15 de diciembre abre un espacio para la cooperación e intercambio de experiencias en materia educativa de alto interés; Aprobar la organización del Sistema de Información y Documentación en Educación del Mercosur; constituir una Comisión Técnica Regional ad hoc, integradas por los responsables de los nodos nacionales, encargada de la implementación de dicho Sistema; realizar las gestiones internas con vistas a facilitar y apoyar el acceso a las telecomunicaciones en condiciones técnicas adecuadas para la implantación del sistema. Aprobar la realización del Seminario "Políticas y Estrategias para el Sector Educativo del Mercosur" a realizarse en Argentina el próximo mes de diciembre, que aportará elementos para la programación del Sector Educación para el período 1996-2000. Aprobar la realización del Primer Seminario Internacional "Calidad de la Educación en el Mercosur: un desafío para la integración" a realizarse en Asunción durante el próximo semestre. Encomendar al Comité Coordinador Regional el análisis de la propuesta de la Secretaría Ejecutiva del Convenio Andrés Bello tendiente a establecer mecanismos de cooperación recíproca. Solicitar al Grupo Mercado Común una especial atención a los temas educativos en los acuerdos a suscribirse con la Unión Europea. Destacar con satisfacción la presencia de los representantes del Ministerio de Educación de Chile y de la Embajada de Bolivia que se han incorporado al trabajo del Comité Coordinador Regional en carácter de observadores, lo que permite alentar la perspectiva de un trabajo común. Reconocer la importancia de la cooperación prestada por los Organismos Internacionales, especialmente O.E.A, UNESCO, O.E.I, CINTERFOR y la Comisión Europea, al Comité Coordinador Regional en el desarrollo de las actividades realizadas. De la misma forma, destacar la contribución brindada por la Cooperación Regional Francesa al Programa Cruz del Sur. Aprobar el Plan de Actividades y Cronograma correspondientes al primer semestre de 1996. Elevar las resoluciones precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común para su posterior consideración por el Consejo del Mercado Común.

ATA	Ensino Fundamental/Médio *****	Ensino Técnico *****	Ensino Superior Encomendar al Comité Coordinador Regional la preparación de un Protocolo de Reconocimiento de Títulos Universitarios de Grado para el Ejercicio de la Docencia en las Instituciones Universitarias de la Región.	Geral/Outras Áreas Suscribir el documento MERCOSUR 2000 Metas y Desafíos para el Sector Educativo". Constituir e impulsar la ejecución de los siguientes programas: Renovación Educativa; Evaluación Educativa; Educación y Trabajo; Cooperación Universitaria; Sistema de Información; Multidisciplinario de Temas Especiales. Presentar, ante los organismos de financiación que corresponda, los proyectos aprobados por el Comité Coordinador Regional denominados "Sistema de Información" y "Educación y Trabajo". Encomendar al Comité Coordinador Regional la creación de una Comisión Técnica <i>Ad Hoc</i> de Educación Especial. Encomendar al Comité Coordinador Regional, en el marco de una política de divulgación y difusión, la elaboración de una publicación periódica que exprese los avances y noticias del Sector Educativo del MERCOSUR. Agradecer a los Organismos Internacionales -OEI, OEA, UNESCO, CINTERFOR así como a la Cooperación Regional Francesa, la cooperación brindada al Sector Educativo del MERCOSUR. Aprobar el cronograma de actividades propuesto para el próximo semestre. Elevar las resoluciones precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común para su posterior consideración por el Consejo del Mercado Común.
ATA X RME				

ATA	Ensinio Fundamental/Médio	Ensinio Técnico	Ensinio Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 10 XI RME	Encargar al Comité Coordinador Regional: profundizar los estudios de Historia y Geografía en el Mercosur, con una dimensión regional, como forma de alcanzar una real integración educacional.	Reconocer la relevancia para el proceso de integración regional del IV Congreso de Educación Tecnológica, organizado por el Consejo de Educación Técnico Profesional de Uruguay;	Encargar al Comité Coordinador Regional: la continuación de los estudios necesarios para la aprobación de un Protocolo de Reconocimiento de Títulos de Grado para el Ejercicio de Actividades Académicas, en el ámbito de los países miembros del Mercosur;	Aprobar el Reglamento Interno del Comité Coordinador Regional. Encargar al Comité Coordinador Regional: estudios de viabilidad para la acreditación de cursos con vistas a definir un sistema de reconocimiento de títulos de grado; un estudio sobre la posibilidad de constituir una “Red de Información en Educación, Ciencia y Tecnología del Mercosur”, que deberá incorporar los trabajos de la subcomisión de redes de la RECYT y los de la Comisión Técnica Regional del Sistema de Información del Mercosur; Determinar que la acciones destinadas a preparar recursos humanos de alto nivel se orienten principalmente en el sentido de la formación del personal competente en políticas públicas regionales; Reconocer los avances obtenidos por el Comité Coordinador Regional, por las Comisiones Técnicas Regionales y por los Grupos de Trabajo durante el semestre; Reconocer la importancia de la declaración del Seminario “Calidad de la Educación: un Desafío para la Integración”, realizado en Asunción, como un paso significativo para el desarrollo de una educación de calidad en la región; Solicitar al Grupo Mercado Común: que enfatice en sus decisiones la consideración de la Educación como factor de integración, como motor del desarrollo, del fortalecimiento de la convivencia democrática y de la consecución de la equidad, habida cuenta de la importancia que los Presidentes de los Estados Partes le han asignado; que defina mecanismos de articulación entre los grupos que desarrollan trabajos afines a los sectores educacionales. Agradecer a los organismos internacionales -OEI, OEA, UNESCO y CINTERFOR, así como a la Cooperación Regional Francesa la cooperación prestada al sector educacional del Mercosur. Aprobar el cronograma de actividades del Comité Coordinador Regional para el próximo semestre. Elevar las resoluciones precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común para su posterior consideración por parte del Consejo del Mercado Común.

ATA	Ensinio Fundamental/Médio	Ensinio Técnico	Ensinio Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 11 XII RME	Crear un Grupo de Trabajo de especialistas para elaborar propuestas orientadas, hacia el desarrollo de una política de lenguas para la región.	*****	Aprobar el Protocolo de Admisión de Títulos y Grados para el Ejercicio de Actividades Académicas en los Países del Mercosur. Crear un Grupo de Trabajo de especialistas en evaluación y acreditación de la educación superior, con el cometido de elaborar una propuesta de organización de un sistema de acreditación de instituciones y carreras, que permita facilitar el reconocimiento de sus títulos de grado. Enfatizar la necesidad del desarrollo de cooperación en nuevas áreas de Educación Superior.	Encomendar al Comité Coordinador Regional la elaboración de un plan orientador de las acciones del Sector Educativo del Mercosur que continúe y profundice lo realizado en el marco del Plan Trienal cuya vigencia se encuentra próxima a finalizar. Crear un Grupo de Trabajo de especialistas en Educación a Distancia con el cometido de intercambiar informaciones sobre esa modalidad de enseñanza y determinar la posibilidad de iniciar cooperación en ese campo. Solicitar a las respectivas Cancillerías que se tomen las medidas necesarias para la promulgación y ratificación de los Protocolos ya firmados en el contexto del Sector Educativo del Mercosur. Tomar conocimiento de la propuesta del Protocolo de Intenciones presentada al Mercosur, en el campo de la cooperación técnica, por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), agradeciendo la cooperación ofrecida. Tomar nota de la apertura de una oficina del Instituto Internacional de Planificación Educativa (IIPE) en Buenos Aires y agradecer la cooperación ofrecida para la región. Reconocer la importancia, para el proceso de integración regional, de profundizar el relacionamiento del sector educativo del Mercosur con otros bloques regionales y en ese orden aprobar la participación del Comité Coordinador Regional en el Seminario del MERCOSUR UNIÓN EUROPEA: Exploración de vías de cooperación en educación y formación. Reconocer los avances obtenidos por el Comité Coordinador Regional, por las Comisiones Técnicas Regionales y por los Grupos de Trabajo durante el semestre. Aprobar el cronograma de actividades del segundo semestre de 1997. Agradecer a los organismos internacionales Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), Organización de Estados Americanos (OEA), Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) y Embajada de Francia la cooperación prestada al Sector Educativo del Mercosur. Elevar las resoluciones precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común para su posterior consideración por parte del Consejo del Mercado Común.

ATA	Ensino Fundamental/Médio	Ensino Técnico	Ensino Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 12 XIII RME	Aprobar la creación de un Grupo de Trabajo sobre la Enseñanza de la Historia y la Geografía en el Mercosur.	Aprobar la realización del V Congreso de Educación Tecnológica del Mercosur, a realizarse en Brasil, en el segundo semestre de 1998. Encomendar al Comité Coordinador Regional la actualización de los anexos integrantes del Protocolo de Integración Educativa, Reválida de Diplomas, Certificados, Títulos y Reconocimiento de Estudios de Nivel Medio Técnico, teniendo en cuenta las modificaciones verificadas en los países del Mercosur en la nomenclatura de los títulos de dicho nivel. Encomendar al Comité Coordinador Regional avanzar en las tareas de compatibilización de la educación técnico-profesional en los países del Mercosur, teniendo presente las reformas educativas en curso en la región, las que deberán ser objeto de un análisis comparado.	Aprobar el Anexo al Protocolo de Admisión de Títulos y Grados Universitarios para el Ejercicio de Actividades Académicas en los Países del Mercosur. Aprobar la Recomendación de Criterios Generales para la Acreditación de Programas de Postgrado en los Países del Mercosur. Aprobar la creación de un Grupo de Trabajo Universidad Sector Productivo, con tareas especificadas por el Comité Coordinador Regional. Tomar conocimiento de los avances realizados por el Grupo de Trabajo sobre Evaluación y Acreditación de la Educación Superior y recomendar al Comité Coordinador Regional que dé carácter prioritario al tema y que presente una propuesta de instrumentación operativa, con explicitación de metas y que contemple un régimen de transición, en la próxima Reunión de Ministros de Educación.	Prorrogar la vigencia del Plan Trienal para el Sector Educación, desde el 1 de enero de 1998 hasta el 30 de junio de 1998, fecha en la que deberá entrar en rigor el plan que lo sucederá. Encomendar al Comité Coordinador Regional avanzar en la elaboración de un conjunto de indicadores, que permita compatibilizar los datos que constituirán el sistema de información en educación del Mercosur. Aprobar la decisión de evaluar y reprogramar el Programa Cruz del Sur, en cooperación con el Gobierno francés, en el sentido de atender el área de Renovación Educativa, considerada sustantiva en el documento Mercosur 2000. Recomendar al Comité Coordinador Regional que profundice los vínculos ya establecidos con la Unión Europea, considerando fructífero el resultado de la Mesa Redonda Unión Europea Mercosur sobre educación y formación; y solicitar al Grupo Mercado Común que incluya, con la prioridad debida, al tema educación en la agenda de cooperación con aquel bloque. Encomendar al Comité Coordinador Regional avanzar en el desarrollo de las relaciones con el Convenio Andrés Bello y en la definición de áreas de cooperación conjunta. Expresar su preocupación en relación a la utilización indiscriminada de la denominación Mercosur y su logotipo por diversas instituciones educativas, solicitando al Grupo Mercado Común que estudie las providencias necesarias para salvaguardar su adecuada utilización. Reconocer los avances realizados por el Comité Coordinador Regional, por las Comisiones Técnicas Regionales y por los Grupos de Trabajo durante el semestre. Aprobar el cronograma de actividades del primer semestre de 1998. Encomendar al Comité Coordinador Regional realizar gestiones con la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), en vista de una cooperación en temas educativos con el Mercosur. Agradecer a los Organismos Internacionales -Organización de los Estados Americanos (OEA), Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), Organización de los Estados Iberoamericanos (OEI) y a la Cooperación Francesa, el apoyo brindado al Sector Educativo del Mercosur en el presente semestre. Elevar las resoluciones precedentes a la Reunión del Grupo del Mercado Común para su posterior consideración por parte del Consejo del Mercado Común.

ATA	Enseño Fundamental/ Médio	Enseño Técnico	Enseño Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 13 XIV RME	Solicitar al Comité Coordinador Regional la convocatoria de la Comisión Técnica Regional prevista en el Protocolo de Integración Educativa y Reconocimiento de Certificados, Títulos y Estudios de Nivel Primario y Medio No Técnico, a los fines de estudiar alternativas para mejorar su aplicación. Impulsar en los respectivos sistemas educativos nacionales la incorporación de los principios, temas comunes y metodologías para la acción consensuados en el MERCOSUR sobre la enseñanza de la Historia y la Geografía.	Reconocer el trabajo realizado por la Comisión Técnica Regional de Educación Tecnológica en la elaboración de los Módulos Informativos Complementarios de cada país, sobre títulos de Nivel Medio Técnico previstos en el <i>Protocolo de Integración Educativa y Reválida de Diplomas, Certificados, Títulos y Reconocimiento de Estudios de Nivel Medio Técnico – Anexo II</i> .	Aprobar el “ <i>Memorandum de Entendimiento sobre la implementación de un mecanismo experimental de acreditación de carreras para el reconocimiento de títulos de grado universitario en los países del MERCOSUR</i> ”. Agradecer al Grupo de Trabajo de Especialistas en Acreditación y Evaluación la formulación de la propuesta base del mecanismo de acreditación de carreras aprobado en esta oportunidad, y dar continuidad a los trabajos de este Grupo a los fines de implementar el citado mecanismo y proponer un régimen complementario del mismo. Solicitar al Comité Coordinador Regional agilizar los procedimientos para la presentación y depósito del listado de instituciones y carreras universitarias según el mecanismo aprobado por la XXVI Reunión del Comité Coordinador Regional	Aprobar el “ <i>Plan Trienal del Sector Educativo del MERCOSUR 1998-2000</i> ”, y encargar al Comité Coordinador Regional velar por su implementación en las Comisiones Técnicas Regionales y los Grupos de Trabajo. Aprobar la denominación de la Comisión Técnica Regional del Sistema de Información y Comunicación del Sector Educativo del MERCOSUR, que sustituye a la anterior. Aprobar las acciones de vinculación entre el Sector Educativo y la RECYT, recomendando al Comité Coordinador Regional la prosecución de las mismas según las líneas fijadas en el Seminario Informativo y de Coordinación RECYT – Sector Educativo del MERCOSUR. Reconocer los avances realizados por el Comité Coordinador Regional, por las Comisiones Técnicas Regionales y por los Grupos de trabajo durante el semestre. Aprobar el cronograma de actividades del segundo semestre de 1998. Agradecer a los Organismos Internacionales –Organización de los Estados Americanos (OEA), Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), Organización de los Estados Iberoamericanos (OEI), la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) y a la Cooperación Francesa, el apoyo brindado al Sector Educativo del MERCOSUR en el presente semestre. Elevar las resoluciones precedentes a la Reunión del Grupo del Mercado Común para su posterior consideración por parte del Consejo del Mercado Común.



ATA	Ensino Fundamental/ Médio	Ensino Técnico	Ensino Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 14 XV RME	Reconhecer a importância dos avanços na cooperação estabelecida há dois anos com os países membros do Convênio Andrés Bello, especialmente nas áreas de indicadores educacionais e do ensino de história, bem como no tratamento de equivalência de estudos no ensino fundamental e médio não técnico.	Reconhecer a importância do V Congresso de Educação Tecnológica, realizado em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, no último mês de setembro.	Determinar que o mecanismo experimental de avaliação e credenciamento de cursos de graduação se inicie por Medicina, Engenharia e Agronomia. Determinar a revisão do Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países do Mercosul, nos moldes sugeridos pelas Comissões Técnicas Regionais de Educação Superior e de Pós-Graduação.	Estabelecer as metas do setor educacional do Mercosul para o período 1999-2000, que passam a constituir parte integrante do Plano Trienal do Setor Educacional do Mercosul 1998-2000, adotado em Buenos Aires, em junho de 1998. Aprovar a etapa inicial do novo modelo virtual do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do Mercosul. Aprovar a denominação de Grupo de Trabalho de Educação a Distância, que substitui a denominação anterior daquele Grupo. Reconhecer os avanços obtidos pelas Comissões Técnicas Regionais e Grupos de Trabalho e, em especial, felicitá-los a Comissão Técnica Regional do Sistema de Informação e Comunicação em Educação do Mercosul e o Grupo de Trabalho de Especialistas em Avaliação e Credenciamento pelos progressos alcançados em suas atividades. Aprovar o cronograma de atividades do primeiro semestre de 1999. Agradecer aos Organismos Internacionais - Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), CINTERFOR/OIT e a Cooperação Francesa, o apoio oferecido ao Setor Educacional do Mercosul no presente semestre. Elevar as resoluções precedentes à Reunião do Grupo Mercado Comum para sua posterior consideração pelo Conselho do Mercado Comum.

ATA	Ensino Fundamental/ Médio	Ensino Técnico	Ensino Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 15 XVI RME	*****	Reconocer la importancia de la próxima realización de la I Feria de Educación Tecnológica e instituir un certificado de reconocimiento MERCOSUR EDUCATIVO, para los trabajos sobre las experiencias innovadoras realizadas por docentes y alumnos seleccionados en la misma. Considerar de interés la propuesta de la OEI en el área de educación tecnológica y solicitarle que continúe sus gestiones ante la GTZ para la obtención del respectivo financiamiento.	Aprobar la nueva versión del <i>Protocolo de Admisión de Títulos y Grados Universitarios para el Ejercicio de Actividades Académicas en los Países del Mercosur</i> , que sustituye la versión firmada el 11 de junio de 1997 en Asunción, República de Paraguay.	Aprobar las estrategias para optimizar los aportes de la Cooperación Internacional con relación a las áreas prioritarias y a las metas asumidas en el Compromiso de Brasilia e invitar a los Organismos Internacionales a la reunión a realizarse en Chile en julio de 1999. Reconocer la importancia de la finalización de la primera etapa de construcción de indicadores estadísticos del Mercosur, realizado por la Comisión Técnica Regional del Sistema de Información y Comunicación, trabajo esencial para facilitar la formulación de políticas regionales. Felicitar a las Comisiones Técnicas por los avances y alentarlas a que profundicen sus esfuerzos para el logro de las metas asumidas por el Sector. Agradecer a los organismos internacionales –Organización de Estados Americanos (OEA), Organización de las Naciones Unidas para la Educación, Cultura y Ciencia (UNESCO), Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), el Convenio Andrés Bello- el apoyo ofrecido al Sector Educativo del Mercosur en el presente semestre. Aprobar el cronograma de actividades para el segundo semestre de 1999. Elevar las resoluciones precedentes a la Reunión del Grupo Mercado Común para su posterior consideración por el Consejo del Mercado Común.

ATA	Ensino Fundamental/ Médio	Ensino Técnico	Ensino Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 16 XVII RME	Adotar as medidas necessárias para agilizar a produção de materiais pedagógicos, acadêmicos e didáticos destinados ao ensino da História e da Geografia do Mercosul.	Examinar, em seus países, os perfis regionais de nível médio-técnico das áreas de agropecuária e construção civil, com vistas à sua adoção nos sistemas educacionais do Mercosul.	Promover, no mais breve prazo, o processo de constituição das Agências Nacionais de Credenciamento, imprescindível para a implementação do Memorando de Entendimento sobre o Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitários nos Países do Mercosul. Aprovar o documento instrutivo do Memorando de Entendimento sobre a Implementação de um Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitários nos Países do Mercosul. Encarregar o Grupo de Trabalho de Especialistas em Avaliação e Credenciamento da elaboração de critérios regionais para a avaliação e o credenciamento de cursos de pós-graduação. Criar a coordenação acadêmica para o Curso de Pós-Graduação Regional em Políticas Públicas.	Autorizar a liberação para o público do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do Mercosul, a partir de primeiro de janeiro do ano 2000, e assegurar os recursos necessários à sua sustentação. Encomendar à próxima Secretaria Pró-Tempore a realização de reunião conjunta dos Comitês Coordenadores Regionais de Educação e de Cultura, para identificar as áreas de trabalho em comum. Solicitar ao Comitê Coordenador Regional a avaliação do Plano Trienal 1998-2000 e o início dos trabalhos para a definição do próximo plano estratégico para o setor educacional do Mercosul. Aprovar a proposta apresentada pela Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), referente à realização de um ciclo de teleconferências sobre temáticas a serem oportunamente definidas pelo Comitê Coordenador Regional. Encomendar ao Comitê Coordenador Regional a coordenação de esforços com o programa IBERFOP da OEI na área de educação tecnológica para dar continuidade à tarefa de compatibilização de perfis técnico-profissionais. Apoiar a apresentação, junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), do projeto regional "Educar para a Diversidade", na área de Educação Especial. Agradecer aos Organismos Internacionais - Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência (UNESCO/OREALC/IESALC), Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), Convênio Andrés Bello (CAB), a Cooperação Francesa, CINTERFOR/OIT, AECI, PNUD -, o apoio oferecido ao setor educacional no presente semestre. Aprovar o cronograma de atividades do setor educacional do Mercosul para o primeiro semestre do ano 2000

ATA	Ensino Fundamental/ Médio	Ensino Técnico	Ensino Superior	Geral/Outras Áreas
Ata 17 XVIII RME	A adoção de critérios flexíveis acerca dos documentos de identidade necessários à continuação de estudos de educação básica, aceitando a documentação de identidade do país de origem até que se concluam os trâmites relativos à documentação migratória. Eliminar a exigência de tradução da documentação relativa a estudos cursados nos países do MERCOSUL. Instruir o Comitê Coordenador Regional a fortalecer o diálogo com a Secretaria Executiva do Convênio Andrés Bello com vistas a elaborar instrumentos de reconhecimento de estudos de nível fundamental e médio, que permita a coordenação entre os blocos de integração regional.	A utilização dos parâmetros acordados para os perfis profissionais dos técnicos de nível médio de agropecuária e construção civil, como padrão regional, a ser tomado como referência na elaboração de seus currículos. A aplicação deste padrão para facilitar o reconhecimento de competências adquiridas na formação de nível médio técnico de agropecuária e construção civil, com vistas a garantir a equivalência dos estudos realizados em qualquer dos países membros. A difusão desta metodologia de análise comparativa para sua aplicação na elaboração de novos critérios, com vistas a estabelecer um sistema de equivalência entre os níveis médio técnico da região em todos os setores de atividade.	A realização de um teste de validação de critérios e indicadores de avaliação dos cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina no âmbito do Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos de Graduação, com anterioridade à sua aprovação pela Reunião de Ministros no segundo semestre de 2000. Determinar que os custos da implementação do teste sejam assumidos pelo país em que se encontre o curso selecionado. As ações propostas pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação entre os Países Membros do MERCOSUL.	A inclusão no calendário escolar do dia 26 de março, data de assinatura do Tratado de Assunção, como "Dia do MERCOSUL". A realização de um Seminário de Reflexão do Comitê Coordenador Regional, no mês de agosto, na República Oriental do Uruguai, que terá como base os insumos oriundos desta reunião, com vistas à elaboração do próximo Plano Estratégico do Setor Educacional do MERCOSUL. O cronograma de atividades do Setor Educacional do MERCOSUL para o segundo semestre de 2000. Solicitar ao Grupo Mercado Comum a incorporação da temática educacional entre as áreas prioritárias de cooperação com a União Européia. Garantir os recursos necessários para o desenvolvimento do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do MERCOSUL.

ANEXOS

MERCOSUL: Informações Gerais⁵⁹. (Dados – 1999)

PAÍS	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	MERCOSUR
Superfície	3.761.174 Km², incluindo território continental antártico e Ilhas do Atlântico Sul	8.547.403 Km²	406.572 Km²	176.215 Km²	11.861.821
Capital	Buenos Aires	Brasília	Asunción	Montevideo	
Moeda Oficial	Peso	Real	Guarani	Peso	
Idioma	Espanhol	Português	Espanhol e Guaraní	Espanhol	
População	36.595.000 hab.	168.458.000 hab.	5.359.000 hab.	3.312.000 hab.	213.723.000 hab.
Crescimento Populacional (% anual)	1,40	1,35	2,8	0,7	1,3
Natalidade (taxa anual média por cada 1000 hab.)	19,9	21	31	17,7	
Mortalidade (taxa anual média por cada 1000 hab.)	8,0	7	5	9,4	
Mortalidade Infantil (taxa anual média por cada 1000 hab.)	21,8	42,2	39	17,5	
Expectativa de vida (anos)	73	68	69	74	
Taxa de Alfabetização (porcentagem de pessoas de 15 anos em diante)	96,2	84,5	92	97,3	86,9
Taxa anual média de Desemprego urbano (área urbana)	14,5	7,7	7,2 (dado de 1998)	11,2	
População Urbana (% total)	88,3	77,9	52,4	90	79,2
Dívida Externa Global (milhões de dólares)	145000	240000	2100	5535	392635

⁵⁹ Tabela elaborada com base nos dados Estatísticos da Divisão de Estudos y Estadística de la Secretaría General de la ALADI "Base Regional de Datos de Coyuntura" (<http://www.aladi.org/nsfaladi/indic.../>) e "Datos del Mercosur, principales indicadores economicos" (<http://www.mercosur.com/htmldocs/info/>)

Plano Trienal de Educação (1992–1994 / 1995–1997)	
Programa I: Formação da Consciência Social Favorável ao Processo de Integração	
<i>Subprograma I.1:</i> Informação e reflexão sobre o impacto do processo de integração do Mercosul	<i>Objetivo:</i> Promover o conhecimento do impacto da integração e difundir esta informação nos diferentes níveis do sistema educacional.
<i>Subprograma I.2:</i> Aprendizagem dos idiomas oficiais do Mercosul	<i>Objetivos:</i> Implementar o ensino de Português e Espanhol nas instituições dos diferentes níveis e modalidades do sistema educacional, para melhorar a comunicação entre os países que compõem o Mercosul.
Programa II: Capacitação de Recursos Humanos para Contribuir com o Desenvolvimento	
<i>Subprograma II.1:</i> Educação Básica e Média	<i>Objetivo:</i> Promover estratégias de desenvolvimento do ensino fundamental e médio, destinadas a favorecer a preparação da população para o exercício da cidadania e desempenho produtivo, no contexto do Mercosul.
<i>Subprograma II.2:</i> Formação Técnico-profissional	<i>Objetivo:</i> Estabelecer políticas e estratégias para a formação técnico-profissional, a partir da determinação das áreas mais dinâmicas da economia em um mercado ampliado.
<i>Subprograma II.3:</i> Formação e Capacitação de Recursos de Alto Nível	<i>Objetivo:</i> Promover políticas e estratégias para a formação e capacitação de recursos humanos de alto nível para as áreas de maior impacto do Mercosul.
<i>Subprograma II.4:</i> Pesquisa e Pós-Graduação	<i>Objetivo:</i> Promover a formação de base de conhecimentos científicos, recursos humanos e infra-estrutura institucional de apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas do Mercosul.
Programa III: Compatibilização e Harmonização dos Sistemas Educacionais	
<i>Subprograma III.1:</i> Harmonização acadêmica, jurídica e administrativa	<i>Objetivo:</i> Promover mecanismos jurídicos, administrativos e acadêmicos que possibilitem a compatibilização dos sistemas educacionais.
<i>Subprograma III.2:</i> Sistema de Informação.	<i>Objetivo:</i> Estabelecer um sistema de informação em rede que possibilite conhecer os dados educacionais relevantes dos países signatários do Tratado de Assunção, assim como facilitar o acesso ao conhecimento disponível sobre o mercado de trabalho e setores de atividade.

Projetos e Ações Conjuntas: História

Eixos Comuns para o Desenvolvimento dos Conteúdos Específicos Correspondentes a cada País	- As sociedades e as culturas indígenas americanas. - Expansão européia, conquista e colonização. - Processos de independência e configuração dos Estados nacionais. - Processos sócio-econômicos: as economias de exportação, a industrialização e a urbanização. Movimentos migratórios. Mobilidade social. - A diversidade cultural e os aspectos comuns. - Os processos de construção e as dificuldades da democracia, os autoritarismos. As liberdades públicas e os direitos humanos. - Tendências recentes na vida política, econômica e social. - O processo de integração na região e no contexto mundial: antecedentes, tendências e perspectivas.
	Proposta de Conteúdos Mínimos
Paraguai	• Pré-colonial: Cultura Guarani • Colonial: situação sócio-econômica, política, educacional; idéias reinantes nas últimas décadas da Colônia. • Independente: estrutura social; a revolução da independência; formação do Estado paraguaio e evolução política: governos eleitos pelo Congresso e eleições populares; luta pela sobrevivência e conflitos internacionais; movimentos populares e construção da cidadania. • Paraguai contemporâneo: educação, transformações econômicas, sociais e políticas.
Brasil	• Inserção brasileira na expansão européia (séculos XVI ao XVIII). • O liberalismo, a crise do sistema colonial, a formação do Estado Nacional. • O desenvolvimento sócio-econômico, a vida política, a composição étnica da população (1840-1930). • A revolução de 1930: a industrialização e as relações internacionais (1930-1945). • Desenvolvimento econômico e a vida política, evolução das artes e da literatura: a educação, ciência e tecnologia, desde 1945.
Uruguai	• Seu passado colonial integrando o Vice-Reino do Rio da Prata, influências mútuas. • O papel protagonista do artiguismo (1811-1820) e sua interação com os atuais países da região. • A problemática da independência e a diferença de organização dos novos Estados. • Forças centripetas e forças centrifugas (1825- 1875). • A modernidade e o desaparecimento do comércio de trânsito. As fronteiras e a imigração. • O Estado protagonista. Urbanização, classes médias. A sociedade do bem-estar. Um país de exceção. • O Uruguai no contexto regional frente às transformações internacionais. • A cultura nacional: sua evolução e transformação.
Argentina	• As sociedades indígenas do atual território argentino. • O processo de conquista e colonização. • O processo de independência e a formação do Estado argentino. • Sincronia e diacronia com os processos de outros países da região, diferenças e aspectos comuns. A formação e diferenciação da sociedade Argentina moderna, com especial referência à imigração. • Transformações do Estado argentino no século XX. • Os processos de industrialização, urbanização e intercâmbio populacional com os países da região. • Os processos de construção da democracia. Direitos humanos. Diacronias e sincronias com os processos dos países da região, diferenças e aspectos compartilhados. • As diversas manifestações culturais da sociedade Argentina. Semelhanças e diferenças em relação às manifestações dos países da região.

Projetos e Ações Conjuntas: Geografia	
Eixos Comuns para o Desenvolvimento dos Conteúdos Específicos Correspondentes a cada País	- Situação geográfica na região e na América Latina. - Características físicas do espaço geográfico; diversidades regionais, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável. - População: estrutura social, composição, distribuição e dinâmica; qualidade de vida. - O sistema produtivo e sua inserção espacial. - Fluxos comerciais e financeiros regionais e internacionais. - Redes de transporte e comunicação. - Experiências de integração e perspectivas. - A dimensão geográfica do processo de integração na região e no contexto mundial.
Proposta de Conteúdos Mínimos	
Paraguai	• Situação geográfica do Paraguai: fronteiras naturais e convencionais; mediterraneidade. • Regiões naturais e sócio-econômicas. • Organização política; território e autoridade. • A população paraguaia: distribuição temporal-espacial, dinâmica. Qualidade de vida. • Gestão dos recursos e fontes de riqueza do país. • Manifestações culturais.
Brasil	• Situação do Brasil na América Latina. Posição geográfica e suas implicações. • Características físicas do espaço geográfico brasileiro. • População: estrutura e dinâmica. Qualidade de vida. • Noções gerais sobre a interação homem-meio ambiente, gestão dos recursos naturais e do território: o homem como agente modificador do espaço geográfico; os problemas ambientais; os grandes projetos econômicos e seus efeitos. • Fluxos comerciais internos e externos. • Diversidades regionais: aspectos físicos, históricos e sócio-econômicos; processos de urbanização.
Uruguai	• Situação geográfica na região e na América Latina. • Recursos naturais, potencialidades e formas de exploração. • Composição da população, distribuição e movimentos demográficos. • Urbanização e desenvolvimento do setor terciário. • Comércio regional e internacional. Organismos de integração aos quais pertence.
Argentina	• Diversidade ambiental da Argentina. Recursos naturais, formas de exploração. Problemas ambientais. O desenvolvimento sustentável. • A população da Argentina, Distribuição, composição social e dinâmica demográfica. Estrutura ocupacional. Qualidade de vida. Diferenças e semelhanças com os países da região. • As principais atividades econômicas na Argentina. A produção agropecuária. Implicações espaciais dos processos de industrialização, terceirização e urbanização. Diferenças e semelhanças com os países da região. • As redes de transporte e comunicação na Argentina, em relação aos países da região e ao contexto mundial. • A Argentina no quadro da economia globalizada.

Plano Trienal de Educação (1998 – 2000)	
Área Prioritária I:	
Desarrollo de la identidad regional, por medio del estímulo al conocimiento mutuo y a una cultura de integración	
I.1.	Generación de condiciones que faciliten y promuevan la movilidad de estudiantes y profesores, ya sea mediante la elaboración de programas específicos;
I.2.	Estímulo a la construcción de redes y programas educativos de cuño regional, en los diversos niveles que comprenden los sistemas educativos;
I.3.	Favorecimiento al aprendizaje de los idiomas oficiales del MERCOSUR, mediante la aprobación de políticas adecuadas y el aprovechamiento del currículo escolar así como programas no convencionales para su enseñanza;
I.4.	Introducción de la perspectiva regional en la formación de los docentes y de los administradores educativos;
I.5.	Difusión y fomento de la literatura y las artes regionales, por medio de su adecuada consideración en los currículos escolares, así como a través de iniciativas de educación no formal;
I.6.	Implementación de programas que privilegien la perspectiva regional en el aprendizaje de la historia y de la geografía;
I.7.	Elaboración y aplicación de programas de formación en valores, que fomenten la convivencia democrática en el marco de la integración regional.
Área Prioritária II:	
Promoción de políticas regionales de capacitación de recursos humanos y mejoramiento de la calidad de la educación	
II.1.	Realización de estudios estratégicos para identificar las necesidades de formación profesional y técnica en la región, según su evolución política, social, económica y cultural y facilitar así la definición de políticas regionales;
II.2.	Fomento a la cooperación dentro de la región, en vistas a favorecer la transferencia de conocimientos y tecnologías y el intercambio de estudiantes, docentes e investigadores en el marco de los protocolos existentes;
II.3.	Favorecimiento de la incorporación de tecnologías de avanzada en la enseñanza, que faciliten la construcción o adquisición de aprendizaje significativos en los alumnos y la modernización de la docencia;
II.4.	Optimización de los procesos de formación del profesorado y de los administradores educativos;
II.5.	Estímulo al aprovechamiento de los espacios de integración por los diversos actores que participan en el escenario de los sistemas educativos, buscando mejorar la calidad y la equidad en la educación y creando para ello los mecanismos adecuados a nivel político, de coordinación y de ejecución;
II.6.	Promoción de una cultura de la evaluación, que incluya el intercambio de experiencias y el estímulo al establecimiento de indicadores comunes, que permitan conocer la evolución de la educación en el MERCOSUR.
Estrategias de Acción:	
- Relación y coordinación del Sector Educativo con otras instancias del MERCOSUR; Vinculación del quehacer del Sector Educativo del MERCOSUR con los planes nacionales de educación y los procesos de reforma y renovación educativas que se implementan en los Estados Partes; Fomento de la cooperación horizontal entre los países e instituciones de la región e con otros bloques regionales; Acciones que favorezcan la movilidad de estudiantes, académicos e investigadores y el intercambio de experiencias y prácticas laborales.	

Metas do PTE (1998 – 2000) e Situação Atual ⁶⁰	
Metas	Situação Atual e acordos do CCR
I. Compatibilización de aspectos curriculares y metodológicos a partir de una perspectiva regional	
I.1. Propuestas metodológicas y producción de materiales académicos, pedagógicos y didácticos para la enseñanza de la Historia y de la Geografía	El CCR registró la difusión de los resultados del I Seminario Biental de Historia y Geografía de Brasilia, el Grupo de Trabajo estaría en condiciones de avanzar en la elaboración de las propuestas. Señalo la conveniencia de: - que miembros del CCR participen en dicho Seminario - solicitar al Grupo de Trabajo que establezca plazos para la concreción de la propuesta. - Recomendar a la RME, incorporar a la declaración política de los presidentes el apoyo a las iniciativas a favor de la enseñanza de H y G favorable al proceso de integración. - Elaborar propuestas que atiendan a la capacitación y formación docente en el nuevo enfoque. - Introducir el tema en Formación Docente. - Diseñar e implementar estrategias que permitan establecer contactos y alianzas con medios de comunicación e industrias editoriales. - Encargar a los delegados argentinos y chilenos que informen acabadamente la experiencia académica bilateral argentino-chilena.
I.2 Elaborar una propuesta de difusión de la Literatura y el Arte en los países del MERCOSUR	Si bien se registran interesantes iniciativas en algunos países, el CCR consideró necesario establecer coordinaciones con el MERCOSUR Cultural y propiciar reuniones conjuntas.
I.3 Tener avanzado en el currículo escolar de la enseñanza media, la inclusión del estudio de las lenguas oficiales del MERCOSUR.	El CCR manifestó su preocupación al no visualizarse en los países una estrategia clara que permita el cumplimiento de esta meta.
II. Intercambio de alumnos, docentes e investigadores	
II.1 Elaboración de un programa de intercambio de estudiantes de los diferentes niveles y modalidades educativas	El CCR acordó que cada país realizará un relevamiento sobre los programas existentes. Esta información servirá de base para elaborar el programa regional de intercambio. Igualmente consideró necesario realizar una reunión para la definición dicho programa. Se propuso realizarla entre la XXXIII y XXXIV Reunión del CCR.

⁶⁰ Síntese da análise dos avanços em relação ao cumprimento das metas que corresponde ao PTE (98/00), in: MERCOSUR/RME/CCR – N°. 02/99

II.2 Elaboración de un sistema de transferencia de créditos académicos.	El CCR reiteró la necesidad de impulsar esta tarea a través de un encuentro específico y de la asistencia de consultores, según el cronograma que se adjunta.
II.3 Promover la realización de 100 pasantías de técnicos, dirigentes y docentes del ámbito técnico-Pedagógico.	El CCR consideró la experiencia de la CETRET y las pasantías cumplidas durante la ejecución del PET/OEA. Igualmente se presentó el perfil de un Proyecto de pasantías en ese nivel. Se tomó nota asimismo de los avances producidos en el área de Historia y Geografía y de Educación Especial.
III. Sistema de Información y Comunicación	
III.1 Consolidar un sistema de información y comunicación.	El CCR mencionó la realización del Taller que con apoyo de OREALC se concretará, y que permitió elaborar el perfil del Proyecto de mediano plazo. Quedaría por ajustar su presupuesto definitivo para ser presentado a organismos internacionales
III.2 Crear espacios...	Su concreción queda comprendida en el ítem anterior. También se presentó al CCR tres documentos elaborados en el marco del Proyecto PET/OEA (CTRET), para su publicación.
IV. Evaluación y Acreditación	
IV.1. Definir indicadores básicos de calidad, comunes en todos los niveles y modalidades de los sistemas educativos del MERCOSUR	El CCR advirtió la dificultad de lograr esta meta, y estimó conveniente: a) trabajar en coordinación con las propuestas que llevan adelante similares acciones; b) acordó tomar contacto con el INEP – Brasil, quien en el marco de la II Cumbre de las Américas coordina una propuesta sobre el estado del arte de estas iniciativas en América Latina y el Caribe; c) estas acciones contribuirán a definir las estrategias para el logro de la meta.
IV.2. Compatibilizar tres perfiles técnicos profesionales formulados por competencias en el ámbito de la educación tecnológica	El CCR consideró importantes logros respecto de esta meta.
IV.3 Constituir las Agencias Nacionales de Acreditación...	Se consideró que la constitución de estas agencias dependen grandemente de la voluntad política de los países. Reconoció avances dispares en la constitución de las mismas, lo que pone en riesgo la puesta en marcha del mecanismo de acreditación de carreras en fecha oportuna. Acordó transmitir esta preocupación a la Reunión de Ministros, solicitando el apoyo para el cumplimiento de esta tarea.
V. Formación de Recursos humanos	
V.2. Definir tres áreas de cooperación científico-tecnológica	A partir de los Términos de Referencia aprobados por la XXI Reunión del CCR, los países están elaborando su documento nacional que incluye una propuesta para ese tema. También se entendió conveniente para su logro efectuar la coordinación formal con la REYCT.
V.3. Implementar dos programas conjuntos de cooperación en formación de recursos humanos	Deberá ajustarse el proyecto presentado.
V.4. Tener estructurado un curso a distancia cuyo contenido se de interés regional.	Se instruyó al GTEAD para que el curso tenga relación con temas acordados por el Grupo de Trabajo de Historia y Geografía, y también por la Comisión Técnica Regional de Educación Especial.

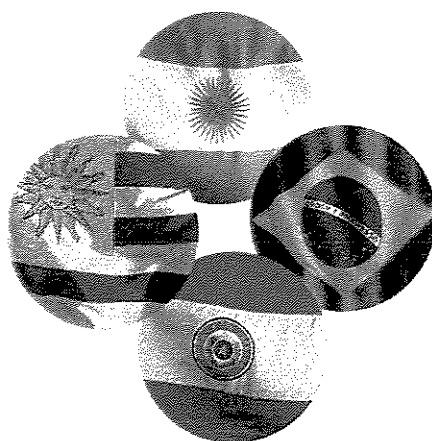
Quadro de Equivalência em anos de Escolaridade			
ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAY	URUGUAY
	Educação Infantil Creche (berçário e maternal I e II) 0-3 anos		
Nível inicial 03 - 04 anos		Educación Inicial 1º., 2º., 3º. Níveis (01 a 05 anos)	
Nível inicial 05 anos	Educação Infantil Pré-Escola (Jardim I e II, Pré-escola) 4-6 anos		Pré-Escolar 1º. e 2º. Ano (04-05anos)
1º. Ciclo 1º. E.G.B. 1º. Primário	1º. Ensino Fundamental	1º. Ciclo 1ª. E.E.B. 1º. Primário	1º. Primária
1º. Ciclo 2º. E.G.B. 2º. Primário	2º. Ensino Fundamental	1º. Ciclo 2ª. E.E.B. 2º. Primário	2º. Primária
1º. Ciclo 3º. E.G.B. 3º. Primário	3º. Ensino Fundamental	1º. Ciclo 3ª. E.E.B. 3º. Primário	3º. Primária
2º. Ciclo 4º. E.G.B. 4º. Primário	4º. Ensino Fundamental	2º. Ciclo 4ª. E.E.B. 4º. Primário	4º. Primária
2º. Ciclo 5º. E.G.B. 5º. Primário	5º. Ensino Fundamental	2º. Ciclo 5ª. E.E.B. 5º. Primário	5º. Primária
2º. Ciclo 6º. E.G.B. 6º. Primário	6º. Ensino Fundamental	2º. Ciclo 6ª. E.E.B. 6º. Primário	6º. Primária
3º. Ciclo 7º. E.G.B. 7º. Primário	7º. Ensino Fundamental	3º. Ciclo 7ª. E.E.B. 7º. Primário	1º. Ciclo Básico
3º. Ciclo 8º. E.G.B. 1º. Secundário	8º. Ensino Fundamental	3º. Ciclo 8ª. E.E.B. 8º. Primário	2º. Ciclo Básico
3º. Ciclo 9º. E.G.B. 2º. Secundário		3º. Ciclo 9ª. E.E.B. 9º. Primário	3º. Ciclo Básico
↑	↑	↑	↑
Escolaridade Obrigatória			
10 anos	08 anos	09 anos	09 anos

Fonte: ARGENTINA. Ministério de Cultura y Educación de La Nación Argentina. Transformación Educativa. 26/10/98c. [Http://mcy.e.gov.ar/educativa/saber.html](http://mcy.e.gov.ar/educativa/saber.html); URUGUAY. Administración Nacional de Educación Pública - Consejo Directivo Central. 1998: La educación uruguaya. Situación y perspectivas. Uruguay/Montevidéo: Administración Nacional de Educación Pública Consejo Directivo Central, julio/1998.; BRASIL, MRE. A educação no Brasil. <http://mre.gov.br/ndsg/textos/educbr-p.htm>; PARAGUAY, MEC. Estructura General de Educación. <http://mec.gov.py>; Plano Trienal de Educação -92/94.

Educação Para Todos ⁶¹	
Conferência	Resumo dos Compromissos e Metas
Jomtien (Tailândia, 1990)	<i>Objetivos:</i> Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Expandir o enfoque. Universalizar o acesso à educação e promover a equidade. Concentrar a atenção na aprendizagem. Ampliar os meios e o raio de ação da Educação Básica; Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem. Fortalecer alianças e parcerias. Desenvolver uma política contextualizada de apoio. Mobilizar os recursos. Fortalecer a solidariedade internacional. <i>Dimensões:</i> Expansão dos cuidados básicos na primeira infância, especialmente para as crianças pobres e portadoras de deficiências; Acesso universal à educação primária (ou o nível educacional considerado “básico”) até o ano 2000. Melhoria do rendimento da aprendizagem, de maneira que uma porcentagem determinada de um grupo específico (por exemplo, 80% dos jovens de 14 anos) alcance ou ultrapasse o padrão desejável de aquisição de conhecimentos previamente definido. Expansão do ensino fundamental para jovens e adultos e capacitação em habilidades essenciais. A avaliação dos programas será feita a partir de seu impacto na saúde, emprego, produtividade e mudanças de comportamento. Uso de canais de educação na mídia, e de outras formas modernas e tradicionais de comunicação, para aumentar a quantidade e qualidade dos conhecimentos que indivíduos e famílias adquirem para terem melhoria da qualidade de vida.
Nova Delhi (Índia, 1993)	Toda criança terá uma vaga na escola ou em programa educacional adequado às suas capacidades. Ampliação de esforços para a educação de jovens e adultos, melhorando os programas de alfabetização. Eliminação de dificuldade de acesso à educação em função de sexo, idade, renda, família, diferenças culturais, étnicas, lingüísticas e distância geográfica. Melhoria da qualidade dos programas de ensino fundamental por meio do aperfeiçoamento do status, treinamento e condições de trabalho dos professores, melhoria dos conteúdos educacionais e do material didático. Aumento dos recursos para o ensino fundamental e melhoria do gerenciamento dos recursos disponíveis. Mobilização de toda a sociedade em prol do projeto de “Educação Para Todos”.

⁶¹ Resumo elaborado pelo MEC/INEP. Subsídios para o I Seminário Nacional sobre Educação para Todos. Avaliação EFA 2000. Brasília, 10 e 11 de junho de 1999.

Aman (Jordânia, 1996)	Toda criança na escola – com qualidade. Ênfase na educação de meninas e mulheres. Melhorar a qualidade e apoiar professores para garantir aprendizado de fato. Desenvolvimento da primeira infância precisa de mais atenção e recursos. Mais atenção para jovens e adultos analfabetos. Mais recursos para o ensino fundamental e uso mais eficiente dos recursos existentes. Foi sugerido que o investimento em educação deve ser de 6% do PIB do país. Países em guerra civis ou ameaçados de guerra precisam de ajuda da comunidade internacional para reconstruir seus sistemas de educação.
Islamabad (Paquistão, 1997)	Atingir as comunidades de menor acesso, como crianças em áreas rurais, populações indígenas e crianças com necessidades especiais. Unir esforços, financeiros e de mobilização, para erradicar o quadro de crianças que moram nas ruas, que trabalham para sustentar suas famílias e crianças que são abusadas sexualmente. Estruturar programas integrados de educação e cuidados para a infância, tais como: assistência de saúde, nutrição, estímulo psicossocial e em idade mais avançada, educação para o meio ambiente e para a prevenção do uso de drogas. Estimular o aprendizado de valores, tais como: educação para a paz e a democracia, para o desenvolvimento sustentável, para a dignidade humana, para a tolerância e para saúde reprodutiva, como maneira de reduzir o crescimento demográfico. Fazer uma abordagem integrada com políticas voltadas para o desenvolvimento e para população. Estimular a alfabetização de adultos e a educação continuada. Aprimorar a coleta de dados educacionais como pré-condição para o planejamento e a avaliação de políticas. Usar a tecnologia da educação a distância em todas as áreas do ensino fundamental, para o treinamento de professores, a educação de adultos, programas de alfabetização e para alcançar grupos de pouco acesso.



MERCOSUL
Educacional



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE